UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ÁUREO DE JESUS SATO

O MOVIMENTO SOCIOCULTURAL DOS (DEKASSEGUIS) NIPO-BRASILEIROS: REPRESENTAÇÕES, MEMÓRIAS E FRONTEIRAS VIVENCIADAS (1989-2010)

FLORIANÓPOLIS
2013

ÁUREO DE JESUS SATO

O MOVIMENTO SOCIOCULTURAL DOS (DEKASSEGUIS) NIPO-BRASILEIROS: REPRESENTAÇÕES, MEMÓRIAS E FRONTEIRAS VIVENCIADAS (1989-2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - *Stricto Sensu* – *e*m História da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, para obtenção do título de Mestre em História.

ORIENTADOR: Prof. Dr. LUIZ FELIPE FALCÃO

FLORIANÓPOLIS

2013

ÁUREO DE JESUS SATO

"O MOVIMENTO SOCIOCULTURAL DOS (DEKASSEGUIS) NIPO-BRASILEIROS: REPRESENTAÇÕES, MEMÓRIAS E FRONTEIRAS VIVENCIADAS (1989-2010)"

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Orientador: _____

Doutor Luiz Felipe Falcão
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____

Doutora Elisa Massae Sasaki
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Membro: _____

Doutor Emerson César de Campos
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 11 de março de 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, pois bem sei a importância de cada pessoa para que eu pudesse concluir a pesquisa e escrita, sem elas certamente não conseguiria. No entanto, não quero elencá-los pelo grau de relevância, para não ser injusto nesta anotação, mas com todos compartilho minhas sinceras considerações.

Ao Professor Orientador Dr. Luiz Felipe Falcão, pela dedicação e competência na orientação. Por ouvir minhas dúvidas e ser generoso em compartilhar o conhecimento adquirido ao longo de sua carreira pessoal e profissional. Profissionalismo visto pela frequente participação do professor no grupo de estudo que realizamos ao longo de dois anos, cuja relevância destacou-se por sua brilhante e aguda percepção às discussões postas na análise de bibliografias e teorias.

Aos professores do Departamento de História da UDESC: Prof. Dr. Emerson César de Campos, Prof. Dr. Reinaldo L. Lohn, Profª Drª. Cristiani Bereta da Silva, Profª Drª. Janice Gonçalves e, a Profª Drª Gláucia de Oliveira Assis. A todas as pessoas da Secretaria de Pós-Graduação da FAED/UDESC.

Aos amigos mestrandos: Gisele Meriz, Karoline Kika Uemura, Daniel Lunardelli, Misael Costa Corrêa, Lara Rodrigues Pereira, Renato Muchiuti Aranha, Scheyla Tizatto dos Santos, Jaqueline Henrique Cardoso. A Glória Hamasaki e ao Teichum Hiramatsu da Associação Brasileira de Dekasseguis/ABD em Curitiba, à Ana Maria Droppa da Biblioteca Pública Municipal de Ponta Grossa e aos professores do Colégio Sesi de Ponta Grossa.

A minha companheira Adriana B. T. Sato, que me incentivou e continua dando o suporte necessário à pesquisa mencionada. Aos meus filhos Abner Yohan Sato, Ana Kaori Sato e Aysla Naomi Sato.

Ao Eterno.

Muitíssimo Obrigado.

RESUMO

SATO, Áureo de Jesus. O movimento sociocultural dos (dekasseguis) nipo-brasileiros: representações, memórias e fronteiras vivenciadas (1989-2010). 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em História – Área: História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.

A partir de meados da década de 1980, iniciou-se o movimento migratório de nipo-brasileiros ao Japão, conhecido como "fenômeno dekassegui". Em 1989 houve a Reforma na Lei de Imigração japonesa, a qual foi sancionada no ano seguinte. Assim, os descendentes de japoneses (nikkeis) residentes no Brasil puderam migrar legalmente e, sem a prerrogativa de qualificação profissional. Em 2007, havia em torno de 316.967 brasileiros presentes na sociedade japonesa. No entanto, um ano depois, com a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers nos Estados Unidos a crise se estendeu à economia japonesa, e o fluxo migratório desacelerou-se e o mesmo inverteu de sentido desde então. Nesse sentido, a pesquisa objetiva compreender de que maneira se processaram o estranhamento dos nipo-brasileiros, procedentes do Estado do Paraná, que participaram do fluxo migratório. Por meio da metodologia da História Oral os retornados foram entrevistados a fim de relatar as experiências vivenciadas e, a estranheza que encontraram ao migrar.

Palavra–chave: Dekassegui. Migração. Estranhamento. Nipo-brasileiro. Memória.

ABSTRACT

SATO, Áureo de Jesus. Japanese-brazilian (dekasseguis) migratory movement to Japan: representations, memories and lived borders (1989-2010). 2013. 138 f. Dissertation Thesis (Master program in History – Field: Present Time History) - Santa Catarina State University. Post-Graduation Program in History, Florianópolis, 2013.

Known as "dekassegui phenomenon"**,** the migratory movement of Japanese-Brazilian to Japan, was initiated, from the mid-1980s. In 1989 there was a reform in the Immigration Law, which was sanctioned in the following year. Thus, the Japanese descendants (nikkeis) living in Brazil could legally migrate and, without any prerogative of professional qualification. In 2007, there were around 316.967 of Brazilians present in the Japanese society. However, one year later, with the Lehman Brothers bank of Investment bankruptcy in the United States, the economic crisis reached the Japanese economy and the migratory flow has slowed down since then. Therefore, the research aims to understand in which conditions the strangeness of the Japanese-Brazilians from Paraná occurs, who participated in the migratory flow. By means of the Oral History methodology the returnees were interviewed in order to report the experiences lived and the strangeness they found when migrating.

Keywords: Dekassegui. Migration. Estrangement. Nipo-Brazilian. Memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **7**

1 IMIGRAÇÃO JAPONESA AO BRASIL **16**
1.1 INSERÇÃO DOS JAPONESES NO BRASIL E A PRESENÇA NO PARANÁ 17
1.2 O BRASIL EM FINS DO SÉCULO XX E A MIGRAÇÃO DOS DEKASSEGUIS. 34

2 ALGUNS PERFIS DOS NIPO-BRASILEIROS DO ESTADO DO PARANÁ **48**
2.1 PERFIS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS 52
2.2 PERFIL TRAÇADO PELA IMPRENSA 61
2.3 AUTO-DEFINIÇÃO 78

3 O JAPÃO E AS MEMÓRIAS DOS IMIGRANTES BRASILEIROS **88**
3.1 FRONTEIRAS E PASSAGENS 99
3.2 FACILIDADES E DIFICULDADES DE INSERIR-SE SOCIALMENTE 109
3.3 CHEGA DE MUDANÇA OU QUEM SABE MUDO DE NOVO? 122

CONSIDERAÇÕES FINAIS **129**

FONTES **131**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: **133**

INTRODUÇÃO

A proposta desta dissertação é interpretar historicamente o processo migratório de brasileiros para o Japão e seu retorno ao Brasil no final do século XX e início do século XXI, buscando compreender o "estranhamento"[1] dos nipo-brasileiros que participaram deste fluxo migratório. Trata-se, neste caso, de uma reflexão que pretende dar conta de uma experiência em que me envolvi pessoalmente, uma vez que, descendendo de japoneses que migraram para o Brasil no início do século XX, também participei do processo migratório de brasileiros para o Japão na última década do século XX, o que me permitiu conhecer de perto seus encantos, seus desafios e suas frustrações.

O recorte temporal escolhido deu-se por alguns fatores, a saber: no ano de 1988, o número de brasileiros residentes no Japão era de 4.159 pessoas. Em 1989, saltou para 14.528 migrantes (um acréscimo de 249,31%), indicando um momento de transição da chamada migração pioneira para a migração massificada. Isso foi estimulado pela sanção, por parte do governo japonês, da Reforma na Lei de Controle de Imigração em dezembro de 1989, que entrou em vigor em 1º de junho do ano seguinte (1990), permitindo o ingresso dos descendentes de japoneses para trabalhar naquele país sem a prerrogativa da qualificação profissional, visando prover o mercado de trabalho com mão de obra disponível a executar atividades que geralmente eram rejeitadas pelos nativos por serem consideradas de baixa qualidade e caracterizadas por algo sujo (kitanai), perigoso (kiken) e penoso (kitsui), ou os "3Ki" (muito embora muitos imigrantes brasileiros não pudessem ser classificados como trabalhadores braçais por serem estudantes, esportistas, turistas e outros que desempenham funções específicas em suas áreas profissionais). Nesse sentido, a Reforma na Lei privilegiou especificamente um determinado grupo étnico-cultural na expectativa de uma manutenção da "japonicidade", isto é, na mítica ideia de homogeneidade cultural que seria preservada com a inserção dos descendentes de japoneses.[2]

---

1 Conforme o dicionário Houaiss (2009), estranhamento possui os seguintes significados: 1- ato, processo ou efeito de estranhar, isto é – admirar-se, surpreender-se em função de desconhecimento, por não achar natural, por perceber (alguém ou algo) diferente do que se conhece ou do que seria de esperar. Não se adaptar, sentir-se incomodado. Manifestar timidez, medo, desconfiança em presença de (alguém ou algo) desconhecido ou quase desconhecido. 2-sentimento de certa aversão a alguém ou algo que não se conhece; repulsa. 3- distanciamento.

2 Outros fatores relevantes para a ocorrência deste fenômeno foram o desmantelamento do mundo bipolarizado vivenciado pela Guerra Fria, marcado com a queda do Muro de Berlim, acelerando o processo de globalização configurado pela expansão da circulação de pessoas, bens de consumo, serviços, tecnologia entre outros produtos

Por outro lado, o recorte final de análise no ano de 2010 justifica-se pelo seguinte motivo: em 2008, com o pedido de concordata do banco de investimentos Lehman Brothers, a economia japonesa entrou em crise e, milhares de pessoas ficaram desempregadas. Em 15 de setembro de 2008, a página digital da Folha de São Paulo publicou uma notícia referindo-se a crise e a essa instituição bancária[3]. Nela podia-se ler: "trata-se de um banco especializado em grandes e complexas operações e investimentos. Apesar disso, o colapso da instituição provavelmente será sentido por milhões de pessoas em todo o mundo - pelo menos indiretamente". Diante da crise, muitos nipo-brasileiros resolveram retornar ao Brasil, e dos 312.582 migrantes brasileiros presentes em 2008, restaram 267.456 em 2009, sendo que em 2010 o Ministério do Trabalho japonês apontava a presença de 252 mil brasileiros no Japão. Paralelamente a isto, nos primeiros anos do século XXI, o Brasil apresentava um crescimento econômico, industrial e urbanístico exponencial. Por conta disto, a sociedade brasileira recebia a entrada de haitianos, bolivianos, chineses e outros grupos étnico-culturais que optaram por imigrar ao Brasil. Seria o retorno do status de país imigratório configurado em fins do século XIX e início do XX? Ou, mais oportunamente, consequências do mundo globalizado, na qual o mundo está interligado, mas, não compartilhado para muitos dos que estão distantes da terra natal buscando melhores condições de vida?

Outro recorte privilegiado para o estudo em questão foi o espacial, tendo sido escolhido para isso o Estado do Paraná. O motivo foi por conta de o Estado possuir a segunda maior concentração de descendentes de japoneses no Brasil, e, também, por ser meu Estado de nascimento e moradia até os dias de hoje, sendo, portanto um fator decisivo para as pretensões desse trabalho. E para enquadrarmos o recorte espacial no Japão, optamos pela ilha de Honshu, região do Arquipélago japonês que concentra algumas das principais metrópoles, tais como Tóquio, Yokohama, Shizuoka, Nagoya, Kyoto e Osaka, as quais, por concentrarem muitas indústrias, foram o destino da grande maioria dos emigrados brasileiros.

Para dar conta da problemática proposta, a dissertação dividiu-se em três partes: no capítulo primeiro foi descrita a inserção dos japoneses no Brasil no início do século XX, e, por conseguinte, a sua presença no Estado do Paraná, abordando a situação social que vivenciava a sociedade brasileira em fins do século XIX e os acordos político-econômicos que possibilitaram o início do movimento migratório entre Brasil e Japão. Trata-se, nas palavras

---

em nível mundial e, especificamente no Japão, o fim da Era Showa em 1989 com a morte do Imperador Hiroito, dando início a Era Heisei, ano em que o Imperador Akihito sucedeu ao Trono do Crisântemo.

3 Sobre a crise da Lehman Brothers, acesse:http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u445110.shtml.

de Célia Sakurai, de uma “migração tutelada” por gozar de amplo estímulo e amparo governamental, noção esta que também é pertinente para o fluxo de nipo-brasileiros que foram ao Japão no final do século passado, conhecido como “fenômeno dekassegui”, pois igualmente aconteceu com a atuação em território brasileiro de agências que recrutavam migrantes potenciais e ajudavam na obtenção dos documentos necessários (passaporte, koseki tohon, visto), de farta propaganda nos meios de comunicação de massa, de amplo financiamento para que a pessoa pudesse sair do país e se estabelecesse no país de destino, tudo com apoio dos governos do Brasil e do Japão. E, para sustentar as análises requeridas, foram utilizados os informativos e publicações do Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior (CIATE), revistas e livros do acervo da Associação Brasileira de Dekasseguis (ABD) em Curitiba e, em complemento, os jornais Folha de São Paulo e Diário dos Campos, da cidade de Ponta Grossa.

No segundo capítulo tentou-se mostrar alguns dos perfis traçados sobre o dekassegui, em especial o paranaense. Para tanto, foram aproveitados de início os dados fornecidos pelos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, de 1980, 1991 e 2000, priorizando aspectos como atividades econômicas em que tal população estava inserida, seu nível de letramento e grau de escolaridade, suas opções religiosas. Em seguida, buscou-se aproveitar alguns elementos fornecidos por órgãos de imprensa para compor imagens identitárias deste grupo social, como o material comemorativo do centenário da imigração japonesa para o Brasil divulgado pela Gazeta do Povo, de Curitiba, em junho de 2008, e diversas matérias difundida pelo International Press, primeiro e mais importante jornal em língua portuguesa publicado no Japão a partir de 1991, em geral apresentando um perfil negativo dos brasileiros e, por conseguinte, dos dekasseguis. Depois, em complemento, foi inserida uma espécie de breve memorial em que procurei narrar alguns dos fatores mais decisivos de minha própria experiência enquanto imigrante: em 1992, no período do auge do fluxo migratório, fui a Shiga-Ken, província próxima de Kyoto, e mais adiante mudei para Osaka, onde residi até 1996, retornando ao Brasil para voltar ao Japão com minha companheira e ficar até 2005, em regiões próximas a Tóquio, nas províncias de Tochigi, Gunma e Saitama, retornando em definitivo ao Brasil trazendo junto o nosso filho Abner (esses anos vivenciados e o estranhamento em relação à língua japonesa, gastronomia e certos costumes da sociedade local foram detalhados mais pausadamente ao longo da escrita).

Por fim, no terceiro capítulo, foram aproveitadas onze entrevistas semiestruturadas que realizei com pessoas que foram ao Japão e que posteriormente retornaram ao Brasil, tendo

como amparo metodológico a História Oral, a fim de tentar compreender aquilo que Willians (2000) denominou de “estruturas de afetividade” dos nipo-brasileiros procedentes do Estado do Paraná que participaram do fluxo migratório entre Brasil e Japão, ou seja, de que maneira eles processaram os estranhamentos face à sociedade receptora e, posteriormente, os manifestados no retorno à terra de partida. Afinal, uma das questões que o migrante (dekassegui) nipo-brasileiro vivenciou ao partir foi a indagação sobre as características de sua sociedade de origem e de seu pertencimento a ela, bem como sobre as características da sociedade de recepção e de sua efetiva inserção nela.

Detalhando melhor o objetivo central da dissertação, pode-se dizer que ele procura interpretar alguns dos modos de ver os dekasseguis e destes se verem e se darem a conhecer, num contexto de acentuado estímulo à imigração para o Japão e, depois, de retorno para o Brasil, contexto esse demarcado por identificações culturais cultivadas com afinco há muito tempo. Conforme Elisa Massae Sasaki (1998, p.4) menciona: “é visível como o mito do retorno influencia na consciência do migrante”, chamando a atenção para o fato de que seu “homeland” (termo segundo diz: “para designar a sociedade ou país de origem, o ‘lar’ do migrante”) é bastante complexo por considerar, num primeiro inicial, que ele fica no Japão “porque seus ancestrais são provenientes de lá, então consideraremos essa migração como sendo de retorno, pois ligado pela raça e consanguinidade, filhos e netos desses migrantes estão retornando para o Japão”. Além disso, tal discurso de “retorno” ao Japão pelo migrante era reforçado por algumas autoridades e letrados japonesas, como alguns membros do Partido Liberal Democrata (PLD) que diziam que a inserção dos descendentes manteria a “homogeneidade étnico-cultural do povo nipônico”, a mítica ideia de um povo único e singular.

Sasaki (1998, p.5) prossegue afirmando que “para se ter um retorno, deveria haver antes uma partida, assim não poderíamos chamar tal fluxo migratório de retorno, mas de ida” e, neste sentido, a sociedade de origem ou o lar do migrante seria o Brasil. Todavia, percebe ela, o sentimento do dekassegui é o de um “duplo retorno, dois homelands como referência”:

> Podemos pensar numa terceira possibilidade: de um duplo retorno nesta mesma migração, isto é, o dekassegui teria dois homelands como referência, que talvez perceba em momentos diferentes na experiência migratória. Num primeiro momento, antes de partir, o país de destino é pensado pelo dekassegui como a terra de seus ancestrais e, em algum lugar no seu imaginário, ele tem um sentimento de pertencimento em relação ao Japão, bem como a possibilidade do mito do retorno à sua origem étnica. Mas, num segundo momento, quando ele chega no Japão e, mesmo sendo um japonês

> radicado no Brasil (ou um descendente),percebe-se como um estrangeiro. Nesse caso, o país de origem (ou o homeland) é o Brasil.

O dekassegui brasileiro que passou anos de sua vida no Japão pôde usufruir de muitos e novos bens, materiais e imateriais. Adquirir aparelhos eletrônicos, carros, perfumes e outros produtos, que continuamente as indústrias e as novas tecnologias produziam; além de frequentar galerias de arte, shows musicais, teatros, geralmente oportunizados nas metrópoles que concentram esses serviços e bens de consumo. Na lógica do liberalismo econômico, quem "oferece precisa tratar de criar necessidades sempre novas naqueles que corteja", conforme Georg Simmel (2005, p.587). Por outro lado, ao transitar globalmente, muitos dekasseguis brasileiros integraram-se em algo que vários autores têm chamado de "pós-modernidade", isto é, usaram a nacionalidade brasileira e o estereótipo do japonês para melhor se deslocar: vários, por exemplo, saíram do Japão para trabalhar em outro país, como a Inglaterra, passando pelos postos alfandegários, portos, aeroportos e outros locais de acesso ao país com o passaporte brasileiro, mas enfatizando a procedência e origem da sociedade japonesa (comprovado pelo carimbo do re-entry, autorização do Departamento de Imigração do governo japonês ao estrangeiro, desde que o mesmo tivesse visto válido de permanência no país para que pudesse sair e entrar no Japão em seu passaporte).

Desse modo, a "homeland" não estaria vinculada a uma única sociedade de origem, Brasil ou/e Japão na ideia de retorno, mas sim em "dois homelands como referência". De acordo com isso, na volta ao país de nascimento, o migrante buscaria "algum lugar" que lhe pudesse oferecer o poder de compra que ele tinha acesso na sociedade japonesa. Assim, no Brasil, considerando como país de origem ou de retorno, quando a pessoa conseguiu uma prosperidade econômica, deparou-se com a escassez de bens e serviços, o que ajudaria a configurar uma nova identidade cultural, mais provisória, variável e problemática, que não prende o indivíduo a uma determinada sociedade. Conforme Stuart Hall (2005, p.12-13) aborda, "a identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam". Destarte, muitos dekasseguis passaram a considerar um, dois ou mais "lugares" de referência, quando melhor lhes conviesse.

Para a continuidade desse diálogo acerca da ida, retorno e identidade, usaremos das entrevistas realizadas com onze migrantes retornados, os quais puderam descrever o perfil identitário, os motivos porque emigraram e a memória das experiências vivenciadas. Nesse sentido, o terceiro e último capítulo abordará o Japão e a memória dos imigrantes brasileiros,

as lembranças das fronteiras que vivenciaram na sociedade japonesa e o modo pela qual conseguiram superar as dificuldades, como as barreiras físicas ou simbólicas que delimitam as fronteiras sociais, tendo como ponto de partida as dificuldades na obtenção das documentações, no país de origem e de destino, os quais exigiam condições prévias para dar o direito de locomoção ao migrante. Depois, o contato com outras e novas barreiras aconteceram para a inserção na sociedade japonesa, como o desconhecimento da língua e o estranhamento dos hábitos culturais, como na alimentação.

Por sua vez, pelos anos vividos no Japão, diversas práticas culturais foram apropriadas, ainda que parcialmente, dos signos linguísticos aos hábitos gastronômicos e comportamentais, que em seu retorno ao Brasil são mantidos, lembrados ou colocados em desuso. Ao retornar, a pessoa vivencia um novo estranhamento na sociedade de partida: a imagem guardada em seu imaginário não corresponde integralmente à realidade que ela encontra e o contato com a terra de partida causa estranheza. Em razão disso, abordaremos o que as pessoas preservaram em sua memória do que levaram e do que trouxeram na bagagem entre Brasil e Japão; as facilidades e dificuldades que tiveram para inserir-se socialmente; os "horizontes de expectativas" que o retornado contempla, isto é, chega de mudança ou quem sabe muda de novo?

Pelas suas características e objetivos, como afirmado anteriormente, o presente trabalho foi desenvolvido na perspectiva da História Oral, objetivando mostrar as experiências dos dekasseguis brasileiros a partir de entrevistas semiestruturadas. Para Alessandro Portelli (1997, p. 31) "a primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados". Assim, a história oral não serve apenas como um meio para prover de informações acerca do passado, mas para trazer ao tempo presente os significados do vivido, as representações e fala a partir da "subjetividade do expositor". Ainda segundo ele, "fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez". Desse modo, a História Oral compreende a vida pessoal, dá voz aos anônimos da história, aqueles que muitas vezes são esquecidos na escrita histórica.

Essa escrita sustentada pela História Oral recorre também ao conceito de História proposto por Walter Benjamin a respeito da "tarefa de escovar a história a contrapelo". Conforme Benjamin (1985, p.224) chamou a atenção, "articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal

como ela relampeja no momento de um perigo", em se considerando que este perigo seja o esquecimento e também uma escrita histórica que não dê voz aos anônimos protagonistas desse processo histórico. E a ideia de uma História Oral na qual dá voz às pessoas comuns como principal agente das narrativas vai de encontro à "History from Below", conforme Jim Sharpe (1992, p.41-40) menciona:

> O interesse na história social e econômica mais ampla desenvolveu-se no século dezenove, mas o principal tema da história continuou sendo a revelação das opiniões políticas da elite. Havia, é claro, vários indivíduos que se sentiam infelizes com essa situação, e, já em 1936, Bertold Brecht, em seu poema Perguntas de um Operário que Lê, apresentou aquela que provavelmente ainda é a afirmação mais direta da necessidade de uma perspectiva alternativa ao que poderia ser chamado de "história da elite". Mas provavelmente é justo dizer que uma declaração séria da possibilidade de transformar essa necessidade em ação só surgiu em 1966, quando Edward Thompson publicou um artigo sobre 'The History from Below' em The Times Literary Supplement. Daí em diante, o conceito da história vista de baixo entrou na linguagem comum dos historiadores.

Assim, a metodologia da História Oral torna-se uma importante chave para mostrar as experiências de homens e mulheres que passaram parte de suas vidas em outro país e concomitantemente amplia os debates sobre as migrações transnacionais na convergência de uma historiografia pertinente à História do Tempo Presente. Graças a isso, a escrita historiográfica "pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve" (Chartier: 2006, p.216).

A memória das experiências do vivido e daquilo que é encontrado no retorno (o qual ele considera como terra de partida) produz um sentimento de mal estar, de estar-se fora do lugar. Nesse sentido, enfatizaremos a discussão da *eikón*, conforme Paul Ricoeur (2007, p.27) postula acerca da tese platônica para "a representação presente de uma coisa ausente", a problemática da "memória pela imaginação". Pois como esse autor (idem, p.41) apregoa, "a memória está no singular, como capacidade e como efetuação, as lembranças estão no plural: temos umas lembranças".

Para a dissertação, foram somente convidados a participar das entrevistas adultos que tiveram a experiência dekassegui, de ambos os gêneros (homem/mulher). Assim, foram escolhidas pessoas que migraram no respectivo recorte temporal, entre 1989 a 2010, num total de doze, a saber: três entrevistas em Curitiba, com três mulheres, das quais uma é empresária, outra, funcionária pública e, a última trabalha em uma indústria. Na cidade de Ponta Grossa,

foram seis entrevistas: quatro pessoas que trabalham na área comercial e um casal que aguarda o período de crescimento da filha por seis meses, planejando voltar novamente ao Japão. E, em Londrina, duas pessoas do sexo feminino que foram ao Japão e permaneceram por mais de uma década residindo naquele país. De todos, apenas um casal não é descendente de japoneses, sendo que a mulher foi adotada quando criança e, por conseguinte adquiriu o direito do registro civil japonês, o qual exige a prerrogativa de *jus sanguinius* para que o migrante possa obter o visto de entrada para trabalhar naquele país, sem qualificação profissional. Todas as pessoas que concordaram em participar das entrevistas, somente o fizeram mediante seu anonimato. Desse modo, receberam nomes fictícios para a identificação, conforme acordo prévio entre entrevistador e entrevistados.

Visando aperfeiçoar a compreensão do "fenômeno dekassegui", também, entrevistei outro pesquisador envolvido com esse processo migratório, o presidente do Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior (CIATE), professor Dr. Masato Ninomiya, docente na Faculdade de Direito e no Curso de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, cujos trabalhos abordam o tema do processo migratório e os acordos jurídicos e previdenciários entre Brasil e Japão, no que concerne aos trabalhadores brasileiros.

Enfim, este trabalho pretende compreender o movimento social de nipo-brasileiros do Estado do Paraná que foram ao Japão em busca de melhores condições de vida e de trabalho e seu processo de retorno ao Brasil e, tanto na ida quanto no retorno passaram por estranhamentos face às sociedades em que procuravam se inserir. Dentre eles, cabe ressaltar a grande relevância dos referenciais ligados a um passado aprendido e apreendido que continua a se fazer presente na memória e nas ações das pessoas. Conforme Marina Franco e Florencia Levín (2007, p.31): "Se trata, en suma, de um pasado 'actual' o, más bien, de um pasado en permanente proceso de 'actualización' y que, por tanto, interviene en las proyecciones a futuro elaboradas por sujetos y comunidades". Para tanto, é necessário que, como sublinha Maria Inês Mudrovcic (2009, p.105), exista uma história em condições de ser compartilhada pelos membros do grupo, "de tal modo que cada um possa dizer 'nós' vivemos este acontecimento, ainda que somente alguns – ou nenhum deles – o tenham experimentado diretamente".

É evidente que as experiências vivenciadas conferem particularidades próprias entre o ontológico e o representado. Todavia, a metodologia da História Oral permite o diálogo

profícuo entre a história vivida e a história representada: como complementa Mudrovcic (2009, p.105): “O acontecimento pode não constituir propriamente uma lembrança dos membros atuais do grupo, mas deve ter sido uma lembrança comum de seus predecessores”, pois o passado é “uma dimensão permanente da consciência humana” (Hobsbawm: 1998, 22). Nesta perspectiva, o sentido deste trabalho é analisar a produção destas intrincadas e complexas relações entre presente e passado, entre vivido e representado, buscando localizar suas contínuas mudanças e transformações.

1 IMIGRAÇÃO JAPONESA AO BRASIL

Esse capítulo descreverá o processo da vinda dos japoneses ao Brasil e alguns dos caminhos percorridos pelos que se dirigiram ao Estado do Paraná. Se por um lado, a Restauração Meiji levou o Japão a um exponencial progresso econômico, por outro, trouxe mudanças estruturais bastante contundentes. Pois antes da Era Meiji, no período do Japão dos xogunatos, grande parte da população vivia em áreas rurais. Depois que as lideranças políticas fizeram a reestruturação econômica, ocorreu o êxodo rural, no qual os camponeses buscaram as áreas urbanas em busca de melhores condições de vida. Consequentemente, a alta densidade demográfica que o país possuía em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, precipitou de certo modo o processo de imigração de japoneses para outras regiões do planeta. No Brasil, grande parte dos políticos e intelectuais desse período tinha o ideal de "embranquecimento" do povo brasileiro, pois "imaginavam" que assim a Nação pudesse se tornar mais próspera e desenvolvida. No entanto, apesar das ideias e dos discursos dos teóricos racistas, os fazendeiros paulistas buscavam por trabalhadores dóceis e submissos para a lavoura cafeeira. Embora os japoneses não atendessem as expectativas do perfil tipológico caucasiano, os interesses dos fazendeiros paulistas, bem como de empresários japoneses, fizeram com que a classe política estabelecesse acordos diplomáticos para atender interesses mútuos. Do lado japonês objetivava-se reduzir a densidade demográfica e, no Brasil, os cafeicultores buscavam por mão de obra que aceitassem as condições trabalhistas impostas por eles.

Cabe lembrar que para o processo de ocupação no Estado do Paraná, as companhias colonizadoras tiveram papel fundamental, pois as mesmas colocavam em prática os projetos migratórios alinhados aos interesses das políticas governamentais, como foi o caso da Kookoku Shokumin Kaisha que trouxe os primeiros imigrantes japoneses ao Brasil e que a partir de 1917 passou a ser denominada de Companhia Ultramarina de Empreendimentos (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha - KKKK). Mais ainda, foi dentro da mesma lógica que foi criada a Brazilian Plantation Syndicate Ltda., que posteriormente passou a ser denominada de Paraná Plantations Company e, em 1925, junto a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) empreendeu esforços no sentido de "implantar um projeto imobiliário e ferroviário no norte do Paraná".

1.1 INSERÇÃO DOS JAPONESES NO BRASIL E A PRESENÇA NO PARANÁ

Historicamente, nas últimas décadas do século XIX, havia um acirrado debate acerca da intencionalidade do "embranquecimento" da população brasileira. Discussão que aconteceu nas mais diversas esferas sociais, dos políticos aos intelectuais, e que se estendeu pelas décadas seguintes do século XX. O centro das discussões pautava-se na hipotética supremacia da raça branca, dos povos de origem caucasiana, e, por conseguinte, na ideia de desenvolvimento e progresso do que o Brasil poderia "vir a ser" com a vinda do imigrante europeu.

Presente na Corte de D. Pedro II, o conde Arthur de Gobineau era um dos mais proeminentes intelectuais com quem o monarca dialogava sobre assuntos relacionados à mestiçagem dos povos e o que isso poderia causar à humanidade: misturar raças superiores e inferiores. O conde tinha uma posição bastante depreciativa em relação à população brasileira desse período. Conforme Ricardo Alexandre Santos de Souza (2008, p.123): "o Brasil, aos olhos de Gobineau, padecia de dois problemas fundamentais: primeiramente a falta de um passado histórico medieval" e o segundo, "e mais grave problema, era alto grau de miscigenação da população do país, o que aos olhos do Conde era sinônimo de degeneração". Mas, apesar das restrições deste e de muitos outros intelectuais[4], muitos povos de diferentes procedências continuaram vindo para o Brasil, inclusive asiáticos, sobre os quais criaram-se expectativas positivas e negativas. Jeffrey Lesser (2001, p.32) menciona que "eles vinham da Ásia longínqua, um lugar onde poucos haviam estado, mas que todos conheciam".

No ano de 1894, com a chegada do diplomata japonês Sho Nemoto, avançaram efetivamente os acordos políticos entre os representantes do governo brasileiro e japonês para oficializarem o início do processo imigratório. Lesser (2001, p.154) descreve que "Nemoto vendeu a imagem dos imigrantes japoneses como sendo tudo o que os europeus não eram: quietos, trabalhadores e ansiosos por se tornarem brasileiros". Em 1895, segundo Jeffrey Lesser (2001, p.156): "foi assinado o primeiro tratado Brasil-Japão, e os anos seguintes assistiram a um rápido crescimento dos debates oficiais sobre a mão de obra japonesa".

---

4 Conforme o trabalho sobre "o racismo na História do Brasil" da historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro (2007), que menciona o posicionamento de alguns intelectuais brasileiros (Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Francisco Adolfo de Varnhagen, Euclides da Cunha e Francisco José de Oliveira Vianna) que compartilhavam das ideias de raça, eles procuravam justificá-las com base em doutrinas teóricas, tais como: arianismo, darwinismo social, evolucionismo social e eugenia.

Diante das expectativas em arranjar trabalhadores ordeiros e submissos que pudessem aceitar as condições contratuais impostas pelos fazendeiros paulistas, os japoneses chegaram a bordo do navio Kasato Maru, em 18 de junho de 1908. Segundo Tomoo Handa (1987, p.4), vieram "800 imigrantes (sendo 781 sob contrato, 10 espontâneos e outros)". Desde então, milhares de pessoas vieram ao Brasil e, o processo possibilitou a entrada de muitas famílias[5] japonesas que se encontravam desestruturado com o processo da Restauração Meiji[6]. Para Cré, Sarraff e Lacerda (2011):

> Com a restauração do poder imperial, o jovem imperador Mutsuhito (e seus conselheiros) tinha a intenção de modernizar o país para que pudesse concorrer com as potências mundiais da época. Para isso, foram tomadas medidas que podem ser resumidas pelo primeiro documento publicado da restauração: a Declaração dos Cinco Artigos (1868). Nela, o império se compromete a instituir assembleias para resolver assuntos do Estado; promete abolir 'maus hábitos' feudais; permitir que todos possam buscar sua satisfação; unir todas as classes para a administração das coisas do Estado e buscar conhecimento em todas as partes do mundo. Para alcançar o objetivo da modernização, foram contratados mais de 3 mil conselheiros estrangeiros e foram enviados estudantes japoneses para estudar nesses países para aprenderem as novas técnicas e para a aplicação de uma estrutura para a produção semelhante à ocidental.

Em julho de 1853, quando a esquadra estadunidense (Esquadra Negra) comandada pelo Comodoro Perry ancorou na baía de Yokohama, precipitou de certo modo o declínio do regime do xogunato (o xogum exercia o real governo político e militar). Os japoneses que presenciaram a chegada dos navios ficaram assustados diante dos norte-americanos, pois o comandante impôs o ultimato às lideranças políticas japonesas para que o Arquipélago saísse do estado de isolamento e estabelecesse o comércio, caso contrário, seria atacado. Segundo Cré, Sarraff e Lacerda (2011), as autoridades das naves bélicas que representavam os EUA pressionaram os japoneses para que pudessem contar com os portos, a fim de: "reparar seus navios e obter suprimentos durante suas viagens comerciais, mas, principalmente, desfrutar do carvão (combustível das novas máquinas a vapor) que era abundante no arquipélago".

---

5 Segundo descrito na obra Ayumi – caminhos percorridos, de Claudio Seto e Maria Helena Uyeda (2002), muitos imigrantes formaram a "família composta", os quais tinham basicamente três características: 1º - casais sem filhos "que faziam adoção de solteiro desconhecido através do escritório de emigração"; 2º - casais jovens, "com filhos menores de 12 anos, que traziam um parente como agregado"; e o 3º - "jovens que arranjavam casamento para poder vir e traziam parentes, amigos ou até desconhecidos". Esses arranjos familiares foram feitos para atender a exigência da "terceira enxada", pois "permitia somente a entrada de famílias com 03 a 10 pessoas, com mais de 12 anos".

6 Era Meiji (governo iluminado), período compreendido entre 1868 a 1912. A restauração do poder imperial, ou centralização política voltou às mãos do Imperador Mutsuhito Tenno, muitas vezes chamado de Imperador Meiji. Este período também conhecido como o processo de modernização do Japão, cujos esforços foram no sentido de reestruturação política, econômica, social e cultural, sobretudo adquiridos e vistos dos modelos ocidentais da Europa e EUA.

A percepção do “tempo e espaço”, “de si mesmo e dos outros”, “das possibilidades e perigos da vida”, pôde-se perceber no momento em que os japoneses e norte-americanos estiveram frente a frente. Essa experiência de vida compartilhada caracteriza a vida moderna. Segundo Marshall Berman (1988, p.15) conceitua acerca do “ser moderno”, posto assim: “é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”. O contato entre dois mundos causa o estranhamento do “Eu” em relação ao “Outro”, e nesse encontro as mudanças são inevitáveis para ambos os lados.

A pressão exercida pela esquadra estadunidense causou o desmantelamento estrutural do “antigo regime japonês” e o processo de transição à Era Meiji, o qual suscita a perspicaz reflexão que Berman bem chamou atenção sobre a aventura da modernidade. Pois a mudança que ocorreu no Japão despejou (1988, p.15) “a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia”. Impotentes diante das forças militares e tecnológicas dos norte-americanos, os japoneses empreenderam esforços para que pudessem aprender com o modelo de produção econômica e organização social na qual apresentava a sociedade europeia e norte-americana.

O historiador Eric Hobsbawm (1977, p.83) diz que “se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa”. Pois como menciona Hobsbawm (1977, p.83-84), a “Grã Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas”, mas foi a França que: “forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo”. As ideias dos pensadores esclarecidos influenciaram diretamente a sociedade japonesa, pois o conceito de “Estado-Nação”, “liberdade”, bem como de “igualdade” tem-se posto desde então. Conforme Elisa Massae Sasaki (2009, p.25) aponta que “o sucesso da Restauração Meiji deu-se devido à vontade da nova liderança de abandonar as políticas isolacionistas do passado a favor dos métodos ocidentais de organização política, econômica e militar”. No entanto, surge uma indagação: quem era a nova liderança que detinha o real poder político? Segundo Sasaki (2009, p.25): “estava nas mãos de uma nova elite composta por um pequeno grupo de jovens samurais, a maioria da baixa hierarquia de sua classe, junto com alguns nobres da corte que nunca haviam se envolvido com política”. O alinhamento político-econômico aos moldes ocidentais fez com

que o Japão transformasse seu status nacional para grande potência mundial, ou mais apropriadamente, o Japão tornou-se concorrente direto aos interesses na região asiática, junto de outros países imperialistas. A transição direcionada à forma capitalista empreendida pela Restauração Meiji, impôs perdas de regalias e privilégios à classe guerreira na hierarquia aristocrática, bem como, de sua representatividade social. A ascensão dessa classe guerreira dera-se a partir do século VIII, conforme Jorge Henrique Cardoso Leão (2010) diz:

> Durante o *Período Heian* (VIII-XII), o Japão vivenciou o auge de seu Estado imperial. Em meio desta situação de paz, garantida pelas armas, duas categorias passaram a se destacar no cenário político nipônico: os *samurais* (guerreiros e/ou cavaleiros) e os *daimyôs* (aristocracia guerreira). Com o passar dos séculos e da importância dessas categorias na política do país, a ascensão dos Minamoto (XII-XIV) assinalou a criação do *Bakufu* (Governo do Xogun*)*.

O choque do Antigo para o Novo regime japonês traz à memória a produção cinematográfica: “O Último Samurai” (produzido pela Warner Bros), o qual mostra a difícil transição da concepção de “tradição” para o de “modernidade”. A narrativa gira em torno de Saigo Takamori (1827-1877), líder do clã Shimazu de Satsuma que se insurgiu em 1876 contra seus pares. Influente junto à Corte do Imperador e um dos principais mentores da Restauração Meiji, Saigo vivenciou a paradoxal mudança para a “modernidade”, ou seja, das novas condutas comportamentais que impunham o rompimento com os costumes inventados nos séculos anteriores. Na Declaração dos Cinco Artigos, de 1868, tinha-se o pressuposto de abolir os ‘maus hábitos’ feudais e a normatização para proibição do uso da kataná (espada japonesa) pelas ruas. Diante da manutenção das tradições e, as expectativas de mudanças à modernidade, os guerreiros samurais foram conduzidos por Saigo ao confronto militar na batalha de Shiroyama, em 24 de setembro de 1877. Conforme Marcos Paulo dos Reis Quadros (2010, p.10) diz, “trezentos mil soldados foram mobilizados para sufocar os vinte e cinco mil samurais insurretos, sendo que seis mil deles foram massacrados pelas novas armas vindas do ocidente”.

Na segunda metade do século XIX, das diversas mudanças ocorridas no Japão, uma em especial merece atenção: o processo de urbanização, pois a mesma foi um dos fatores determinantes para o desencadeamento migratório. No período do xogunato, a maioria da população japonesa vivia em áreas rurais. Com as mudanças econômico-sociais, as cidades expandiram-se urbanisticamente. Assim, no Japão de fins do século XIX, havia uma densidade demográfica exponencial e, uma das medidas tomadas para o equilíbrio social foi no sentido de promover a migração para outros continentes e nações.

Em sua clássica obra: “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, o sociólogo Max Weber (2004, p.48), menciona que “o capitalismo hodierno, dominando de longa data a vida econômica, educa e cria para si mesmo, por via da seleção econômica, os sujeitos econômicos - empresários e operários - de que necessita”. Nesta linha de raciocínio, nota-se que movimentos migratórios são extremamente vantajosos para que os países equilibrem a situação socioeconômica. Ao permitir a saída de muitas pessoas de seu território, alguns países com excedente populacional encontra a válvula de escape para os problemas internos, isto é, não necessitam aplicar recursos financeiros em novas moradias, novos postos de trabalho, saneamento básico e outros investimentos que se fazem necessário para o convívio humano. Além disso, aqueles que migram produzem a *posteriori* uma fonte de riquezas com as remessas de dinheiro para o país natal. Para o país receptor, a chegada em massa de imigrantes forma um excedente de mão de obra. Portanto, a fim de concretizar o fluxo migratório, as nações envolvidas viabilizam o trânsito de pessoas ao abrir suas fronteiras alfandegárias. O que atende de certo modo, ainda que momentaneamente, os problemas socioeconômicos dos países envolvidos.

Nessa linha de raciocínio Abdelmalek Sayad (1998, p.239) menciona que: “o imigrante lembra, até o uso que dele se faz, que ele é 'produto' de uma transação entre os dois países; e uma transação que continuará sempre a se efetuar, quer se queira quer não, por meio de sua pessoa”. O resultado contratual, segundo Sayad (1998, p.239) “pode ser explícito, mas contrato que pode também ser deixado em estado implícito”. Assim sendo, os acordos entre Estados nacionais, conforme mencionado anteriormente estabeleceu um vínculo politicamente viável para ambos os países, cuja finalidade visa o equilíbrio social, caracterizado pelo fluxo de expulsão e recepção de pessoas. Evidente que além das conotações macro-históricas, há o envolvimento de cada participante para que o fluxo revigore ao longo do tempo. Cabe lembrar também que para Sayad (1998) o migrante não é apenas fator econômico, mas sujeito que reverbera a vida social.

Depois da viagem de cinquenta e um dias e vinte mil quilômetros percorridos, o navio Kasato-Maru aportou em Santos, no Estado de São Paulo, em 1908. Dentre os que chegaram, havia o desejo corriqueiro e o pensamento arraigado de enriquecer rapidamente, para voltar novamente ao Japão. A maioria dos primeiros imigrantes era procedente das respectivas províncias: Miyagi, Fukushima, Niigata, Tóquio, Kumamoto, Kagoshima, Hiroshima, Kochi e Okinawa. Algumas destas províncias localizam-se geograficamente distantes umas das outras e mantém aspectos culturais peculiares que os diferenciam da imaginada concepção de

homogeneidade dada ao japonês. Porém, esta imagem sabidamente construída e geralmente divulgada resulta dos esforços empreendidos pela política Meiji, que definiu a configuração administrativa do Japão atual. Conforme Yoko Nitahara Souza (2012, p.365-366):

> Antes disso, o xogunato Tokugawa, que dominou grande parte do que hoje é o território japonês durante 265 anos, impunha medidas restritivas que incluíam a proibição do livre trânsito entre os feudos. Isso fez florescer um Japão com uma cultura segmentada, formada por um mosaico de dialetos, hábitos alimentares, símbolos, crenças, economias e valores distintos de um feudo para outro. Embora se propague mundo afora que existe uma unicidade e homogeneidade cultural no Japão (Tan-Itsu-Minzoku=Povo de um traço singular), são encontradas, ainda hoje no Japão, heranças dessa diversidade cultural que se sedimentou nessa época.

A percepção da incapacidade de lutar contra os estrangeiros que aportaram na baía de Yokohama, a bordo da "Esquadra Negra" capitaneada pelo Comodoro Perry, fez com que a elite japonesa empreendesse esforços para uma radical mudança na estrutura social e, como mencionado anteriormente buscar aprendizado e novos valores sobrevindos do Ocidente. Todavia, o contato com o mundo exterior, fez com que os japoneses olhassem para si próprios e procurassem uma concepção que desse sentido de quem eles eram, na busca de pertença. Havia o complexo e ambíguo conceito para defini-los – raça ou etnia?

A partir da segunda metade do século XIX, as nações industrializadas da Europa, os Estados Unidos da América e o Japão praticavam o expansionismo imperialista em certas regiões do planeta com a justificativa de suposta superioridade racial e cultural, o que se mesclava às ideias de "civilização" e "progresso", com amparo em letrados e em teorias com pretensões científicas. Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (1998, p.33) mencionam que: "de um modo ou de outro, os autores do século XIX tentam responder à mesma questão: como abranger princípios sobre os quais se fundam a atração e a separação das populações?" e que para responder a isto Vacher de Lapouge introduz nas Ciências Sociais a noção de etnia, sem atribuir-lhe, por sua vez, uma grande importância. E isto, segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p.33), Lapuge era: "defensor inflamado da 'escola selecionista', a raça, definida como o conjunto dos indivíduos que possuem em comum um determinado tipo hereditário, é o fator fundamental da história".

Refletindo sobre "Raça, Etnicidade e Nacionalismo no Imperialismo Japonês", Elisa Massae Sasaki (2009, p.45) escreve que:

> Posto isso, no Japão, notamos ambigüidades nos usos inconsistentes e sempre intercambiáveis dos termos '*minzoku'* 民族 e '*jinshu'* 人種 para designar 'raça'. Os ideogramas de '*minzoku'* remetem literalmente a "pessoas aparentadas" e o termo evoca significados nacionais e étnicos da palavra raça, enquanto '*jinshu'* – "tipos humanos" – implica em uma classificação biológica. Ambos os termos eram empregados para contrastar os asiáticos dos ocidentais e os amarelos dos brancos; [...].

Nesse sentido, o conceito de raça envolve as supostas heranças biológicas que são caracteristicamente definitivas. A partir da segunda metade século XIX e nas décadas seguintes do século XX que antecederam a II Grande Guerra, essa concepção atendia diretamente aos fins políticos de diversos Estados que procuravam configurar a unicidade do povo em torno desse ideal. Entretanto, como considerar alguém proveniente da ilha de Hokkaido aparentado com as pessoas de Okinawa na concepção de hereditariedade? Pois se sabe da proximidade geográfica dos habitantes de Hokkaido com os russos siberianos; e das pessoas de Okinawa com os polinésios, chineses e coreanos. Todavia, quando imigraram ao Brasil, todos aportaram como japoneses, e "muitos integrantes das elites brasileiras" suscitavam o imaginário de uma comunidade não asiática. Conforme Jeffrey Lesser (2001, p.160) abordou: "Reconfigurar os japoneses como não-asiáticos foi um passo importante na criação de categorias 'étnicas' para os imigrantes, e os diplomatas japoneses avidamente reforçavam essas opiniões, com constantes lembretes de que seus súditos eram 'brancos'", concluindo em seguida que "Como muitos integrantes das elites brasileiras colocavam os imigrantes japoneses numa posição hierárquica igual ou superior à dos europeus, as imagens dos passageiros do Kasato-Maru eram positivas", positividade esta, diga-se de passagem, reforçada a partir do momento em que o Japão venceu a Guerra contra a China (1894-1895) e, contra a Rússia (1904-1905), em seu expansionismo imperialista.

Os imigrantes japoneses que aportaram em Santos, em 1908, apresentavam distinções culturais bastante expressivas, sendo, porém, tratados todos uniformemente como "japoneses", o que contribuiu para lhes conferir um imaginário comum. Desta maneira, cada um deles podia encontrar o seu "lugar, sua identidade e sua razão de ser", conforme Bronislaw Baczko (1985, p.309), que sublinha: "é assim, que através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns". A pertença a um grupo étnico-cultural em torno da imagem do Japão reduziu as diferenças em favor de um referencial coletivo nos anos que antecederam a II Grande Guerra Mundial.

Ao findar a Guerra, os sentimentos dos imigrantes japoneses em torno de uma comunidade étnico-cultural estiveram abalados por divergências nacionalistas. De um lado os vitoristas (kachigumi), de outro os derrotistas (makegumi), que se alinharam em posições contraditórias, no interior dessa comunidade. O escritor Fernando Morais (2000) pesquisou sobre a organização Shindo Renmei, em seu livro "Corações Sujos". Os membros desta organização acreditavam que a "notícia da rendição do Japão às forças aliadas era uma fraude, um golpe da propaganda aliada para quebrar o orgulho dos japoneses em todo o mundo". Os 20% da comunidade japonesa no Brasil, que sabiam e admitiam a derrota do Japão, foram apelidados de derrotistas (makegumi), e taxados de "corações sujos, acusados de traição à pátria". Segundo Morais (2000), "de janeiro de 1946 a fevereiro de 1947, batalhões de tokkotai, os matadores da Shindo Renmei, percorreram o estado de São Paulo, realizando atentados que levam à morte 23 imigrantes e deixam cerca de 150 feridos". Assim, percebe-se que o conceito de etnicidade, se produz e é reproduzido incessantemente ao longo da história, conforme as implicações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Mapa 1: O Japão contemporâneo e suas províncias

Fonte: <http://passadoepresente-cadu.blogspot.com.br/2011/08/mapa-politico-do-japao.html>. Acessado em: 19/10/2012.

Assim que o navio Kasato Maru atracou em Santos, no dia 18 de junho de 1908, os imigrantes desembarcaram e logo foram conduzidos por trem à Hospedaria de Imigrantes, na cidade de São Paulo. Uma semana depois, a partir do dia 27 desse mesmo mês, os japoneses

foram distribuídos e enviados para as respectivas fazendas: Fazenda Canaã, no dia 27 de junho, “152 pessoas componentes de 24 famílias dos imigrantes de Okinawa”; Fazenda Floresta, no mesmo dia, “173 pessoas de 23 famílias, ainda dos imigrantes de Okinawa”; Fazenda São Martinho, no dia 28 de junho, “101 pessoas de 27 famílias vindas de Kagoshima”; Fazenda Guatapará, também no dia 28 de junho, “88 pessoas de 23 famílias provindas de Kagoshima, Kochi e Niigata”; Fazenda Dumont, ”210 pessoas de 52 famílias vindas de Fukushima, Kumamoto, Hiroshima, Miyagi e Tóquio” e finalmente, na Fazenda Sobrado, no dia 6 de julho, “49 pessoas de 15 famílias provenientes de Yamaguchi, Aichi e demais províncias”, conforme Handa (1987, p.17). Para os pioneiros, restava a expectativa de sucesso e o sonho da busca da “árvore de dinheiro”, isto era a referência simbólica que se fazia à árvore de café e que fora construída pelas propagandas que anunciavam as facilidades de conseguir dinheiro no Brasil. Inventou-se assim o imaginário de que em poucos anos de trabalho seria possível regressar ricos, sintetizado pelo conceito burguês do *self-made man*. Com as devidas exceções, a cada dia que se passava, a expectativa de acumular dinheiro tornava-se mais difícil. Primeiro, por conta do contrato firmado com o patrão pelo período de dois anos e, segundo, pelas necessidades básicas que levavam o trabalhador a sucumbir às compras nas “vendinhas”, como eram chamados os armazéns instalados nas fazendas e que deixavam o imigrante vinculado aos interesses do fazendeiro. Esses postos comerciais faziam mais do que simplesmente vender produtos: servia para atrelar as pessoas pelo endividamento e, propositalmente, estender a permanência do trabalhador na fazenda.

Alguns imigrantes que estavam descontentes com a situação de vida na qual se encontravam, fugiram às escondidas das fazendas de café. Conforme Claudio Seto e Maria Helena Uyeda (2002, p.54): “muitos foram os colonos que fugiram das fazendas onde ingressaram. Obcecados pela ideia de ganhar dinheiro rápido e fácil como prometera a propaganda da Companhia Kokoku,”. Outras situações de desavenças foram apontadas por Tomoo Handa (1987, p.39), o qual diz que as 210 pessoas que entraram na Fazenda Dumont não conseguiram colher quantidade satisfatória de grãos de café conforme fora estipulado pelos patrões. Por um lado pela falta de habilidade e experiência com o serviço, e por outro, pela pouca produtividade dos cafezais. Contudo, a insatisfação maior era de que o salário adquirido não cobria as despesas contraídas.

Desse modo, os japoneses começaram a protestar sobre as más condições de trabalho e baixo soldo salarial. Handa (1987, p.42) menciona que algumas mudanças foram exigidas, tais como: não trabalharem “enquanto não for assegurada, conforme a propaganda da

companhia de emigração, a paga da diária de 9 a 10 ienes por família de três pessoas"; "solicitar a transferência para outra fazenda de melhor safra" e, "procurar conseguir a demissão do intérprete Kato, o qual, ao invés de transmitir ao dono da fazenda as exigências dos imigrantes, tem-se mostrado demasiado arrogante e insolente". E depois das mal sucedidas negociações, os imigrantes saíram da Fazenda Dumont e voltaram para a Hospedaria de Imigrantes. O autor (1987, p.43) diz que:

> No fim, as 210 pessoas das 52 famílias da Fazenda Dumont retiraram-se em sua totalidade após 56 dias de permanência, retornando à Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. Desde então o intérprete Kato abandonou sua função junto aos imigrantes e passou a viver sem profissão definida. Tendo voltado à estaca zero, as 52 famílias retornadas à Hospedaria teriam que, mediante intervenção da Secretaria do Trabalho do Estado, ser distribuídas para serem empregadas em diversas outras localidades.

Dez anos depois da experiência na Fazenda Dumont, o intérprete Junnosuke Kato deixou um relato acerca do perfil dos imigrantes japoneses que chegaram em 1908. Apesar de a descrição demonstrar um teor de ressentimento em relação às pessoas, conforme Handa (1987, p.41) descreve:

> [...] apenas a sétima parte dos primeiros imigrantes era constituída de autênticos lavradores, não passando o resto de 'policiais, vigias, chefes de aldeões, estudantes egressos de escolas, pequenos comerciantes falidos, pescadores sem rede, mineiros cheirando a carvão, camaradas de ferrovias, professores de ensino primário que não conseguiram promoção a diretores de escola, funcionários públicos sem futuro, rábulas, negociantes de cereais quebrados no jogo da bolsa, estudantes sem dinheiro, artistas de teatro interiorano feito fantasmas, jogadores, marinheiros desempregados, prostitutas, gueixas do fim do mundo e mulheres da vida tornadas senhoras.

E se a tensa relação de convivência entre fazendeiros e imigrantes postergava o objetivo dos japoneses voltarem à terra de origem, outros problemas externos, de ordem global, solaparam a viabilidade do projeto de retorno. Em 1914, eclodiu a primeira Guerra Mundial e, os planos de regressar foram adiados para uma ocasião mais propícia. Diante das dificuldades que os imigrantes japoneses tiveram no oeste paulista, estes acabaram por buscar trabalho em outras fazendas. E para tal intento, o meio mais propício foi de migrar para o Paraná, evidente pela proximidade territorial. Nesse sentido, o imigrante Kinsuke Kato em 1912 atravessou o rio Paranapanema para trabalhar na Fazenda Monte Claro, esta propriedade situada na Comarca de Ribeirão Claro, norte do estado paranaense e que faz divisa com o estado de São Paulo. Nos anos seguintes, outras famílias juntaram-se para trabalhar nessa região. Nota-se que ocorreram migrações internas, do espaço rural para o rural os quais

conferiam a ocupação dos imigrantes no trabalho agrário, cuja extensão se fazia da economia cafeeira paulista para a região norte do Paraná.

No começo do século XX, a ocupação deste espaço geográfico atraiu investidores procedentes de outros estados brasileiros, conforme Fábio Yoiti Hirano (2008, p.11) diz: "atraídos pelas oportunidades de terras férteis e baratas e envolvidos pela perseverança em dar continuidade à expansão da cafeicultura, fazendeiros mineiros e paulistas emigraram em direção ao Norte do Paraná (região do Norte Velho) dando início á colonização desta região". A região do Norte Velho paranaense compreende a "região de Cambará" e, "seus principais núcleos são: Jacarezinho, Cambará, Santo Antonio da Platina, Ribeirão Claro, Andirá, Bandeirantes e Cornélio Procópio", como menciona o autor (2008, p.11).

A expansão e ocupação por novos habitantes na região norte do Paraná deram continuidade a partir de meados da década de 1920, quando a área ficou conhecida como Norte Novo e tinha como suas principais cidades: Londrina, Maringá, Apucarana, Arapongas, Nova Esperança, Paranavaí, Porecatu e Jaquapitã. Para esse processo de ocupação, uma comitiva inglesa liderada por Lord Montagu veio ao Brasil em busca de terras férteis para o plantio de algodão, que a princípio intentava abastecer às indústrias têxteis inglesas. Porém, o projeto não obteve êxito, segundo Hirano (2008, p.14) narra, por conta da "queda dos preços no mercado internacional, à qualidade das sementes e em virtude do movimento paulista (o Tenentismo – grifo meu) de julho de 1924". E para contornar a situação e em busca de lucro, a empresa britânica fundou a Brazilian Plantation Syndicat Ltd., em 1924, o qual combinou esforços através de suas duas empresas: A Brazilian Plantation que mais tarde passou a ser denominada Paraná Plantations Company e a criação em 24 de setembro de 1925 da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Ambas tinham como objetivo implantar um projeto imobiliário e ferroviário no norte do Paraná onde havia expectativas de imensos lucros.

Nesse sentido, a migração e ocupação de um determinado espaço geográfico caracterizaram-se por diversos acontecimentos históricos. As ações políticas tomadas pelos Governos do Estado japonês e brasileiro desencadearam a expulsão e atração de múltiplas pessoas em seu processo migratório, entendida neste contexto com a chegada dos imigrantes japoneses. Assim, as companhias colonizadoras tiveram papel fundamental no sentido de fazer a locomoção de pessoas de um lugar para outro, conforme a Companhia Ultramarina de Empreendimentos (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha-KKKK) que trouxe milhares de

imigrantes do Japão e, da "Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que adquiriu terras do Governo do Estado do Paraná, assim como de diversos posseiros" e iniciou as vendas de loteamento aos novos habitantes.

Passam se os anos e alguns imigrantes começam a exercer outras atividades laborais. Caso do imigrante Hikoma Udihara que chegou ao Brasil em 1910 e trabalhou por dois anos na Fazenda Guatapará. Segundo Handa (1987, p.20), esta propriedade "localizava-se na linha Paulista que ligava Ribeirão Preto a Araraquara". O imigrante Hikoma mudou-se anos depois para São Paulo e exerceu algumas funções laborais, tais como: carpinteiro, garçom, motorista, fotógrafo, copeiro e mordomo. Conforme Homero Oguido (1988, p.119), "em 1922, Hikoma Udihara trabalhava para a Companhia Agrícola Barbosa Ferraz, de Cambará, e, por intermédio desta, ingressou na Companhia de Terras Norte do Paraná, em 1925". E no ano de 1930, Udihara começou a vender terras no Patrimônio Três Bocas aos japoneses, o que viria a ser em 1934, o município de Londrina.

Com a presença de imigrantes japoneses no norte do estado paranaense, observa-se uma nova tipologia de ocupação, ou dizendo de outra forma, dos novos proprietários rurais, os quais plantavam café, arroz e outros produtos que ocupavam grandes áreas de terras. Kaizô Beltrão et al. (2008, p.149) descrevem que:

> Depois de constatarem que se tratava de solo fértil e apropriado para o plantio de café, seis japoneses compraram 80 alqueires: Masaharu Ohara (20 alqueires), Massahiko Tomita (15 alqueires), Toshio Tan (10 alqueires), Mitsugui Ohara (15 alqueires), Toshikazu Yamate (10 alqueires). Porém, apesar da aquisição, não tomaram posse imediatamente vindo posteriormente para abrir mata. Em 1931, as famílias de Kunijiro Hara, Yoshimi Kazahaya e Kootaro Hayassaka compraram terras, fundaram a Colônia Ikku e se tornaram as pioneiras a entrar para trabalhar em Londrina. Construíram cabanas feitas de pés de palmito e pedaços de madeira, derrubaram matas e plantaram arroz e feijão. Quando se espalhou a fama de que os japoneses tiveram sucesso no cultivo do arroz muitos começaram a vir para a região. No ano seguinte, em 1932, foi criada a Colônia Daí Nikku.

Cabe lembrar que a provável medida do alqueire mencionado se refere ao alqueire paulista, medida agrária que corresponde a 24.200 m², pois essa hipótese pela proximidade do Paraná com o estado de São Paulo. E além desse apontado, também há o alqueire mineiro, medida agrária que equivale a 48.400 m². No entanto, a aquisição das áreas rurais para investimento e exploração econômica não estava ao alcance para a grande maioria dos japoneses. Muitos compravam pequenos lotes nas áreas urbanas que se desenvolvia com o fluxo imigratório e intensificado também pelas migrações internas com a chegada de novos

habitantes oriundos de outras regiões do Brasil. Porém, uma indagação se faz: como os imigrantes conseguiram dinheiro para a compra de lotes? Homero Oguido descreve a narrativa de um imigrante, o qual dizia que o (1988, p.137) “sonho de ficar rico no Brasil estava cada vez mais distante”. Essa avaliação por causa da quebra da Bolsa de Nova York em 1929, e a crise por conta da economia agrária exportadora que tinha o café como principal carro chefe naquele momento. Todavia, o imigrante mencionado por Oguido (1988, p.137), conta que “por mais paradoxal” que pudesse parecer, “foi exatamente com a crise do café que os japoneses conseguiram juntar dinheiro para comprar terras”. Isto, segundo diz o narrador, porque o fazendeiro ficou por três anos sem pagar pelos serviços, somente adiantava parte do salário, o vale. “Quando o fazendeiro conseguiu vender o café, pagou tudo de uma vez. Aí família teve dinheiro para comprar terra. Economia na marra”, conforme diz o imigrante.

Desse modo, os imigrantes japoneses puderam ocupar espaços peculiares em torno das cidades, os quais se dedicaram a lavoura e produziram hortaliças e outros cultivos agrários que não necessitavam de grandes extensões de terras. Para outros, essas áreas oportunizaram as novas funções laborais propiciadas pelo espaço urbano. E se à região norte do Paraná o deslocamento de pessoas aconteceu por meio terrestre, como extensão da ocupação do oeste paulista, para a região sul, a linha férrea foi a opção encontrada pelos japoneses. Segundo Claudio Seto e Maria Helena Uyeda (2002, p.64), no ano de 1909, “terminaram o trecho de 98 km entre Jaguariaíva (PR) e Itararé (SP), os trabalhadores contratados, muitos oriundos de Curitiba e Ponta Grossa, avançaram construindo até encontrar os paulistas”. Conforme os autores (idem, p.63), a linha era conhecida pelos paranaenses como –“Itararé - Uruguai”. Assim, a construção da estrada de ferro possibilitou o caminho para que os imigrantes pudessem sair de São Paulo em sentido ao Sul do Brasil. Exemplo disso aconteceu com alguns imigrantes evadidos da Fazenda Dumont que foram trabalhar na construção da ferrovia. Tomoo Handa (1987, p.43) relata o caso de 28 solteiros que integravam as 52 famílias que foram trabalhar na respectiva Fazenda e depois da mal sucedida experiência, “tornaram-se operários ferroviários na região de Faxina, da linha São Paulo-Paraná”.

E dentre os imigrantes que chegaram, o nome de Ryu Mizuno configura-se com dupla participação desse movimento, a do empresário que envia os primeiros imigrantes e depois ele próprio decide por imigrar. Em 1904, fundou a empresa de imigração Kookoku Shokumin

Kaisha (A flamante Cia. Imperial de Imigração)[7] e em 1917, participou na abertura de uma nova empresa, a Companhia Ultramarina de Empreendimentos (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha – KKKK), conforme Tereza Hatue de Rezende (2008, p.97). Depois de trazer os primeiros imigrantes, Ryu também migrou. Naquele ano de 1923, depois do grande terremoto que arrasou a cidade de Tóquio, a família Mizuno chegou a Curitiba. Em meados da década de 1930, Ryu Mizuno idealizou a fundação de uma Colônia baseada nas tradições japonesas.

Para concretizar esse projeto, o então interventor do Paraná, Manoel Ribas, cedeu terras há 30 km de Ponta Grossa para a criação da Colônia Alvorada, área denominada como Desvio Ribas, região próxima do Parque Vila Velha. Em relação ao ano de criação dessa Colônia, os dois filhos de Ryu (Taeka e Rui, nascidos no Brasil) se contradizem; a filha diz que foi no ano de 1936 e o outro diz 1938, respectivamente. Kaizo Beltrão et. al. (2008, p.190) descreve que: "Ryu Midzuno recebeu convite do governador Manoel Ribas para implantar uma grande colônia nipônica no Sul do Paraná". E para que o projeto fosse concretizado, (2008, p.190) "em setembro de 1936 foram concedidos 2.767 hectares em Campo Grande, no município de Ponta Grossa". Instalada a área para a Colônia, Sadamu Noda foi fazer o levantamento topográfico em 1937. No ano seguinte, em 1938, houve a chegada de famílias para habitar a colônia.

Ao findar da II Grande Guerra, os imigrantes passaram por uma difícil situação. Pois por mais que se dedicassem ao plantio, esses trabalhadores estavam distantes da cidade e não tinham carroça para transportar o produto. Apesar do esforço empreendido, a idealização da colônia não prosperou, e as vinte famílias que aderiram inicialmente ao projeto, abandonaram posteriormente as terras. Homero Oguido (1988, p.58) menciona que "a Colônia Alvorada durou pouco. Os japoneses que ali trabalhavam preferiram as terras paulistas, que acreditavam ser mais produtivas". Porém, essa ideia não é compartilhada por Rui, o filho de Ryu Mizuno que menciona que o pai (16 jun. 2008, p.7)[8] "dava seis meses de comida grátis para as pessoas que chegavam. Só que terminava esse prazo, a família ia embora", e por esse motivo, a falência da Colônia. E assim, depois de contrair sucessivos prejuízos financeiros, Ryu voltou ao Japão em busca de recursos monetários, em 1941. Por causa da II Grande Guerra, só pôde regressar ao Brasil em 1950, vindo a falecer meses depois.

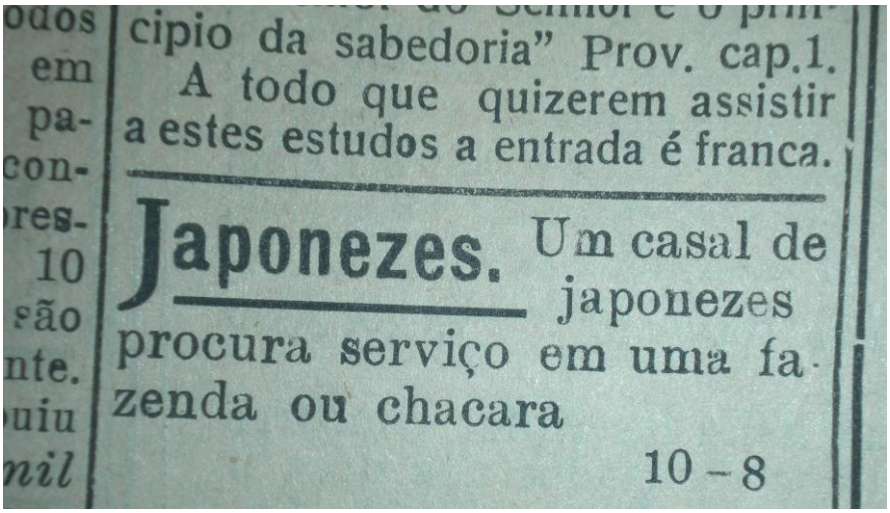
---

7 Edição especial do jornal Gazeta do Povo (16 a 20 de junho de 2008) para às comemorações do centenário da imigração japonesa ao Brasil.

8 Publicado pelo Jornal Gazeta do Povo, em virtude das comemorações dos 100 anos de imigração japonesa ao Brasil, com o artigo intitulado: "Pioneiros enfrentaram dificuldades 100 anos atrás", de João Varella.

Embora houvesse acordos mediados pelas autoridades públicas e privadas a fim de atrair famílias que estivessem dispostas a ocupar uma determinada região, outras pessoas transitavam por conta própria em busca de acomodação e trabalho. No jornal Diário dos Campos, na edição de quarta-feira do dia 18 de abril de 1923, um casal de japoneses anunciava a busca de emprego na cidade de Ponta Grossa, conforme publicado:

Imagem 1: Anúncio contido no jornal Diário dos Campos


cipio da sabedoria" Prov. cap.1.
A todo que quizerem assistir
a estes estudos a entrada é franca.

Japonezes. Um casal de japonezes procura serviço em uma fazenda ou chacara

10 – 8

Fonte: Acervo da Casa da Memória/Jornal Diário dos Campos
Ponta Grossa - PR/Ano XVII – nº 3327

A inserção de imigrantes japoneses tomou diversos rumos e caminhos, ocupando ao longo do tempo as inúmeras cidades no Estado do Paraná. O estado paranaense dentre os demais da federação brasileira, possui a segunda maior concentração de nipo-brasileiros no país, antecedido somente pelo estado de São Paulo. Com a vinda dos imigrantes, diversos signos linguísticos, artísticos e outros atributos materiais mesclaram para uma nova estruturação sociocultural à edificação identitária de Brasil.

Entretanto, depois dos triunfos bélicos em que o Japão saiu como vencedor, na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) e, na participação da I Primeira Guerra Mundial ao lado da Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia), em 1914, surgiu novamente o discurso do "perigo amarelo" na sociedade brasileira. O pensamento de alguns intelectuais e médicos brasileiros foi assim descrito por Maria Luiza Tucci Carneiro (2007, p.30): "Preocupada com a degeneração da raça, em 1924 a Academia Nacional de Medicina tomou posição contra a entrada de imigrantes orientais no país". Muitas eram as ideias racistas que circulavam no período entre guerras e que mostram o teor discriminatório em relação a alguns grupos étnicos. Conforme Tucci Carneiro (2007, p.31), "em 1933, o parlamentar Miguel Couto encaminhou uma proposta de emenda constitucional defendendo uma orientação branca,

cristã e nacionalista para nossa imigração, com o fim de atender a três princípios básicos: raça, religião e sociedade".

Nesse sentido, Tucci Carneiro (2007, p.31) diz que "tanto o negro como o japonês foram considerados inconvenientes à formação de uma nacionalidade eugenicamente sadia, educada e feliz". A historiadora (2007, p.31) descreve também que houve protestos do embaixador do Japão no Brasil. Diante disso, "mudaram-se então os termos da emenda constitucional, mascarando a proposta inicial pela criação do sistema de cotas: poderiam ser aceitos a cada ano apenas 2% do total de pessoas de cada país fixadas no Brasil nos últimos cinquenta anos". Porém, nem todos eram contrários à vinda de japoneses e havia posições favoráveis, conforme Tucci Carneiro (2007, p.31) cita a opinião de Bruno Lobo em relação aos japoneses: "deles nada há o que temer. Para aqui vêm, trabalham, progridem, fixam-se, constituem família e tornam-se pais brasileiros", e, de Agostinho Filho que chamou "a atenção para a intensa produtividade dos colonos japoneses que haviam ocupado o norte do Paraná desde 1914, como plantadores de algodão".

A condição para as pessoas de origem japonesa que viviam no Brasil ficou mais tensa com a eclosão da II Grande Guerra Mundial, entre 1939 a 1945. A aliança política do Governo japonês, notoriamente conhecido na formação do Eixo (Itália, Alemanha e Japão) apresentava o extremismo e aproximação das políticas totalitárias da Alemanha nazista e Itália fascista, que por fim levaram esses países a uma contundente derrota militar. No período do Governo de Vargas (1930-1945), muitos indivíduos na sociedade brasileira mantiveram uma convivência conflituosa com os "japoneses", pois os mesmos mais uma vez foram taxados de inimigos, nesse momento por conta da II Grande Guerra. O escritor Fernando Morais (2000, p.45) diz que "o rompimento de relações entre o Brasil e o Japão transformou a vida da colônia em um inferno. Duas velhas leis que nunca tinham sido aplicadas foram desenterradas e colocadas em prática". A primeira foi em 1933, que "proibia o ensino da língua japonesa a qualquer criança menor de dez anos, não importando sua nacionalidade". E, a outra em 1938, o qual:

> [...] estabelecia que a língua portuguesa deveria ser obrigatória para o ensino de qualquer matéria; que as escolas rurais – onde se concentrava a maioria dos japoneses – teriam de ser regidas por brasileiros natos; que o limite de idade para que uma criança pudesse aprender línguas estrangeiras subia de dez para catorze anos; e, finalmente, que todos os livros destinados ao ensino primário teriam de ser escritos em língua portuguesa.

O rompimento formal entre o Governo de Getúlio Vargas e o Estado japonês fez com que o fluxo imigratório de japoneses reduzisse acentuadamente. Jeffrey Lesser (2001, p.26) mostra que de 1900 a 1909, entraram 861 imigrantes japoneses no Brasil. Nos anos de 1910 a 1919, o número subiu para 27.432 pessoas. Entre 1920 a 1929, vieram 58.284 imigrantes. Já nos anos da Era Vargas – de 1930 até 1939, houve 99.222 pessoas que entraram no país. E ainda no período de Vargas e nos quatro anos subsequentes, de 1940 a 1949, reduziu para 2.828 japoneses que imigraram para o Brasil. Na década de 1950 a 1959, o número subiu para 33.593, cuja saída do Japão deveu-se à difícil situação social que o país vivenciava em seu processo de reconstrução. E no período de 1960 a 1969, houve novamente uma redução de imigrantes, os quais foram contabilizados 25.092 pessoas.

Após a derrota do Japão e o fim da II Guerra Mundial, os Estados Unidos ocuparam militarmente o Arquipélago japonês. Entretanto, a geopolítica na região asiática continuava tensa nos anos seguintes, configuradas pela Guerra da Coreia (1950-1953) e a Guerra do Vietnã (1954-1975). Masato Ninomiya (2011) diz que o "Japão era um dos poucos países no mundo na década de 30 que conseguia fabricar todo o seu armamento, desde aviões até porta aviões. Enfim, tanques, metralhadoras, canhões, tudo conseguiam fabricar". Nesse sentido, quando aconteceram as respectivas guerras (Coreia e Vietnã), o país "era o único país na Ásia em 1950 que tinha condições para reparar os equipamentos danificados". Por isso, "o Japão se transformou em uma grande base de retaguarda dos Estados Unidos" e, a sociedade japonesa começou a se recuperar socioeconomicamente.

Em um artigo de julho de 1967 da revista Seleções, do Reader's Digest, intitulado: "Japão e Inglaterra: Contrastes e Confrontos" chamava a atenção ao seguinte aspecto – "No confuso mundo atual, o vencido num conflito mundial tornou-se uma potência econômica, e o vencedor mergulha em crises sucessivas". Conforme dizia o editorial de 1967, "O Produto Nacional Bruto da Inglaterra ainda é maior do que o do Japão – 86,5 bilhões de dólares contra aproximadamente 70 bilhões. Mas nos últimos 10 anos, o PNB do Japão triplicou, ao passo que o da Inglaterra acusou um aumento de apenas 70%". Na continuidade da redação, a revista aponta que o "Japão ultrapassará a Inglaterra dentro de mais alguns anos e se tornará a quarta potência econômica do mundo, podendo até passar a frente da Alemanha Ocidental e ficar logo atrás dos Estados Unidos e da Rússia". Desde então, muitas pedras rolaram e, o Japão passou a ostentar a segunda maior economia mundial na década de 1980. E a partir desta década, muitos migrantes brasileiros começaram com a aventura transnacional, isto é, o

movimento sociocultural de dekasseguis brasileiros que emigraram ao Japão. Todavia, se por aspectos biológicos os nipo-brasileiros mantiveram semelhanças físicas com os ancestrais, nota-se que muitos não preservaram determinadas características culturais, em especial, a capacidade de se comunicar em língua japonesa. O "abrasileiramento"[9] dos descendentes de japoneses foi um dos principais aspectos de conflito identitário no processo migratório que ocorreu com o movimento dekassegui, isto é, na ida de brasileiros ao Japão a partir de meados da década de 1980.

1.2 O BRASIL EM FINS DO SÉCULO XX E A MIGRAÇÃO DOS DEKASSEGUIS.

Aqui a narrativa abordará o início da emigração dos brasileiros para o Japão. Havia nos primeiros anos do fluxo migratório, expectativas de que a presença dos nipo-brasileiros na sociedade japonesa poderia atender concomitantemente a falta de mão de obra para as indústrias e preservaria a "homogeneidade étnico-cultural", na mítica ideia de manutenção da japonicidade, conforme discurso de alguns membros do Partido Liberal Democrata do Japão. Com tal propósito o Governo japonês sancionou a Reforma na Lei de Controle de Imigração, em dezembro de 1989, cujo contrato entrou em vigor em 1º de junho do ano seguinte (1990). Assim permitia-se a entrada de descendentes de japoneses para trabalhar no Japão, podendo prolongar a estadia segundo o status de nascimento, isto é: visto de três anos para o nipo-brasileiro filho de imigrante japonês, denominado nissei e, de um ano para o nipo-brasileiro neto de imigrante japonês, denominado de sansei. E também para os cônjuges sem ascendência japonesa, desde que legalmente casados com pessoas de origem japonesa. Todos poderiam prolongar o tempo de permanência no Japão, conforme desejassem, por longo período. Nesse fluxo migratório, notoriamente conhecido por "fenômeno dekassegui" houve novamente um empenho das políticas governamentais de ambos os Estados para que o empreendimento tivesse êxito.

E conforme a socióloga Célia Sakurai (1999) usa o termo de "imigração tutelada" à imigração japonesa ao Brasil, o termo se faz pertinente para o fluxo de nipo-brasileiros que foram ao Japão. Pois "tutelado" entende-se como a existência em território brasileiro de

[9] O termo "abrasileiramento" se faz em referência às pessoas descendentes de japoneses que ao longo do tempo deixaram em desuso certas atitudes comportamentais. Pessoas que quando comparadas aos imigrantes japoneses agem de maneira perceptivelmente diferente, tais como: a comunicação prioritariamente em língua portuguesa, o frequente consumo de alimentos conforme as demais pessoas da sociedade nacional, o modo de agir e pensar de pessoas urbanizadas, dentre outras atitudes que assemelham a qualquer outro indivíduo procedente de outro grupo étnico-cultural que "inventa-se" cotidianamente no ser brasileiro.

agências que recrutaram os migrantes; as propagandas que foram feitas pelos órgãos midiáticos; o financiamento para o transporte; o custeio para que o imigrante pudesse sair do país; a aquisição das documentações (passaporte, koseki tohon, visto...) e o estabelecimento do migrante no país de destino, os quais foram amparados por ambos os governos (Brasil e Japão) e os diversos agentes instituídos legalmente para que o processo migratório tivesse êxito. No Brasil, em meados da década de 1980, o país atravessava o processo de redemocratização política e, havia também uma acentuada inflação monetária e desemprego tal que reduzia as expectativas futuras para muitas pessoas da população. Convenientemente, o fluxo do ir e vir atendia os interesses de ambos os países envolvidos, bem como, dos nipo-brasileiros que buscavam por melhores dias em busca de riqueza material, para outros, a expectativa por conhecer o Japão e, também daqueles que buscavam alternativas de rompimento familiar, os quais deixaram filhos e cônjuges a própria sorte na sociedade de partida. Nesse sentido, o movimento dekassegui envolveu profundamente a vida daqueles que participaram desse fluxo migratório, de modo direto e/ou indireto.

Após 21 anos de regime militar no Brasil (1964-1985), os sucessivos planos governamentais[10] buscavam frear a constante desvalorização monetária. Todavia, as medidas políticas usadas para conter a queda da moeda fracassavam e, consequentemente, aumentava o percentual de pessoas afetadas com a crise financeira. Com a volta do processo de redemocratização política nos anos 80, a sociedade brasileira vivenciava a incômoda presença da inflação e do desemprego. Em 1985, após a eleição indireta feita pelo Colégio Eleitoral, os civis Tancredo Neves e José Sarney tornaram-se Presidente e Vice-presidente da República, respectivamente. Entretanto, Tancredo não pôde assumir o cargo, vitimado por uma doença e, internado às vésperas de tomar posse, veio a falecer em abril daquele mesmo ano.

As experiências sofridas pelo "povo brasileiro" no período do Regime Militar (1964-1985), no qual ficaram submetidos ao poder e a constante vigilância das autoridades governistas, fez com que o povo depositasse a confiança nas lideranças civis, bem como, projetassem as expectativas no que o país poderia vir a ser edificado nos anos vindouros. Os discursos direcionavam aos propósitos e conceitos de uma nação mais justa e equânime, com o retorno participativo da população. Nesse sentido, a pessoa vivenciava duas categorizações

10 Planos econômicos implantados no período do Governo Sarney: Plano Cruzado, Plano Cruzado II (Ministro da Fazenda – Dílson Funaro); Plano Bresser (Ministro da Fazenda – Luís Carlos Bresser Pereira), e, o Plano Verão (Ministro da Fazenda – Maílson da Nóbrega). No período do Governo de Fernando Collor de Mello: Plano Collor (Ministra da Fazenda – Zélia Maria Cardoso de Melo).

históricas nesse período de transição política ocorrida em meados da década de 1980 do século XX, conforme mencionadas por Reinhart Koselleck (2006), isto é, no "espaço de experiências" e "horizontes de expectativas". Pode-se mencionar que aquele era um momento particularmente intenso dessas temporalidades no Brasil. Pois, por duas décadas, o poder político esteve sob um regime militar e quando o candidato de oposição vence o oponente da situação, Paulo Salim Maluf, o presidente eleito esteve impossibilitado de assumir o cargo do Executivo. O historiador Carlos Fico (1998, p.43) descreve o fatídico episódio desse modo: "Tancredo Neves, líder oposicionista que reunia as esperanças de muitos brasileiros, morreu sem tomar posse". Segundo Fico (1998, p.43), o país estava "mergulhado numa grande crise econômica", e "uma nova fase se iniciava. Sem a tutela dos militares, o Brasil teria de se reconstruir econômica e politicamente".

Se por um lado, a sociedade brasileira de fins do século XX atravessava um período de crise socioeconômica, acentuado pela instabilidade financeira, por outro, o Japão vivenciava uma década de euforia econômica, sem precedentes históricos que assemelhasse à tamanha prosperidade material. Diante desse "boom econômico" a indústria japonesa rapidamente buscava por mão de obra estrangeira para ocupar os postos de trabalho que eram recusados pelos japoneses. Nesse contexto, vivendo arduamente as intempéries sociais e por falta de expectativas futuras, um expressivo[11] número de nipo-brasileiros saiu do Brasil para trabalhar no arquipélago japonês. O deslocamento social ficou conhecido por movimento "dekassegui", ou seja, o termo refere-se à pessoa que deixa a terra natal em busca de trabalho temporário, em outra região. Conforme a socióloga Elisa Massae Sasaki (1998, p.01) aborda:

> A palavra japonesa dekassegui significa trabalhar fora de casa. No Japão, referia-se aos trabalhadores que saíam temporariamente de suas regiões de origem e iam em direção a outras mais desenvolvidas, sobretudo aqueles provenientes do norte e nordeste do Japão, durante o rigoroso inverno que interrompia suas produções agrícolas no campo. Este mesmo termo é, então, utilizado aqui aos descendentes de japoneses ou nikkeis – refere-se a todos os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão, não se restringindo apenas aos brasileiros – que vão trabalhar no Japão, a princípio temporariamente, em busca de melhores ganhos salariais, executando trabalhos de baixa qualificação, caracterizados pelos japoneses como "3K"- Kitanai (sujo), Kiken (perigoso) e Kitsui (penoso) - que eram recusados por eles.

11 Em 1985, havia 1.955 brasileiros que viviam no Japão. No ano seguinte, 1986, saltou para 2.135 pessoas, acréscimo de 9.20%. Em 1987, aumentou para 2.250 e, em 1988, saltou para 4.159 pessoas. No ano de 1989, a presença de dekasseguis brasileiros no Japão era de 14.528, aumento de 249.31%. Em 2007, foi o ano em que apresentou o maior número de brasileiros em território japonês, com o total de 316.967. Entretanto, a partir de 2008, vem caindo o número de cidadãos brasileiros na sociedade japonesa, que apresentou um número de 312.582 pessoas no ano de 2008 e 267.456 para o ano de 2009. Fonte: Ministério da Justiça do Japão.

Do mesmo modo que Sasaki, os pesquisadores Beltrão e Sugahara (2006, p.61-62) dizem que: “no Brasil, a apropriação do termo ganhou contornos mais específicos, referindo-se aos brasileiros de origem nipônica e suas famílias que emigram para o Japão em busca de trabalho – o chamado fenômeno *dekassegui*". Nos anos iniciais da migração, conforme Sasaki (1998) narra, havia uma conotação pejorativa, pois o trabalho “3k” “era malvista pela comunidade japonesa no Brasil”. E apesar de serem migrantes “em termos legais, eram clandestinos ‘morais’, não anunciando para ninguém a sua ida ao Japão como trabalhador migrante”, conforme a própria socióloga destaca. Na sociedade japonesa, os japoneses viam com estranhamento pessoas que compartilhavam a consanguinidade, mas que diferenciavam culturalmente, pois muitos nipo-brasileiros não sabiam o idioma e costumes dos japoneses. O ir trabalhar no Japão também representava que eram pessoas que não foram bem sucedidas na terra de partida, além de que executavam serviços que eram recusados pelos nativos. A conotação pejorativa foi se diluindo ao longo dos anos, ao menos, na comunidade japonesa no Brasil. O “fenômeno dekassegui”, conforme Sasaki (1998) assinala, periodizou em três etapas, a saber:

> 1ª – “meados da década de 80, quando começou a se ter as primeiras notícias da ida de dekasseguis brasileiros ao Japão”;
>
> a 2ª etapa: “final da década de 80, início dos anos 90, momento em que verificamos a clara massificação dessa população migrante no Japão e também quando a reforma da lei de imigração japonesa foi promulgada”;
>
> e a 3ª – “meados da década de 90, quando se verifica uma maior consolidação das redes sociais migratórias desse contingente no Japão”.

Já para Naoto Higuchi (2004) apud Beltrão e Sugahara (2009, p.7), classifica o processo migratório de dekasseguis brasileiros para o Japão em quatro períodos, a saber: - 1ª fase: “invisível (início da década de 80)”, segundo o autor, realizada por isseys, isto é, japoneses que residiam no Brasil, “fluentes na língua e também possivelmente na escrita”. A segunda fase (2ª) – caracterizado pela “comodificação (segunda metade da década de 80)”, o qual caracteriza com “a abertura de agências de recrutamento de nikkeys no Brasil”. Conforme descrito por Beltrão e Sugahara (2009, p.7):

> O autor argumenta que em 1985 houve uma guinada qualitativa no processo migratório com o primeiro anúncio em um jornal brasileiro de oportunidades de trabalho no Japão – transformando o processo migratório em uma commodity, disponível no mercado e independente de um ‘capital social’ ou econômico do postulante. A comodificação prescinde de redes sociais ligando as regiões receptoras e de origem. Além disso, com as agências de recrutamento, os nikkeys iam para o Japão já com um emprego – migração contratada, por oposição a migração especulativa (Molho, 1986) e com a

> possibilidade de ter a passagem financiada pelas agências, bem como ter acesso à moradia da agência ou da empreiteira.

A terceira fase começou com a "migração dos sanseys (início da década de 90)", pois a partir da Reforma na Lei de Controle de Imigração em dezembro de 1989, cujo contrato entrou em vigor em 1º de junho do ano seguinte (1990), os nipo-brasileiros deixaram de "entrar pela porta lateral" e, puderam entrar "pela porta principal". Conforme menciona Higuchi (2004): "somente em 1990, a legislação formaliza este tipo de migração temporária e concede também o acesso aos vistos renováveis de longa permanência e ao mercado de trabalho para sanseys e cônjuges de nisseys e sanseys, desta vez pela porta principal". E a 4ª e última fase – a "recessão e transformação do mercado de trabalho (após 1993)", segundo a argumentação de Higuchi, após a Reforma na Lei de Imigração, "segue-se a esta mudança um grande fluxo de nikkeys brasileiros".

Com a migração dos dekasseguis nipo-brasileiros ao Japão, repetia-se o fluxo em massa de pessoas que se deslocam para outra região em busca de trabalho, sonhos e oportunidades, como fizeram os próprios imigrantes japoneses no início do século passado. A princípio, acreditava-se que os nipo-brasileiros seriam mais facilmente adaptáveis à sociedade receptora por conta da consanguinidade da maioria dos migrantes, ou seja, por serem descendentes de japoneses preservariam a cultura existente na sociedade hospedeira. Todavia, o contato com os nativos acabou mostrando o quanto isto seria difícil e reforçou a incômoda ideia de "japonicidade" ou "nihonjinron", cuja apropriação por parte da sociedade ainda estigmatiza muitos indivíduos e grupos (coreanos, ainus, burakumin e outros) que há muito tempo vivem no território do Japão. Afinal, as noções de japonicidade edificam um imaginário de sociedade que marginalizam as minorias étnicas em suas relações cotidianas com o grupo majoritário, ou àqueles que aderem ao pensamento de homogeneidade étnico-cultural. Sasaki (2009, p. 165-166) destaca que:

> Diante da insistência na ideia de homogeneidade da sociedade japonesa, tem-se negligenciado a heterogeneidade cada vez mais visível no período atual. A partir dos meados dos anos 80, o discurso político e ideológico dos grupos conservadores e influentes passou a ressaltar a homogeneidade e singularidade cultural nipônica para justificar o sucesso econômico que fez do Japão um dos principais atores no cenário internacional.

O debate da relação do "Eu" com o "Outro" vêm de longa data, porém partiremos da narrativa que Sasaki (2009) traz em relação à obra: "O Crisântemo e a Espada", da antropóloga norte-americana Ruth Benedict que notoriamente foi divulgada para o Ocidente

após o período da II Grande Guerra na tentativa de compreender o Japão e os japoneses. Segundo posto, o Japão é caracterizado como uma (2009, p.148) "sociedade coletivista, (em oposição à 'sociedade individualista ocidental') e como uma 'cultura da vergonha' (em oposição à 'cultura da culpa ocidental')". Esse olhar paradoxal, de modo contraditório, conforme o título da obra sugere foi edificado para definir o japonês, a partir de uma perspectiva norte-americana. Ainda segundo Benedict apud Sasaki (2009, p.150): "os japoneses são tanto agressivos quanto não agressivos; militares e estéticos; insolentes e polidos; rígidos mas adaptáveis; submissos e ressentidos; leais e traiçoeiros; bravos e tímidos; conservadores e receptivos para o novo". Sem procurar a presunção de uma conceituação definitiva, pois a mesma suscita tantos debates, observa-se que muitas das práticas de relações sociais e culturais do povo japonês foram edificadas por séculos em sua historicidade, o qual se pressupõe a pertença em uma sociedade de hierarquização vertical, onde cada um ocupa o seu lugar e no qual se justifica a relação diante do outro. Os valores "tradicionais" dos japoneses da ala conservadora entraram em colisão às ideias dos pensadores esclarecidos da França. A partir da influência dos ideais franceses, conforme menção do historiador Eric Hobsbawm (1977), tem-se a concepção de homem moderno caracterizado pela relação de igualdade e liberdade das pessoas, em uma configuração de sociedade horizontalizada, que negligencia os valores aristocráticos e possibilitam certa mobilidade social. Considerando as percepções que indivíduo e distintas sociedades têm em suas relações sociais, trazemos uma reflexão que existia na sociedade europeia, que Georg Simmel (2005 [1903], p.589) chamou a atenção: "O século XVIII encontrou o indivíduo em ligações violentadoras, que se tornaram sem sentido, de tipo político e agrário, corporativo e religioso – limitações que coagiam os homens como que a uma forma não natural e a desigualdades há muito injustas". Diante desse contexto, de pessoas vivendo de modo desigual, surgiu o "clamor por liberdade e igualdade", os quais desejavam a "completa liberdade de movimento do indivíduo em todas as relações sociais e espirituais, [...], tal como a natureza o teria semeado em todos e a sociedade e a história o teria apenas deformado" (Simmel, 2005 [1903], p.589). Para Simmel, com a divisão econômica do trabalho, (p.589) "a ideia de que os indivíduos, libertos das ligações históricas, querem então também se distinguir uns dos outros. Agora o suporte de seu valor não é mais o 'homem universal' em cada singular, mas sim precisamente a unicidade e incomparabilidade qualitativas". Na busca, ao menos no imaginário da elite política japonesa, os nipo-brasileiros manteriam a unicidade conforme os valores tão "preservados" e difundidos pela ala conservadora. Nessa hipotética presunção de manutenção cultural do "povo japonês", configurados pela ideia de homogeneidade étnica e suposta perpetuação de semelhantes

tradições, havia a expectativa de atitudes comportamentais na entrada dos brasileiros para que essas pessoas pudessem agir, pensar e conviver conforme os nativos. Assim posto, pode-se pensar em uma malsucedida "invenção das tradições" (Hobsbawm, 1997). Constata-se isso porque apesar dos dekasseguis brasileiros possuírem a prerrogativa da ancestralidade étnica, não houve uma tranquila e efetiva inserção social. A primeira dificuldade entre os brasileiros descendentes de japoneses em relação aos nativos esteve na impossibilidade de se comunicar, pois não eram todos os emigrantes que tinham o domínio e o conhecimento da língua japonesa.

Isso é bem evidenciado numa pesquisa efetuada por Beltrão e Sugahara (2009) com os nipo-brasileiros que haviam trabalhado no Japão e que "se encontravam no Brasil em janeiro de 2004", no qual um dos tópicos consistiu em colher informações a respeito do conhecimento da língua japonesa:

Tabela 1 – Conhecimento da língua japonesa (fala, entende, lê ou escreve) segundo gênero dos dekasseguis retornados.

	Homens				Mulheres			
	Fala	Entende	Lê	Escreve	Fala	Entende	Lê	Escreve
Nada	6,3%	4,4%	27,5%	34,8%	6,9%	4,1%	25,1%	29,6%
Pouco	38,8%	32,5%	46,0%	41,8%	41,2%	31,3%	49,6%	47,6%
Regular	32,4%	38,3%	13,2%	11,6%	34,4%	42,4%	18,2%	16,5%
Bem	18,6%	21,7%	6,0%	4,6%	16,1%	20,6%	3,9%	3,1%
Não respondeu	3,9%	3,0%	7,2%	7,4%	1,4%	1,6%	3,1%	3,3%

Fonte: IBGE In: Beltrão Kaizô I. **Reintegração?** Trabalhadores que retornaram ao Brasil após trabalharem no Japão.

Segundo os autores (2009) foram entrevistados "400 pessoas no Paraná (150 na região metropolitana de Curitiba, 100 em Maringá e 150 em Londrina), 720 em São Paulo (400 na região metropolitana de São Paulo e 80 em cada uma das cidades: São José dos Campos, Araçatuba, Sorocaba e Campinas)". E também com "100 pessoas na região metropolitana de Belém do Pará e 100 em Campo Grande/Mato Grosso do Sul". Ao considerarmos o tópico em que os retornados responderam que falavam e entendiam bem o idioma, houve um índice de 20% para os homens e em torno de 18% para as mulheres, considerando a média ponderada, mostrando que mesmo após uma estadia de cinco anos no Japão, em 1995, a comunicação ainda era uma fronteira a ser superada. Esta análise também se corrobora com a narrativa de Fábio Hirano (2008), que veremos mais adiante sobre o conhecimento do idioma japonês por parte dos dekasseguis procedentes da cidade de Maringá.

Porém, convivendo ao longo dos anos, a comunidade nipo-brasileira apropriou-se em certa medida da língua japonesa, e nesse "jogo de negociação identitária", incorporou diversas palavras da língua portuguesa. Assim, inventou-se um linguajar híbrido, próprio e inteligível para os nipo-brasileiros que viviam no Japão. Na edição de 18 de maio de 2002 o jornal International Press abordou o seguinte tema no caderno C - "Dekasseguês na boca do povo". Em uma das matérias, a autora Marly Higashi (IPC, 2002) aponta o uso do gerúndio da língua portuguesa que os brasileiros mesclaram à língua japonesa e, assim inventaram e deram um novo sentido às palavras. O vocábulo gambarê, cujo significado tem de esforçar-se, tornou-se gambateando (esforçando-se) e, kensa, de averiguar, e/ou checar, passou a kensando (checando). Conforme Higashi (IPC, 2002), "muitas dessas saladas linguísticas, ou neologismos, nasceram naturalmente, com a urgência da comunicação". E, Higashi (IPC, 2002) aponta que ao entrevistar alguns brasileiros, esses disseram que "a longa permanência no Japão faz esquecer algumas palavras em português. Na hora do socorro, acaba vindo o substituto japonês e a gente faz a mistura que acaba agradando".

Outro autor que escreveu no mesmo caderno e que também assinalou às invenções linguísticas foi Eder Hashizume (IPC, 2002), o qual trouxe a seguinte matéria: "Mistura de idiomas é costume entre brasileiros". Hashizume (IPC, 2002) ao entrevistar uma professora que atende o público nipo-brasileiro no Japão, averiguou que:

> Mesmo numa escola brasileira é possível encontrar adaptações entre as duas línguas. Para algumas crianças brasileiras, que não conseguem distinguir 'r' do 'l', falar 'problema' da maneira correta se torna difícil. Entretanto, quando ela fala mondai tudo se torna fácil. Casos do gênero são encontrados em crianças, jovens e até em adultos que vivem no Japão.

Essa invenção de palavras para se comunicar com os demais integrantes de um mesmo grupo étnico-cultural mostra a pertinência da obra Marxismo e literatura, de Raymond Willians (1997, p.51), cujo apontamento diz que "el lenguage es la articulación de esta experiência activa y cambiante; una presencia social dinâmica y articulada dentro del mundo". Nesse sentido, as articulações empreendidas pelas pessoas para descrever o universo simbólico vivenciado, aponta as construções culturais como uma necessidade individual e coletiva para se viver em comunidade. Conforme Willians (1997, p.30): "La noción originaria del 'hombre que produce su própria historia' recibió un nuevo contenido fundamental a través de este énfasis puesto sobre el 'hombre que se hace a si mismo' mediante la producción de sus propios médios de vida".

Outra situação complexa do processo de inserção do imigrante no Japão que se tem divulgado constantemente pela mídia japonesa e, reproduzido por meios de comunicação direcionados para as comunidades étnicas naquele país e repercutido além das fronteiras, a nível global, refere-se ao alto índice de criminalidade que ocorre com os estrangeiros presentes na sociedade japonesa. E pelas inerentes dificuldades de adaptação que todo grupo depara ao se deslocar para outros lugares distantes de sua terra natal, fizeram com que muitos migrantes brasileiros acabassem detidos por "desrespeitarem o Código Penal". A Seção 28-12 de Justiça e Polícia do governo japonês[12] aponta os altos índices de infrações cometidas por estrangeiros. Entretanto, no que se refere a criminalização no processo de migração é necessário se levar em consideração algumas questões: existe uma presença significativa de imigrantes (iranianos, chineses, coreanos, e muitos outros que entraram no país com o visto de turismo e por lá permaneceram), que transitam no território japonês clandestinamente, ilegalmente, além de outros que cumprem as penas impostas pela Justiça japonesa.

Nesse contexto, tem que se analisar duas diferenças importantes neste processo de criminalização: a primeira é os "imigrantes que delinqüem" e a segunda os "delinqüentes que viajam", e neste último a condição de estar irregularmente num país já possibilita sua delinquência, conforme Póvoa Neto (2005). Para esse autor (idem, p.304), a pressuposição da imagem dada ao imigrante criminoso, "[...] aponta principalmente para os delitos cometidos por imigrantes (ou estrangeiros,...) e não para as agressões xenófobas, falta de obediência à legislação trabalhista, exploração por máfias da migração... nas quais o imigrante encontra-se também na posição de vítima". No que concerne aos atos e ações que envolveram os imigrantes procedentes da América Latina, esses noticiários foram continuamente divulgados pela imprensa jornalística, direcionada para a comunidade brasileira[13] e, hispânica. Desse modo, grande parte dos imaginários edificados na era globalizada surge a partir da propagação dos meios midiáticos, naquilo que Edward Said (1999, p.354) aponta em sua obra: "Cultura e Imperialismo", na ideia de "fabricar o consenso", conforme menção de Noam Chomski. O dekassegui nipo-brasileiro ao inserir junto à sociedade japonesa, apesar de não ter

---

12 Fonte: Statistical Yearbook 2010 – Disponível em: <http://www.stat.go.jp/english/data/chouki/28.htm>. Acessado em 02 de março de 2012.

13 Disponível em: <http://www.ipcdigital.com/br>. Acessado em 03 de março de 2012. Atualmente, somente há disponibilidade do periódico por meio digital. Outra publicação que não se encontra disponível e estava presente na comunidade brasileira foi o Jornal Tudo Bem, da Editora JBC, além de outras mais. Em relação as violações ao Código Penal, a página digital da Folha de São Paulo do dia 27 de fevereiro de 2012, trouxe o seguinte título: "Brasileiros deixam topo de criminalidade estrangeira no Japão", ranking liderado durante a década de 2001 a 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/bbc/1053922-brasileiros-deixam-topo-do-ranking-de-criminalidade-estrangeira-no-japao.shtml>. Acessado em 03 de março de 2012.

sido visto como “imigrante criminoso”, a imagem do (eu/nós) que vai se construindo diante do outro (japoneses) denota também o estigma de estrangeiro – gaijin/outsider.

A difícil adaptação de muitos nipo-brasileiros em relação à “cultura japonesa” mostra que muitos emigrantes edificaram todo um universo simbólico que os distanciaram dos hábitos e costumes dos imigrantes que vieram ao Brasil. Além do tempo histórico, poderíamos conjecturar que foram as consequências impostas pela política de Vargas na proibição do aprendizado da língua japonesa e na obrigatoriedade de estudar em língua portuguesa. A convivência dos descendentes de japoneses junto à sociedade brasileira, ao longo do tempo, resultou na construção de diversos signos linguísticos, modos comportamentais e práticas ambíguas que davam a imagem de um indivíduo hibridizado, do brasileiro/japonês. O antropólogo Darcy Ribeiro (2006, p.400-401) chama atenção a esta imagem identitária do nissei:

> Já, agora, a imagem do brasileiro, figurada pelo gringo ou pelo nissei, não se confunde com as populações marginalizadas, nem com a oligarquia latifundiária, mas com as populações urbanas de vida moderna e progressista, em que eles se confundem como trabalhadores. Simultaneamente, persuadiram-se de que já não pertencem ao mundo cultural de seus antepassados, porquanto este também mudou, tornando irreal qualquer identificação étnica não brasileira.

Apesar da semelhança física de muitos dekasseguis brasileiros com os nativos japoneses, os costumes e modos de agir evidentemente eram diferentes. Ao migrar, alguns dos nipo-brasileiros descobrem ser brasileiro e, diante de outras pessoas a necessidade de demonstrar a “brasilidade”, do qual falaremos mais adiante. Cabe ressaltar que os dekasseguis brasileiros foram (são) migrantes documentados. Pois desde que o Governo japonês sancionou a Reforma na Lei de Controle de Imigração em dezembro de 1989, cujo contrato entrou em vigor em 1º de junho do ano seguinte (1990), permitiu oficialmente o ingresso do nipo-brasileiro para trabalhar em território japonês, sem exigir a prerrogativa de 'qualificação profissional'. A concessão do benefício dava o direito de visto pelo prazo de três anos aos nipo-brasileiros de segunda geração, denominados nisseis e, de um ano para os de terceira geração, chamados de sanseis. A diplomata Maria Edileuza Reis (2002, p.68-69) menciona que “a nova lei estabeleceu a categoria de residentes por longo período”, e, a estadia poderia ser prorrogada por igual período. Diante disso, o migrante brasileiro poderia usufruir os mesmos direitos que os japoneses, exceto os relacionados aos direitos eleitorais.

Entretanto, compreender as motivações políticas que desencadearam as reformas na legislação é bastante complexo. Edileuza Reis (2002, p.69) observa que "vários autores sugerem que a decisão tenha sido influenciada pelo lobby de parlamentares (brasileiros) de origem japonesa", que frequentemente visitavam diversas repartições governamentais em Tóquio, a fim de solicitar a concessão do visto de longa duração aos nipo-brasileiros, e, concomitantemente, para que o país pudesse abrir as "portas" aos nikkeis.

No Japão, a ideia teve amparo por alguns membros do comitê do Partido Liberal Democrata (PLD) que ao estudar a questão dos trabalhadores estrangeiros no Japão, teriam concluído que a medida (REIS, 2002, p.70), "a um só tempo, asseguraria a preservação da '*Japaneseness*' da sociedade nipônica e supriria a carência de trabalhadores". Outra justificativa alegada pelos parlamentares, segundo Edileuza Reis aponta (2002, p. 71) seria a "proximidade maior pela parte japonesa com a comunidade de origem nipônica brasileira do que com nikkei de outros países latino-americanos". Pois, naquele período, (2002, p.71) "do total de 2,5 milhões de nikkei em todo o mundo, cerca de um milhão e meio se encontrava no Brasil". Para atender a falta de mão de obra nas empresas nipônicas, o Estado japonês estendeu oficialmente o visto de estadia para os nipo-brasileiros e cônjuges que quisessem residir e trabalhar no Arquipélago, desde que previamente comprovassem a consangüinidade nipônica por meio do Koseki Tohon (certidão que comprova a ascendência japonesa), obtido nas municipalidades provinciais do Japão.

No Brasil, para referendar o acordo entre os Estados Nacionais, houve o Projeto de Lei nº 2460/1991[14] do então deputado federal/SP Diogo Nomura para retificar a redação do artigo 206, do Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940[15]. Segundo o Código Penal: "Dos crimes contra a organização do trabalho", o artigo descrevia crime o "Aliciamento para o fim de emigração", conforme dizia:

> Art. 206. Aliciar trabalhadores, para o fim de emigração.
> Pena – detenção, de um a três anos, e multa, de um a dez contos de réis.

Com a nova redação do artigo 206 do Decreto-Lei nº 2848:

---

14 Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_lista.asp?Autor=440141&Limite=N>. Acessado em: 28/01/2012.
15 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm#art206>. Acessado em: 28/01/2012.

> Art. 206 – Recrutar trabalhadores, mediante fraude, com o fim de levá-los para território estrangeiro.
> Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

No dia 15 de julho de 1993, o Presidente da República Itamar Franco sancionou a Lei Ordinária de nº 8683, cuja propositura permitia ao cidadão o direito de trabalhar em território estrangeiro. Nesse sentido, no reconhecimento de evasão de pessoas, o Estado toma para si a administração e fiscalização do processo migratório. Essas medidas políticas verificadas em ambos os países, configuraram-se novamente na chamada "migração tutelada", conforme Célia Sakurai (1999) qualificou à imigração japonesa ao Brasil. Pois tutelada entende-se como uma rede de agentes que inicia o recrutamento "desde o seu local de origem – aldeia, cidade - até o destino final". Para Sakurai (1999, p.221) "é preciso lembrar que as companhias de imigração japonesas que trazem imigrantes para o Brasil são empresas privadas fiscalizadas pelo Ministério das Relações Exteriores. São elas que cuidam da propaganda, seleção, transporte e instalação dos imigrantes". No caso da migração de dekasseguis brasileiros, averigua-se que diversas agências foram instaladas em território brasileiro para recrutar os nipo-brasileiros para as empreiteiras e/ou empresas japonesas. O recrutamento inicia com anúncios nos órgãos midiáticos (jornais, internet, revistas), posteriormente há a seleção desses trabalhadores (segundo gênero, oferta salarial, faixa etária, capacidade de compreensão da língua japonesa, etc...), conforme a necessidade de mão de obra das empresas, geralmente no ramo automobilístico, eletrônico, alimentício e outros, além de disponibilizar o financiamento da passagem aérea e providenciar acomodação dos migrantes no país de destino.

Desse modo, as agências privadas atuam com anuência das autoridades de ambos os países, os quais fiscalizam e apontam mais fidedignamente a saída e entrada de pessoas entre as fronteiras alfandegárias. Conforme se pode conhecer, há uma presença significativa de brasileiros no exterior, em muitos países sem, contudo, um apontamento mais detalhado de quantificação e perfil deles. O fluxo migratório tem para os Estados envolvidos a dupla vantagem: menor tensão social e origem de fonte de capital, gerados com as remessas enviadas pelos trabalhadores desterritorializados.

Na edição do International Press do dia 15 de março de 2003, o jornal publicou na página C3 que os brasileiros haviam enviado no ano anterior, em 2002, o valor de US$ 4,6 bilhões de dólares norte-americanos para o Brasil, conforme levantamento do Fundo Multilateral de Investimentos (Fomin, sigla em espanhol) do Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID). Em 08 de agosto de 2006, o mesmo veículo de comunicação informou que no ano de 2004 o Brasil recebera US$ 2,2 bilhões de dólares provenientes dos brasileiros que estavam no Japão, enquanto US$ 1,9 bilhão foi recebido dos que moravam nos EUA. No dia 23 de novembro de 2006, o jornal International Press Corporation trazia a seguinte matéria: "Remessas continuam impulsionando economia". Do total de brasileiros que estavam no exterior naquele ano, estimavam que o valor enviado até o final do ano chegaria a US$ 7 bilhões em remessas para o Brasil. Desse montante, segundo dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os dekasseguis seriam responsáveis por US$ 2,6 bilhões, um aumento de 15% maior que do ano anterior, quando o valor atingiu US$ 2,2 bilhões. O jornal menciona que o índice brasileiro "é o maior da América do Sul, mas fica muito aquém do mexicano, por exemplo, que chega a US$ 20 bilhões". Em relação ao Estado do Paraná, o jornal mencionou que:

> Segundo estimativas de especialistas baseadas no montante enviado no ano passado, os cerca de 70 mil dekasseguis vindos do Paraná, por exemplo, foram responsáveis por uma injeção de nada menos que US$ 650 milhões em 2005 naquele estado. Para as regiões de Maringá e Londrina foram enviados cerca de US$ 130 milhões e US$ 260 milhões, respectivamente. Já Curitiba ficou com US$ 260 milhões.

Em outra publicação do mesmo jornal IPC, do dia 08 de outubro de 2009, tinha o seguinte tema: "Forte entrada de dólares no Brasil valoriza o real". Essa referência a respeito do fluxo cambial descrevia que "de acordo com os dados do Banco Central, o fluxo financeiro positivo de US$ 4,590 bilhões foi suficiente para compensar o resultado comercial negativo de US$ 3,225 bilhões". E que do mês de janeiro até outubro desse mesmo ano, "o fluxo cambial é positivo em US$ 9,682 bilhões, contra os US$ 17,719 bilhões registrados no mesmo período de 2008". No ano de 2010, o Chefe do Gabinete da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores, Rodrigo Amaral de Souza (2010, p.29), ao proferir palestra nas dependências do CIATE, em São Paulo, disse que "segundo dados do Banco Central, no período de 2000 a 2006 os brasileiros no Japão enviaram anualmente ao Brasil aproximadamente 2 bilhões de dólares".

Esse dinheiro enviado pelos dekasseguis brasileiros mostra uma das reais razões que levou milhares de pessoas a trabalhar no Japão. Entretanto, averigua-se também que muitos dos migrantes que transitam intercontinentalmente agem deliberadamente com o intuito de abandonar o relacionamento "familiar", vivenciado anteriormente. Nesse sentido, algumas pessoas alegam que o motivo da migração foi a busca por trabalho. Constata-se isso porque

muitos não tomam uma decisão pública de rompimento formal com o (a) companheiro (a) e, para melhor conveniência social diante dos familiares e amigos, abandonam filhos e cônjuges a própria sorte. Ao longo dos anos, esses imigrantes "perderam" contato com os familiares do Brasil e tornaram-se invisíveis sociais, isto é, cortaram o elo afetivo com pessoas que se relacionavam, as quais ficaram sem saber do paradeiro do pai ou mãe evadido (a).

No Brasil, uma das medidas tomadas por pessoas que se sentiram prejudicadas em relação ao abandono foi no sentido de criar uma Associação das Famílias Abandonadas por Dekasseguis – AfadBrasil. No dia quatorze de abril de 2010, houve uma Audiência Pública no Plenário nº 07, da ala senador Alexandre Costa, do Senado Federal para "discutir a situação das famílias abandonadas por uma parcela dos chamados dekasseguis". Conforme publicado no Diário do Senado Federal em maio de 2010, o presidente da AfadBrasil, Djalma Straube, diz que há mais de 300 famílias cadastradas e, relata sua própria experiência vivenciada: "E eu sou um dos casos, que a minha esposa me deixou aqui no Brasil, com uma criança, com duas meninas, uma de um ano e a outra de cinco anos na época".[16] Outro caso foi de Aparecida Margarete dos Santos Kayaki, que contou que o companheiro abandonou-a junto com os filhos, Felipe e Nathen, em 1995. Aparecida relatou ainda que ao ficar desamparada, sofreu muitas humilhações.

> Nessa época, foi muito difícil, a gente teve ajuda de alguns amigos, meu pai que sempre me ajudou e voltei para a casa do meu pai, comecei a trabalhar na feira, fazer faxinas para sustentar os meus filhos. Depois de algum tempo, consegui um emprego registrado, de faxina também, por coincidência, na própria CPTM, onde ele era chefe de estação, eu fui trabalhar como faxineira. Sofri muitas humilhações, piadinhas, né, "Ah, o Kayaki foi para o Japão e te largou?", desse tipo. Mesmo depois que eu voltei trabalhando, a gente ainda passou por muitas dificuldades.

Quando ocorrem deslocamentos de pessoas, muitas famílias ficam desestruturadas, fragmentadas e, de novas famílias que são formadas no país de destino. Ao longo do tempo o movimento transnacional de brasileiros para o Japão tornou-se dinâmico e contínuo por diversas razões que fogem de alguns modelos narrativos que generalizam os fluxos migratórios e, determinam enfaticamente as causas devido às crises econômicas, outras por

---

16 Famílias abandonadas por uma parcela dos chamados dekasseguis. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/pdf/sf/2010/05/03052010/suplemento/00888.pdf>. Acessado em: 29/07/2012. Ver também: Os Dekasseguis e a Luta das Familias Abandonadas. Disponível em: <http://www.uniblog.com.br/djalmastraube/448838/os-dekasseguis-e-a-luta-das-familias-abandonadas.html>. Acessado em: 29/07/2012.

perseguições políticas, ideologias religiosas de um grupo majoritário que impõe perseguições às minorias confessionais e, daquelas motivadas por catástrofes naturais.

Pois a justificativa de que pessoas se deslocam de um lugar para outro, principalmente por questões econômicas, compartilha ao pensamento do historiador Herbert S. Klein (2000), que aponta na teoria do push-pull os fatores de expulsão e atração, conforme o artigo: "migração internacional na história das Américas", cujo autor (p.13) relata: "Para começar, deve-se dizer que a maioria dos migrantes não desejam abandonar suas casas nem suas comunidades. Se pudessem escolher, todos – com exceção dos poucos que anseiam por mudanças e aventuras – permaneceriam em seu locais de origem". Porém, como discutido anteriormente, qual seria o "local de origem" do nikkei migrante? Para tal objetivo e melhor compreensão, pretendemos relatar o perfil e as características desses migrantes paranaenses no próximo capítulo.

2 ALGUNS PERFIS DOS NIPO-BRASILEIROS DO ESTADO DO PARANÁ

Nesse capítulo abordaremos o perfil dos migrantes paranaenses que foram ao Japão, apontando as atividades econômicas em que os nipo-brasileiros do Estado do Paraná estavam inseridos, as opções religiosas, o grau de letramento e o nível de escolaridade formal, conforme os Censos dos anos de 1980, 1991 e 2000. No tópico subsequente deste capítulo, abordaremos o perfil traçado pela imprensa sobre a imagem do brasileiro e os signos que dão sentido de entrelaçamento cultural entre Brasil e Japão por causa das comemorações do Centenário da Imigração japonesa. E na terceira parte abordarei minha experiência dos anos vividos no Japão, uma descrição das lembranças que me acompanham até os dias atuais. Cabe lembrar que o ponto central desta pesquisa está em compreender de que maneira se processaram os "estranhamentos" dos nipo-brasileiros procedentes do Estado do Paraná que participaram do fluxo migratório entre Brasil e Japão, movimento do qual participei diretamente.

Para abordar o perfil dos imigrantes torna-se imprescindível discutir a questão das identificações culturais, uma vez que eles não apenas compõem um conjunto de referenciais para se autodefinirem, como também são constituídos por outros tantos referenciais por parte da sociedade receptora que busca de algum modo compreendê-los a partir de suas próprias

categorizações. E, para uma melhor compreensão disso, podemos aproveitar as reflexões de Manuel Castells (1999, p.22), para quem "identidade" é "a fonte de significado e experiência de um povo". Ao referir-se ao povo, ou a atores sociais, Castells (1999, p.22) diz que entende a identidade "em um processo de construção e significado embasado em atributo cultural[17], ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado". Igualmente, para um indivíduo qualquer, bem como para um "ator coletivo, pode haver identidades múltiplas". Todavia, como o próprio autor destaca, (p.22) "essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social". A partir do conceito de identidade compreendido como uma elaboração cultural a partir de relações sociais cabe lembrar-se das fontes dos quais abastecem de informações para que a identidade se possa constituir como tal. Para Manuel Castells (1999, p.23) "vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso". E nesse contexto, determinado por relações de poder, o autor propõe distingui-los em três formas e origens de construção de identidades:

A primeira se refere às sociedades civis em seu conjunto de organizações e instituições; a segunda seria o surgimento coletivo de resistência face às opressões; e a terceira posta quando os atores sociais constroem e redefinem significados a partir de suas experiências. Os três modos mencionados por Castells (1999, p.24) assim:

> - Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais.
> - Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação,

17 Para o conceito de cultura, apropriaremos da concepção histórica dada por Raymond Willians (2000), o qual dedica um capítulo (p.21-31) em seu livro: "Marxismo y literatura" para descrever sobre o conceito e as modificações de seu significado ao longo do tempo. Para Willians, o conceito até o século XVIII significava uma atividade, a cultura de algo, da terra, em geral animais e produtos agrícolas. A partir do final desse mesmo século o termo passou a ser associado com a ideia de "civilização", que pressupunha uma concepção de estado ordenado, realizado, educado, civilizado e desenvolvido que podia contrastar com a "barbárie". Assim, a ideia de "civilização e cultura" passou a se correlacionar como estágio do desenvolvimento humano, dos homens que produzem a sua própria história no uso e por meio da razão. No entanto, houve críticas à ideia de civilização, a partir de Rousseau e através de todo o movimento romântico. Desde então, cultura teve um sentido alternativo, considerado como um processo de desenvolvimento "interior". O primeiro efeito que resultou desta alternativa foi associar a cultura com a religião, a arte, a família e a vida pessoal, como algo distinto e ativamente oposto a civilização, a sociedade em seu novo sentido abstrato e geral. Todavia, deve se atentar à cultura como um processo social constitutivo criador de "estilos de vida", específicos e diferentes posta em um processo social material. Esse sentido prático frequentemente fora substituído por um universalismo abstrato e unilateral. O significado alternativo do conceito de cultura, que definia a vida "intelectual" e as "artes", ficou também comprometido por seu aparente reducionismo a um status superestrutural, o qual eliminava suas essenciais conexões com a sociedade e a história.

> construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos.
>
> - Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

Dessas referências mencionadas, observa-se que a identidade do dekassegui nipo-brasileiro permeia nas três esferas, pois usa da legitimadora para que possa demonstrar a origem, o qual traz a ambígua pertença às nacionalidades "nipo-brasileira", para defini-los identitariamente. No entanto, ao inserir na sociedade japonesa, o dekassegui descobre-se que é brasileiro, gaijin como outros estrangeiros. Para driblar a estigmatização, ao menos em seu imaginário, frequentemente afirma que o brasileiro trabalha melhor, é mais esperto, como veremos mais adiante com os depoimentos dos entrevistados. E, à referência da "identidade de projeto" posta por Castells, podemos ver no uso de vestuários (jeans) que os nipo-brasileiros levaram do Brasil, ou compraram por lá, para representar um imaginário de identificação. Essas atitudes e meios simbólicos representados pelo migrante dekassegui abordaremos no tópico - o Japão e as memórias dos imigrantes brasileiros, o qual propõe refletir acerca do que levaram e o que trouxeram na bagagem.

A representação de si próprio, da imagem perante o outro, o nós e eles, ou do outro em relação ao eu (nós), traz uma questão pertinente, o debate sobre "o poder simbólico", do qual Pierre Bourdieu (1989) destaca. Bem mais que um processo de transição, averigua-se o poder da instituição quando essa confere legitimidade a alguém. Bourdieu (1989) chama a atenção à ideia de região, essa concepção não como uma realidade natural, mas fruto de uma divisão estabelecida do mundo social por um ato de autoridade. O autor ainda lembra que embora a região não seja uma realidade natural, não se pode negligenciar que para delimitá-los existem critérios, conforme a (língua, habitat, terras, etc...) e o mais importante ao fazer a delimitação, o alcance e eficácia do poder atribuído. Segundo Bourdieu (1989, p.114): "esse acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, a qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia". Nesse tópico que iniciaremos, a partir dos apontamentos do IBGE, apresentaremos o que os emigrantes paranaenses faziam em seu mundo de trabalho, no Brasil; qual era a religião; de onde vieram: do espaço rural ou do espaço urbano; qual era o nível de letramento desses migrantes; descrição conforme o gênero, pois assim pressupõe uma avaliação mais pontual do perfil do dekassegui. Todavia, cabe lembrar que os apontamentos foram respondidos pelos próprios pesquisados, o que

novamente trás à tona as subjetividades. Desse modo, a menção de Bourdieu (1989, p.119-120) torna-se pertinente:

> O efeito simbólico exercido pelo discurso científico ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, é inevitável na medida em que os critérios ditos 'objetivos' precisamente os que os doutos conhecem, são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento: eles designam as características em que pode firmar-se a acção simbólica de mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade (tanto no seio do próprio grupo como nos outros grupos), que – a prazo, e em particular por intermédio das acções de imposição e de inculcação da identidade legítima (como as que a escola e o exército exercem) – tende a gerar a unidade real.

Assim sendo, o conceito de identidade torna-se um termo paradoxal porque envolvem diversas singularidades, englobando crenças religiosas, ideologias políticas, ideias, modos comportamentais e afeições que intentam diferenciar o "nós" em relação aos "outros". Por outro lado, devemos nos atentar às reflexões de identidade para não incorrermos conceitualmente nas "ciladas da diferença", do qual Antônio Flávio Pierucci chama a atenção. Para o autor (2000, p. 32): "À direita, a certeza das diferenças recebe muito de sua coerência – e de seu poder de interpelação e persuasão – do repúdio à igualdade como pressuposto ou como utopia". Se o termo "diferença" era um pensamento próprio da ala conservadora, ao procurar uma argumentação que justificasse os estereótipos empreendidos aos imigrantes por questão racial, nota-se que a semântica de diferença oculta muito mais em seu significado. E, ao longo do tempo, o conceito também foi apropriado pela esquerda. "Os indivíduos de esquerda, sobretudo intelectuais, que hoje em dia desfraldam tal bandeira não podem deixar de repetir o tempo todo que 'a diferença não tem nada a ver com a desigualdade'. 'É uma questão de pluralismo cultural!" (Pierucci, 2000, p. 32). Semelhante a ala conservadora, a esquerda apregoa que "A verdadeira igualdade repousa nas diferenças". Neste jogo de palavras, de linguagem segundo o autor menciona, esconde certas armadilhas, pois a diferença abarca concomitantemente "uma diferença de valor". E além da complexidade posta na questão de diferença, aumenta o grau e a dificuldade quando tentamos separar a diferença e hierarquia. Antônio Flávio Perucci (2000, p.33) sinaliza assim:

> Mesmo se admitindo que nem todas as diferenças são hierarquizantes, a maioria delas continua sendo, sobretudo quando se trata de diferenças definidoras de coletividades, de categorias sociais, de grupos de *appartenance* vivendo em relações de força em sociedades altamente diferenciadas. A diversidade é algo vivido, experimentado e percebido, gozado ou sofrido na vida quotidiana: na imediatez do dado sensível ao mesmo tempo que mediante códigos de diferenciação que implicam classificações, organizam avaliações, secretam hierarquizações,

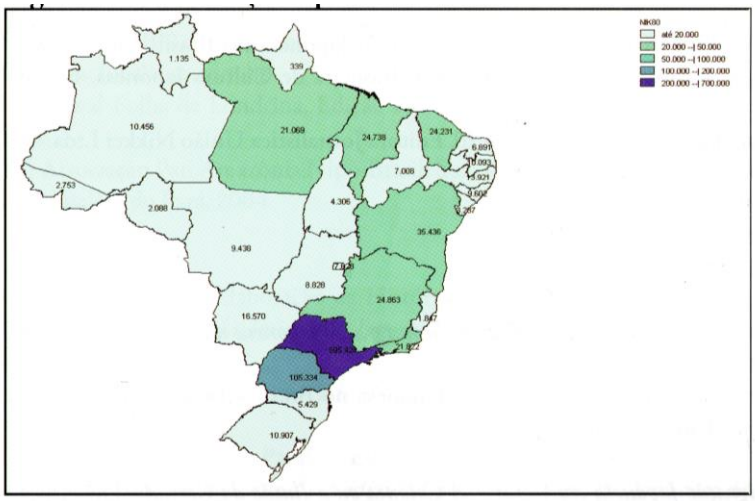
> desencadeiam subordinações. A tal ponto sobre uma base igualitária acaba sendo tarefa dificílima em termos práticos, ainda que aparentemente menos difícil em termos teóricos.

Pois bem, toda a narrativa anteriormente mencionada neste capítulo, foi para mostrar a complexidade para abordar o conceito de identidade, o qual correlaciona duplicadamente ao conceito de igualdade e diferença para que haja um sentido em si. Com esta devida atenção, abordaremos alguns aspectos classificatórios que agrupam os indivíduos em uma coletividade. Lembrando que a identidade contempla múltiplas diversidades, que por sua vez denota a valores culturais elaborados pela sociedade. Assim, as "semelhanças" existentes quando interpretadas como dados "objetivos", pode-se cair em gravíssimas armadilhas de análise, pois os mesmo envolvem as subjetividades pertinentes de cada indivíduo.

2.1 PERFIS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS

O estado do Paraná foi um dos que manteve a maior concentração de nipo-brasileiros no Brasil, os quais, ao longo das últimas décadas do século XX, foram se deslocando de atividades prioritariamente agrárias para uma inserção de características urbanas. Esta distribuição dos descendentes de japoneses pode ser verificada no mapa abaixo:

Mapa 2 - Mapa do Brasil Contemporâneo e a distribuição espacial dos nikkeis



Fonte: IBGE, Censo de 1980.

Os japoneses e seus descendentes, como dito acima, participaram ativamente do processo de urbanização ocorrido na segunda metade do século XX, com reflexos evidentes em sua ocupação econômica, como pode ser acompanhado com a ajuda dos censos demográficos realizados periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Censo realizado em 1980, por exemplo, o estado do Paraná tinha a presença de 105.334 pessoas nipo-brasileiras, ou, nikkei-jin (pessoa de origem japonesa).

Tabela 2 - Distribuição dos setores de atividade econômica da população ocupada no Estado do Paraná dos diferentes grupos segundo sexo - 1980

	Homens		Mulheres	
	Nikkeis	Não nikkeis	Nikkeis	Não nikkeis
Agropecuária	34,9%	48,3%	9,3%	24,3%
Indústria	11,2%	20,7%	6,6%	7,7%
Comércio	19,9%	9,5%	21,6%	10,6%
Financeiro	4,0%	1,6%	7,1%	1,9%
Serviços	27,2%	16,2%	52,3%	51,9%
Administração pública	2,0%	3,4%	2,8%	2,6%
Organismos internacionais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	0,6%	0,4%	0,3%	0,8%

Fonte: IBGE, microdados do Censo 1980. In: Haine [raízes] expansão da comunidade nikkei nos 100 anos de presença no Brasil, vol. II, p.61.

Os demonstrativos indicados em percentuais das atividades praticadas pelos nipo-brasileiros paranaenses tornam-se bastante elucidativos em alguns aspectos. O primeiro indicativo aponta que a maioria da população do sexo masculino desempenhavam atividades agropecuárias. O Censo de 1980 indicava que o estado agregava predominantemente os nipo-brasileiros e pessoas de outros grupos étnico-culturais nesse setor de trabalho. E dentre os entrevistados para essa escrita, temos o exemplo dos pais de Pedro, que se configuram como trabalhadores agrários, cuja narrativa abordaremos ao longo da escrita. Ao elencarmos também as atividades exercidas pelos homens nipo-brasileiros, averigua-se que o trabalho em serviços ocupava a segunda colocação de produção econômica, Já comércio e indústria, eram as terceira e quarta ocupações respectivamente. E se olharmos para as atividades econômicas exercidas pelas mulheres, nota-se que havia o predomínio feminino na área de serviços e comércio.

Já para 1991 os dados são os seguintes:

Tabela 3 - Distribuição dos setores de atividade econômica da população ocupada no Estado do Paraná dos diferentes grupos segundo sexo - 1991

	Homens		Mulheres	
	Nikkeis	Não nikkeis	Nikkeis	Não nikkeis
Agropecuária	26,4%	35,4%	7,4%	16,5%
Indústria	15,7%	23,7%	8,9%	10,2%
Comércio	18,0%	12,6%	19,8%	14,1%
Financeiro	5,0%	1,6%	8,0%	2,2%
Serviços	30,9%	22,3%	51,6%	53,5%
Administração pública	3,4%	4,1%	4,1%	3,1%
Organismos internacionais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	0,6%	0,4%	0,2%	0,4%

Fonte: IBGE, microdados do Censo 1991. In: Haine [raízes] expansão da comunidade nikkei nos 100 anos de presença no Brasil, vol. II, p. 115.

No Censo realizado em 1991, para o estado do Paraná, os dados mostram que os homens nipo-brasileiros migraram do setor agropecuário para o setor de serviços. Desse modo, os homens descendentes de japoneses residentes no Paraná começaram a exercer outras atividades laborais, diferente quando comparados à década de 1980. Embora o setor de comércio e indústria mantivesse os respectivos terceiro e quarto postos de atividade econômica, observa-se que o comércio reduziu em 1,9%, e, o setor industrial teve um acréscimo de 4,5% percentuais. Nesse quesito comércio, enquadrava-se o serviço de Lázaro, um dos dekasseguis que trabalhava com frutas e verduras no município de Ponta Grossa e migrou ao Japão em 1990. Outro apontamento que chama a atenção foi a participação das mulheres paranaenses no setor industrial. Pois no censo anterior, a ocupação nesse setor apresentava como a quinta ocupação, e após uma década, galgou para o terceiro lugar. Nesse sentido, mostra que o estado paranaense começou a ter representatividade econômica no setor industrial a partir dos dados analisados pelo Censo de 1991. Para 2000 os dados são os que seguem abaixo:

Tabela 4 - Distribuição dos setores de atividade econômica da população ocupada no Estado do Paraná dos diferentes grupos segundo sexo - 2000

	Homens		Mulheres	
	Nikkeis	Não nikkeis	Nikkeis	Não nikkeis
Agropecuária	18,7%	24,1%	6,9%	12,2%
Indústria	16,6%	25,3%	8,6%	9,7%
Comércio	18,6%	13,8%	20,4%	14,6%
Financeiro	2,5%	0,9%	4,8%	1,2%
Serviços	31,0%	24,3%	47,6%	52,1%
Administração pública	3,2%	4,2%	5,0%	4,2%
Organismos internacionais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	9,2%	7,4%	6,7%	6,0%

Fonte: IBGE, microdados do Censo de 2000. In: Haine [raízes] expansão da comunidade nikkei nos 100 anos de presença no Brasil, vol. II, p. 165.

No Censo de 2000, os homens nipo-brasileiros do Paraná indicaram a predominância de trabalho nas mesmas áreas apontadas pelo Censo de 1991. Porém, diminuiu ainda mais a presença de homens no setor agropecuário. Em 1991, havia o percentual de 26,4%, e, quando comparados ao Censo de 2000, houve uma redução de 7,7%. No tópico descrito como serviços, no ano 2000 apresentou somente um décimo percentual de aumento quando confrontado ao Censo anterior.

Ao observamos o quadro referente as mulheres nipo-brasileiras do estado do Paraná, o grupo predominou no setor de serviços, seguidos por comércio, indústria e agropecuária, conforme atividades mencionadas. Outra constatação que se percebe ao longo de três décadas, foi que as nikkeis paranaenses desempenharam em sua maioria o trabalho na área de serviços. Em relação à área industrial, não houve um acréscimo exponencial se olhado por taxas percentuais.

No que diz respeito às opções religiosas[18], um dos quesitos relevantes para o entendimento das referências culturais, o Censo de 1980 trazia os seguintes dados:

Tabela 5 - Opções religiosas segundo condição de domicílio no Estado do Paraná - 1980.

	Urbanos		Rurais	
	Nikkeis	Não nikkeis	Nikkeis	Não nikkeis
Sem religião	3,1%	1,2%	1,1%	0,3%
Católica	74,5%	86,0%	69,7%	90,5%
Protestante	2,7%	10,5%	3,3%	8,3%
Religiões orientais	17,8%	0,1%	22,6%	0,0%
Outras	1,9%	2,2%	3,3%	0,9%

Fonte: IBGE, microdados do Censo 1980. In: Haine [raízes] expansão da comunidade nikkei nos 100 anos de presença no Brasil, vol. II, p.64.

Em relação ao item de opção religiosa, os dados estatísticos mostraram que os paranaenses de origem japonesa, tanto os de domicílio urbano quantos os de domicílio rural, foram em sua maioria declarantes católicos, conforme dados apontados na tabela. E também

18 Conforme o dicionário Houaiss (2009), **religião** no sentido de: 1- crença na existência de um poder ou princípio superior, sobrenatural, do qual depende o destino do ser humano e ao qual se deve respeito e obediência. 2- sistema de doutrinas, crenças e práticas rituais próprias de um grupo social, estabelecido segundo uma determinada concepção de divindade e da sua relação com o homem; fé, culto (religião cristã e religião islâmica). 3- culto que se presta à divindade, consolidado nesse sistema. 4- observância cuidadosa e contrita dos preceitos religiosos; devoção, piedade, fervor (viver frugalmente, dia a dia, na religião). Apesar do budismo ser visto também como princípio filosófico, atentamos para o ítem 4, o qual se pressupõe uma ascese devocional e fervorosa para o praticante.

nota-se uma presença significativa dos que se declararam adeptos de religiões orientais[19]. Ao relatarmos mais adiante sobre o Japão e as memórias dos imigrantes brasileiros, mencionaremos as experiências de Cláudia e Patrícia, ambas adeptas do budismo. Nesse sentido, bem mais que uma conexão da micro com a macro história, observa-se que ao longo do tempo muitas pessoas preservaram os ideais doutrinários e, outros que optaram por outros segmentos religiosos. Conjectura-se que essas escolhas objetivavam a compreensão de si próprio e do mundo ao redor, delimitados por insegurança, angústias e expectativas.

Para 1991, os dados levantados pelo censo demográfico do IBGE indicaram uma diminuição dos confessos às religiões orientais. Para os que residiam em condição de domicílio urbano, o Censo apontou uma perda de 4,8% e, para os de domicílio rural, 2,8% percentual menor, ou seja, dos 22,6% conforme verificado em 1980, baixou para 19,8%.

Tabela 6 - Opções religiosas segundo condição de domicílio no Estado do Paraná - 1991.

	Urbanos		Rurais	
	Nikkeis	Não nikkeis	Nikkeis	Não nikkeis
Sem religião	5,1%	3,0%	4,8%	1,0%
Católica	75,1%	82,5%	70,8%	89,7%
Protestante	5,8%	13,1%	3,9%	9,1%
Religiões orientais	13,0%	0,3%	19,8%	0,0%
Outras	0,9%	1,1%	0,7%	0,2%

Fonte: IBGE, microdados do Censo 1991. In: Haine [raízes] expansão da comunidade nikkei nos 100 anos de presença no Brasil, vol. II, p. 118.

Também houve um acréscimo dos nipo-brasileiros domiciliados em áreas rurais que se declararam sem religião. Em uma década, de 1,1% visto no Censo de 1980, saltou para 4,8%. Do mesmo modo, os que se declararam sem religião dos residentes em área urbana, houve um aumento de 2%.

Em relação às doutrinas protestantes houve um aumento exponencial entre os nikkeis paranaenses. Dos participantes para esta escrita, observamos o exemplo de Sergio e Márcia, ambos convertidos a fé protestante quando estiveram no Japão. Neste segmento chama a atenção aos domiciliados urbanos, pois em 1980, os dados do Censo apontavam 2,7%. Em 1991, saltou para 5,8%. Todavia, em relação aos que estavam em condição de domicílio rural, o aumento não foi tão expressivo de convertidos quando analisados em taxas percentuais, pois

19 O apontamento de religiões orientais foram várias, conforme Kaizô Beltrão et al. (2008, p.470-471) assinalam: Budismo (Budismo, Nitiren, Budismo Theravada, Zen Budismo, Budismo Tibetano, Soka Gakkai, Outras); Novas religiões orientais (Igreja Messiânica Mundial, Seicho-No-Ie, Perfect Liberty, Hare Krishna, Discípulos Oshoo, Tenrykyo, Mahicari); Outras religiões orientais (Religiões Orientais, Bahai, Shintoísmo, Taoísmo, Outras).

houve um acréscimo de seis décimos percentuais. Contudo, como se pode ver, o catolicismo continuou hegemônico entre os nikkeis do Paraná.

Tabela 7 - Opções religiosas segundo condição de domicílio no Estado do Paraná - 2000

	Urbanos		Rurais	
	Nikkeis	Não nikkeis	Nikkeis	Não nikkeis
Sem religião	6,3%	4,7%	3,4%	1,9%
Católica	72,7%	74,9%	74,3%	85,6%
Protestante	11,0%	18,7%	7,7%	11,9%
Religiões orientais	8,3%	0,2%	14,2%	0,0%
Outras	1,7%	1,5%	0,5%	0,5%

Fonte: IBGE, microdados do Censo 2000. In: Haine [raízes] expansão da comunidade nikkei nos 100 anos de presença no Brasil, vol. II, p.169.

Decorridas duas décadas, os nipo-brasileiros paranaenses domiciliados no espaço urbano que se declararam católicos, apresentou uma queda percentual de 1,8%, e, para aqueles em condição de domicílio rural houve uma situação inversa, ou seja, aumentou em 4,6% de pessoas católicas. Assim, o catolicismo ainda continuou como religião predominante entre os nikkeis paranaenses. Para os domiciliados em áreas rurais, as tabelas mostram que houve um aumento dos praticantes de religião católica. Em 1980, havia 69,7% de católicos, no Censo de 1991 subiu para 70,8% e, no ano de 2000 saltou para 74,3%. E dos nikkeis declarantes sem religião/urbanos, dos 3,1% assinalados em 1980, saltaram para 6,3%, em 2000. Em relação aos de domicílio rural, de 1,1% aos 3,4%, respectivamente.

Ao averiguarmos a linha referente a religiões orientais, percebe-se um acentuado declínio de praticantes por parte dos nikkeis paranaenses, pois no Censo de 1980 apontava 17,8% de adeptos por aqueles que viviam em domicílios urbanos e, após duas décadas, houve uma queda para 8,3%, isto é, diminuiu 9,5%. Aos domiciliados em áreas rurais, a redução também foi significativa, dos 22,6%, que havia em 1980, reduziu para 14,2%, um déficit de 8,4%, conforme o Censo de 2000. Assim, somados os oriundos do espaço urbano e rural que declararam como praticantes das religiões orientais averigua-se uma diminuição de 17,9%. Todavia, embora a queda percentual seja perceptível, o número de praticantes das religiões orientais no espaço rural ainda continua significativo na comunidade nipo-brasileira do Paraná, o que correspondeu no Censo de 2000 com 14,2% de praticantes, e como segundo setor de opção religiosa.

Outro dado significativo refere-se aos adeptos do protestantismo que vêm aumentando ao longo dos anos. No ano de 1980, esse grupo religioso ocupava a quarta posição, com 2,7% para os residentes urbanos. No Censo de 1991, subiu para a terceira colocação, com 5,8% e,

conforme apontou o Censo de 2000, os nikkeis urbanos do Paraná declararam como segunda opção religiosa, com 11,0%. E dos que residiam em área rural, dos 3,3% apontados no Censo de 1980, saltou para 7,7% em 2000, ou seja, um aumento significativo e exponencial.

Desse modo, conforme visto nas tabelas, muitas das tradições religiosas que chegaram com os imigrantes japoneses já não são praticadas pelos descendentes, sobretudo aos residentes urbanos, indicando que, ao longo do tempo, eles e seus descendentes mudaram para outras doutrinas religiosas.

Por seu turno, os dados sobre alfabetização são igualmente interessantes para melhor conhecer estas populações:

Tabela 8 – Percentual de alfabetizados na população residente do Estado do Paraná - 1980

Homens		Mulheres	
Nikkeis	Não nikkeis	Nikkeis	Não nikkeis
92,6%	80,8%	91,8%	81,3%

Fonte: IBGE, microdados do Censo 1980. In: Haine [raízes] expansão da comunidade nikkei nos 100 anos de presença no Brasil, vol. II, p.59.

Pelo Censo de 1980, conforme indicado pela tabela, os homens nipo-brasileiros paranaenses em sua grande maioria eram alfabetizados, do mesmo modo que as mulheres descendentes de japoneses. Quando comparados ambos os gêneros aos não descendentes, os nikkeis mantiveram um índice de 11,8% e 10,5% respectivamente maiores. Já os dados de escolaridade eram os seguintes:

Tabela 9 – Escolaridade da população residente no Estado do Paraná - 1980

	Homens		Mulheres	
	Nikkeis	Não nikkeis	Nikkeis	Não nikkeis
Elementar	50,3%	36,0%	48,8%	34,9%
1º grau	27,0%	9,9%	25,2%	9,9%
2º grau	17,8%	5,3%	17,1%	5,4%
Superior	6,3%	1,6%	4,9%	1,0%

Fonte: IBGE, microdados do Censo 1980. In: Haine [raízes] expansão da comunidade nikkei nos 100 anos de presença no Brasil, vol. II, p.59.

A proporção de indivíduos na idade adequada com os diversos níveis de ensino formal completo mostra que tanto homens como mulheres nipo-brasileiras evadiram ao longo do tempo do ensino escolar. Do ensino elementar ao superior, quando delimitados como estágio inicial e estágio final, observa-se que no ensino superior, somente 12,6% dos homens concluíram e, um percentual em torno de 10,2% para as mulheres. Esses indicativos provavelmente foram resultados dos esforços das famílias de origem japonesa para que o filho ou filha mais velho(a) pudesse concluir a graduação. Outro fator determinante nessa década

de 1980 foi a predominância da grande maioria da população paranaense/homens exercer a atividade econômica no setor agropecuário, o que dificultava o acesso às universidades.

Tabela 10 - Percentual de alfabetizados na população residente do Estado do Paraná - 1991

Homens		Mulheres	
Nikkeis	Não nikkeis	Nikkeis	Não nikkeis
96,3%	88,9%	94,0%	85,3%

Fonte: IBGE, microdados do Censo 1991. In: Haine [raízes] expansão da comunidade nikkei nos 100 anos de presença no Brasil, vol. II, p.113.

No Censo de 1991, os nipo-brasileiros homens e mulheres do Paraná tiveram um percentual de alfabetização acima do que fora indicado no censo anterior. Para os homens houve um acréscimo de 3,7% e para as mulheres de 2,2% percentuais de indivíduos alfabetizados. E também para as pessoas não descendentes de japoneses a tabela mostra um expressivo aumento de alfabetizados, indicando uma alteração significativa que pode ser encontrada no Brasil como um todo em razão dos esforços governamentais para reduzir o número de iletrados e para ampliar o tempo de permanência e o grau de escolaridade da população.

No que se refere à escolarização, os dados seguem abaixo:

Tabela 11 - Escolaridade da população residente no Estado do Paraná - 1991

	Homens		Mulheres	
	Nikkeis	Não nikkeis	Nikkeis	Não nikkeis
Elementar	82,8%	63,2%	80,1%	61,7%
1º grau	52,1%	24,2%	49,2%	24,7%
2º grau	37,0%	13,0%	34,9%	13,5%
Superior	14,6%	3,4%	12,2%	3,1%

Fonte: IBGE, microdados do Censo 1991. In: Haine [raízes] expansão da comunidade nikkei nos 100 anos de presença no Brasil, vol. II, p.113.

Nas amostras de ensino elementar, 1º e 2º grau e superior, verifica-se que os homens nikkeis paranaenses tiveram uma participação maior quando comparados aos da década de 1980. No tópico ensino elementar, houve um aumento de 32,5%, no ensino de 1º grau, uma presença de 25,1% maior, no ensino de 2º grau aumentou para 19,2% e a presença de homens nipo-brasileiros no estado do Paraná que concluíram o ensino superior aumentou em 8,3% percentuais.

Para as mulheres nikkeis do Paraná, também houve um exponencial crescimento de vida escolar, em todos os níveis. No ensino elementar, subiu para 31,3%; no ensino de 1º grau, aumentou em 24,0%; para o 2º grau, um acréscimo de 17,8%, e, no ensino superior, o Censo apontou um aumento de 7,3%. Nessa significativa presença de pessoas no banco

escolar, temos o exemplo de Laura, uma das participantes desta pesquisa que estudou medicina veterinária na Universidade Federal do Paraná e migrou ao Japão em 1989, como bolsita. E do mesmo modo, o exemplo de Tereza, que migrou em 1991 para trabalhar como dekassegui no Japão, retornou ao Brasil para concluir a graduação e voltou em 2002 e ficou até 2003 para estudar.

Vejamos agora os dados do Censo de 2000:

Tabela 12 - Percentual de alfabetizados na população residente do Estado do Paraná - 2000

	Homens		Mulheres	
	Nikkeis	Não nikkeis	Nikkeis	Não nikkeis
Brasil	93,2%	87,7%	93,0%	88,1%
São Paulo	98,1%	95,1%	96,9%	93,4%
Paraná	97,1%	93,2%	95,4%	90,6%

Fonte: IBGE, microdados do Censo 2000. In: Haine [raízes] expansão da comunidade nikkei nos 100 anos de presença no Brasil, vol. II, p.162.

Nesta tabela 12, na qual aponta os índices percentuais de indivíduos alfabetizados com cinco anos ou mais de Brasil, do estado de São Paulo e do estado do Paraná, observa-se que do lado paranaense houve um índice menor de alfabetizados quando comparados ao estado paulista, porém, maior quando comparado a do Brasil como um todo. Ao compararmos os indicativos do Censo de 1980 e o Censo de 2000 dos nipo-brasileiros, nota-se que os homens tiveram um aumento de 4,5% e as mulheres um acréscimo de 3,6% ao longo de duas décadas.

Tabela 13 - Escolaridade da população residente no Estado do Paraná - 2000

	Homens		Mulheres	
	Nikkeis	Não nikkeis	Nikkeis	Não nikkeis
Elementar	86,5%	75,4%	84,3%	73,8%
1º grau	60,9%	38,0%	60,0%	39,4%
2º grau	43,8%	19,8%	44,0%	21,7%
Superior	16,5%	4,3%	16,4%	4,6%

Fonte: IBGE, microdados do Censo 2000. In: Haine [raízes] expansão da comunidade nikkei nos 100 anos de presença no Brasil, vol. II, p.163.

No ano de 2000, o censo mostrou avanço no quesito educação formal para os nikkeis paranaenses. Pois em 1980, havia uma participação menor de estudantes nipo-brasileiros de 2º grau e superior do Paraná quando comparados aos descendentes de japoneses de outros estados do Brasil. Duas décadas depois, os números apresentaram uma participação escolar maior em todos os níveis quando comparados ao país como um todo. Isso tanto para homens e, mulheres. Entretanto, se compararmos a questão de alfabetização em relação ao estado de São Paulo, os nikkeis paranaenses tiveram um percentual de 1% menor para os do sexo masculino e 1,5% para os de sexo feminino. Outro ponto que chama a atenção foi a ascensão

escolar das mulheres nipo-brasileiras paranaenses quando comparadas aos homens. No Censo de 1980 e 1991, os homens lideravam em todos os níveis escolares. A partir da amostragem do Censo de 2000, as mulheres praticamente igualaram aos homens, ou seja, houve um diferencial de 2,2% para o ensino elementar; 0.9% para o ensino de 1º grau e, 0,1% no ensino superior; sendo que em nível de 2º grau, elas ultrapassaram em dois décimos percentuais.

2.2 PERFIL TRAÇADO PELA IMPRENSA

Para as comemorações do Centenário da Imigração japonesa ao Brasil, em 2008, diversos órgãos midiáticos fizeram alusões textuais e iconográficas para descrever os laços que aproximavam ambas as nações por meio do processo migratório. Os discursos políticos proferidos por meio de jornais, internet e televisão, mencionaram frequentemente a ideia de nação, cujo conceito quando apropriado sem maior criticidade induz sutilmente a pensar na ideia de um grupo étnico-cultural homogêneo, o qual concentra os estereótipos de um povo, em sua totalidade. Porém, conforme Benedict Anderson (2008, p.15) chama atenção, a nação envolve mais apropriadamente o sentido de "comunidade imaginada", pois a heterogeneidade e peculiaridades são por vezes negligenciadas para a invenção da imagem que associa todos numa única concepção nacionalista, os quais auferem a ideia de um compartilhamento de valores e signos entre seus membros. Assim, as diferenças, conflitos e desigualdades são postas de lado, ou encobertas.

Esse nacionalismo construído e atrelado aos símbolos de um Estado, que direciona no sentido de nação, usualmente são usados em ocasiões públicas e festivas. Os historiadores Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997, p.19), em sua obra: "A invenção das tradições", menciona o comentário oficial pronunciado pelo governo indiano, que disse:

> A Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas Nacionais são os três símbolos através dos quais um país independente proclama sua identidade e soberania. Por isso, eles fazem jus a um respeito e a uma lealdade imediata. Em si já revelam todo o passado, pensamento e toda a cultura de uma nação.

Posto desse modo, a bandeira e o hino nacional conclamam para a ideia de pertencimento ao fazer uso do sentido visual e auditivo para a construção da "invenção das tradições", pois pelas cores e sons partidarizamos o "nós" que nos diferencia dos "outros". Assim, a bandeira nacional "oculta" as vozes dissonantes que não endossam o signo que se materializa e acarreta outros significados históricos. O doutorando pela Universidade de

Kyoto, Ernani Oda (2011), em seu artigo sobre “interpretações da cultura japonesa e seus reflexos no Brasil”, aponta que nas comemorações do centenário da imigração, frequentemente usavam as imagens da bandeira japonesa (hinomaru) e o hino japonês (kimigayo), símbolos que estiveram presentes em todos os eventos comemorativos, mas poucos lembraram “de que ambos só foram oficializados como a bandeira e o hino japoneses em 1999 [...], através de uma medida polêmica duramente criticada por alguns dos principais intelectuais japoneses e por diversas minorias”. As críticas dos intelectuais e das minorias ocorreram porque para eles os símbolos trazem à memória o período imperialista japonês, que ocorreu em fins do século XIX e na primeira metade do século XX.

Ernani Oda também chama a atenção de que (2011, p.112) “como todo objeto de consumo, esta noção de ‘cultura japonesa’ está claramente inserida em um mercado global. Ela deve, portanto, ser atraente não somente ao consumidor interno no Japão, mas também a outros países”. Haja vista a produção e divulgação de “literatura”, “desenhos animados”, “cinema” entre outros produtos que são continuamente veiculados pela mídia. Nesse sentido, existe também a ideia do “neonacionalismo”, ao qual o autor diz que acaba sendo disseminada pelo próprio uso das redes globalizadas, ou dito de outro modo, (p.111) “neonacionalismo e globalismo, mais do que termos antagônicos, são na realidade duas tendências que mantêm uma relação de cumplicidade”. Conforme Oda (2011, p.112) aborda:

> O caso japonês revela portanto que, embora muitos teóricos sociais atuais tendam a interpretar o nacionalismo no mundo contemporâneo como uma forma de resistência e oposição à globalização (Appadurai, 1996; Beck, 2002; Kaldor, 2004), o nacionalismo hoje pode também se aproveitar de redes e conexões transnacionais para produzir e reproduzir seu discurso. É ingenuidade supor que movimentos nacionalistas estão apenas manifestando frustração com a complexidade e a fluidez do mundo atual. Eles estão na realidade fazendo uso dessa mesma complexidade.

Cabe ressaltar que as edificações simbólicas somente encontram “terreno fértil” quando uma sociedade corresponde positivamente aos seus sutis significados. A divulgação de “literatura”, “filmes” e outros produtos pode ter um sentido distinto daquele que foi previamente idealizado por seus mentores. Ao tomar determinados signos, a sociedade receptora modifica a seu modo e reproduz constante e socialmente mediante o reconhecimento repetido. Posto de outra maneira pode-se exemplificar com o símbolo da suástica, que teve diferentes interpretações, ideias e usos, conforme sua historicidade. No Brasil, principalmente após a II Grande Guerra ele foi associado ao nazismo de Adolf Hitler. No Japão, frequentemente é visto como símbolo de religiosidade, conforme Henrique J.

Minatogawa (2011)[20]: “Muitas pessoas que visitam o Japão se surpreendem ao ver a suástica em templos, mapas e estátuas, entre outros lugares. Mesmo porque – pode-se imaginar – o Japão, de fato, fez parte do Eixo na Segunda Guerra Mundial, ao lado da Itália e Alemanha”. Minatogawa relembra que o símbolo remonta às origens budistas e tem mais de 2000 anos, sendo encontrado com frequência em países com tradição budista. Para concluir, o mesmo autor diz que na língua japonesa, a suástica é descrita com “a palavra ‘manji’, formada pelos ideogramas de ‘dez mil’ e ‘letra’, o que pode ser interpretado como símbolo do infinito”.

Sobre esta peculiaridade da apreensão dos símbolos, Willians (1997, p.50) menciona:

> La relación que existe dentro del signo entre el elemento formal y el significado que lleva este elemento es, por lo tanto, inevitablemente convencional (de acuerdo hasta aqui con la teoria semiótica ortodoxa); sin embargo, no es arbitraria y; fundamentalmente, no es permanente. Por el contrario, la fusión del elemento formal y el significado (y es este hecho de fusión dinâmica lo que hace enganosa la conservación de la descripción “binária”) es el resultado de um verdadero proceso de desarrollo social dentro de las actividades actuales del lenguage y del desarrollo continuo de una lengua. Ciertamente, los signos solo pueden existir cuando se postula esta relación social activa.

Dando continuidade, Willians (1997, p.50) diz que a “fusão do elemento formal e o significado – é um produto desta contínua atividade de linguagem entre os indivíduos reais que se encontram imersos em uma relação social contínua”. Desse modo, a mídia instrumentaliza à invenção de uma “comunidade imaginada”, o qual correlaciona a ideia de Nação por meio de diversos símbolos que intentam conferir autenticidade cultural de um povo. Para que haja sentido no processo, apela-se para sua historicidade, por meio de uma narrativa histórica à edificação de marcos, naquilo que Pierre Nora menciona dos “lugares de memória”. Conforme diz (Nora, 1993, p.13): “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”. Para que a memória não desapareça ao longo do tempo, começa a história, ou as histórias, segundo interesses que muitas vezes a sociedade mal percebe.

Vejamos alguns exemplos que foram publicados no jornal Gazeta do Povo por ocasião das comemorações do Centenário da Imigração japonesa ao Brasil, em junho de 2008.

20MINATOGAWA, Henrique J. Suástica representa sorte e prosperidade. Símbolo tem origem budista. Disponível em: <http://madeinjapan.uol.com.br/2011/08/18/suastica-representa-sorte-e-prosperidade/>. Acessado em 28/12/2012.

Imagem 2 – Símbolos nacionais - alusão ao centenário da imigração japonesa ao Brasil.

Fonte: Jornal Gazeta do Povo – Segunda-feira, 16 de junho de 2008.

Quem transita globalmente carrega a ideia de pertencimento, e nas cores da bandeira nacional vê o signo que confere autenticidade e associação como membro da Nação.

Imagem 3 – Alusão gastronômica ao centenário da imigração japonesa ao Brasil

Fonte: Jornal Gazeta do Povo - Terça-feira, 17 de junho de 2008.

O alimento é a primeira necessidade básica de qualquer pessoa. Porém, daquilo que se come, cria-se a ideia de pertencimento a uma determinada coletividade.

Imagem 4 – Alusão comemorativa ao Centenário da Imigração japonesa para o Brasil por meio de Instrumentos de percussão para apresentação do taikô e do samba

Fonte: Jornal Gazeta do Povo - Quarta-feira, 18 de junho de 2008.

Os homens fazem música para manifestar suas emoções, comemorar rituais, manifestar alegrias e tristezas. Pelos instrumentos, inventam certos ritmos que identificam povos e sociedades, como o samba, associado à imagem de Brasil, e as performances de taikô, tão frequentes e usuais no tempo presente associado à "cultura japonesa".

Imagem 5 – Faixa preta e bola: relação com os esportes nos dois países.

Fonte: Gazeta do Povo - Quinta-feira, 19 de junho de 2008.

A "comunidade imaginada" confere a ideia de associar "brasileiro" e futebol. Na mesma linha de raciocínio, do "japonês" e arte marcial.

Imagem 6 – Moeda do Japão (yen) e moeda do Brasil (real).

Fonte: Gazeta do Povo - Sexta-feira, 20 de junho de 2008.

As moedas representam bem mais que um artefato de valor de compra, mas a ideia de um símbolo que representa o Estado-Nação. Mas, se por um lado há um esforço empreendido em construir um pensamento de labor e atitudes positivas em relação à cultura, ao povo e da imagem do Japão como um todo, resta a indagação para o Brasil e os brasileiros. De que modo esses são retratados pela imprensa?

Todavia, apesar destas tentativas de mostrar uma espécie de congraçamento entre os países e, principalmente, entre os descendentes de imigrantes japoneses e os brasileiros de outras origens, o que se nota na imprensa dedicada aos dekasseguis no Brasil e no Japão é algo bem diferente. Aqui, a ênfase está em mostrar um retrato do brasileiro em geral, seja de que origem for, incluindo aí a nipônica, bastante problemático, em que se ressaltam temas como os desajustes sociais, a violência e a criminalidade.

Vejamos um exemplo: no editorial publicado em 18 de maio de 2002, o jornal International Press[21], na página A2 trouxe a seguinte mensagem: “Retrato do brasileiro”,

21 Em 1991, Yoshio Muranaga criou o International Press, com sede em Atsugi (Kanagawa), o primeiro jornal em língua portuguesa publicado no Japão. Em 1994, o jornal começou a publicar o International Press – Edição em espanhol e, em abril de 2002, a revista Philippine Digest. Fonte: Jornal International Press: Especial 15 anos – A nossa história. A história de uma publicação pioneira. Outra edição foi publicada em 01/10/2010 cujo periódico trouxe o seguinte tema: Jornal International Press publica sua última edição impressa e salta para a era digital. A decisão dinamiza e democratiza ainda mais o acesso da comunidade brasileira no Japão à informação. Disponível em: <http://www.ipcdigital.com/br/JORNAL/Jornal-International-Press/Jornal-International-Press-publica-sua-ultima-edicao-impressa-e-salta-para-a-era-digital_01102010>.

indagando de início “de onde viemos?”. Em seguida, aborda os dados divulgados pelo IBGE naquele mês e menciona que “em quesitos sociais, como saúde e educação, a situação estava melhor para a maior parte dos 136 milhões de brasileiros.” Eis a questão: saúde e educação melhor para a maior parte dos 136 milhões de brasileiros?! Por outro lado, o artigo diz que “não em itens como trabalho e salário”. Logo em seguida, diz que a partir de um “levantamento realizado em agosto de 2000 sobre emprego e renda, constatou-se que de cada quatro, um trabalhador vive com até um salário mínimo. Ou seja, menos de R$ 200, ou o equivalente a pouco menos de ¥10 mil (yens) por mês”. Todavia, o editorial apenas reproduz os dados sem levar em conta o poder aquisitivo que cada moeda tem em suas respectivas sociedades. Evidente que o salário pago para a grande maioria dos trabalhadores brasileiros tem um valor insatisfatório e aquém das possibilidades de se conseguir os bens necessários para se viver dignamente, porém, o que chama a atenção é a imagem negativa da “identidade do brasileiro” que vai se construindo ao longo da narrativa.

No terceiro e quarto parágrafos, o mesmo editorial anota que “outro problema levantado pelos recenseadores é a existência de um milhão de crianças e adolescentes (de 10 a 14 anos) trabalhando: e desse total, 9,5% cumprindo jornada de mais de 49 horas semanais”. Assim, o Brasil apresenta-se como a terra do caos, ou dizendo de outra forma, uma imagem depreciativa do país, conforme sentença a seguir:

> Aliás, as crianças têm sido personagens constantes dos noticiários mundiais. São casos de pedofilia, menores sendo usados como ‘mulas’ no transporte de drogas, abuso e violência. Inclusive o tema foi alvo de discussão da cúpula das Nações Unidas.

No penúltimo parágrafo, volta-se para o lugar organizado, o cosmos, ou dizendo de outra forma, à terra que poderá tornar-se um lugar de desordem caso os estrangeiros latinos sejam privados da educação, conforme o editorial nos induz a pensar, quando diz:

> Mas, nós não estamos tão distantes dos problemas. No Japão, uma grande parte dos latinos, segundo uma pesquisadora japonesa, está sendo privada de educação. No futuro, isto poderá se tornar um desastre, advertiu a estudiosa. Não é raro também entrevistados afirmarem que, criança que não vai para a escola acaba entrando com mais facilidade para o mundo do crime. E estamos cansados de noticiar a prisão de jovens.

Nesse sentido, a escrita denota uma visão maniqueísta[22] para ambas as sociedades, o lugar do bem e o lugar do mal. Um que labora e busca por meio da educação e do trabalho o bem estar social; e o outro que mostra as mazelas sociais, relacionado com os latinos. A partir da apropriação das informações e estatísticas do Ministério de Justiça do Japão, tanto a imprensa japonesa quanto os veículos de comunicação existentes no Brasil, divulgam massivamente qualquer delito que envolva o estrangeiro, e assim, o sensacionalismo faz mais do que informar, generaliza um estereótipo negativo a um determinado grupo social. No penúltimo parágrafo do editorial, descrevem que estavam "cansados de noticiar a prisão de jovens". E para concluir a escrita da matéria, enfatizam: "Enfim, este é o retrato dos brasileiros. Seja no Brasil, no Japão ou no mundo, os problemas são quase os mesmos. Mudam apenas os personagens".

O estereótipo da imagem do "brasileiro" associado com violência também se constrói pela ênfase dada às matérias publicadas. Por meio digital, pode-se acessar os noticiários do IPC (International Press Corporation) desde 2006. E o que justamente chama a atenção é a quantidade de registro a esse tema. Naquele ano, do dia 05 de março, até o dia 31 de dezembro de 2006, foram abordadas em torno de 83 matérias de brasileiros envolvidos com o tema sobre criminalidade, cujos conteúdos abordaram: fuga ao Brasil, casos de embriaguês, acidentes de trânsito, visto vencido, extradição, medo e treinamento de policiais japoneses no Brasil. Vejamos alguns exemplos.

A fuga de um brasileiro depois de causar um acidente de trânsito na província de Shizuoka. Publicado no dia treze de novembro de 2006, a partir de um informativo do jornal japonês Mainichi Shimbum.

> Brasileiro foge depois de provocar acidente
> Trânsito
> Tokai - Shizuoka - Omaezaki - / Mainichi Shimbun
> O brasileiro Edson Konno Almada, de 30 anos, foi detido no dia 5 por causar um acidente de trânsito. O carro que Almada dirigia chocou-se contra o veículo dirigido pelo japonês Morikuni Nakasato, 59, em um cruzamento de Omaezaki (Shizuoka). O acidente aconteceu às 6h10 do dia 4. O brasileiro, residente em Iwata (Shizuoka), estava sem a carteira de motorista na hora do

22 Conforme o dicionário filosófico de André Lalande (1999, p.643), maniqueísmo: "do nome de Manes ou Maniqueu, heresiarca persa do século III, que tentou combinar com o cristianismo o dualismo tradicional da antiga religião de Zoroastro. Diz-se de toda a concepção filosófica que admite dois princípios cósmicos coeternos, um do bem, o outro do mal".

> acidente e fugiu. A mulher de Nakasato, de 57 anos, sofreu ferimentos graves, segundo informou a Polícia de Kikugawa (Shizuoka).[23]

Já no noticiário publicado no dia 07 de março de 2006, o jornal informa o pedido da polícia japonesa para a Organização Internacional de Polícia Criminal – Interpol para buscar dois brasileiros, um homem e uma mulher que fugiu do país depois de provocar acidentes seguidos de morte, em Hamamatsu e Kosai, ambas as cidades também na província de Shizuoka. O primeiro acidente ocorreu em 1999 e o segundo em outubro de 2005. E conforme discorre o noticiário, "é a primeira vez que a Interpol é acionada por causa de crimes envolvendo acidentes de trânsito".

> Brasileiros são procurados pela Interpol
> Hamamatsu - Tokai - Shizuoka - / ipcdigital.com
> A Polícia da Província de Shizuoka, junto com a Polícia local de Hamamatsu-Higashi e Arai (ambas em Shizuoka), acionaram a Organização Internacional de Polícia Criminal (Oipc), ou simplesmente Interpol, para buscar dois brasileiros que saíram do país depois de provocar acidentes com mortes. Um deles fugiu depois de atropelar uma estudante em Hamamatsu (Shizuoka), em 1999, enquanto o outro está envolvido em um acidente de trânsito que provocou a morte de uma menina em Kosai (Shizuoka), em outubro de 2005. É a primeira vez que a Interpol é acionada por causa de crimes envolvendo acidentes de trânsito. Os dois brasileiros procurados são Milton Noboru Higaki, 30, e Patricia Fujimoto, 31. Higaki é supeito de ter atropelado a estudante Mayu Ochiai, 16, que atravessava a pista de pedestres em uma rua de Hamamatsu, em julho de 1999. O brasileiro abandonou a vítima, que teve morte instantânea devido a traumatismo craniano. Patricia, por sua vez, ignorou o sinal em um cruzamento de Kosai e colidiu com o automóvel dirigido pela dona-de-casa Rie Okayama, 40. A filha de 2 anos de idade da japonesa, que estava no banco traseiro, morreu devido ao choque. No caso de Higaki, a Polícia de Shizuoka emitiu um mandato de prisão e pediu ajuda da família para que o brasileiro se entregasse, mas como não houve colaboração, recorreu à Interpol. Atualmente, não existe um acordo de deportação entre o Brasil e o Japão.[24]

Neste informativo reproduzido pelo IPC – International Press no dia 30 de dezembro de 2006, a descrição de que os "brasileiros enfrentam um clima hostil que começa a tomar conta da comunidade em Shizuoka". Segundo o noticiário publicado pelo Mainichi Shimbun, uma brasileira (Sônia Aparecida Ferreira Sampaio Misaki) e seus dois filhos foram assassinados, e o principal "suspeito pelo crime é um brasileiro que fugiu do Japão". Na continuidade do noticiário, diz: "Se já era difícil alugar um apartamento na província, agora

---

23 Fonte: **Mainichi Shimbun.** In: International Press Corporation. Brasileiro foge depois de provocar acidente. Disponível em: <http://www.ipcdigital.com/br/Noticias/Comunidade/Shizuoka/Brasileiro-foge-depois-de-provocar-acidente>. Acessado em: 28 jul. 2012.

24 Fonte: **International Press Corporation/IPC** - Brasileiros são procurados pela Interpol. Disponível em: <http://www.ipcdigital.com/br/Noticias/Comunidade/Tokyo/Brasileiros-sao-procurados-pela-Interpol>. Acessado em: 27 jul. 2012

os brasileiros não escondem a preocupação diante das dificuldades que surgem pela frente". O imaginário vai se edificando e abarca o sentimento de xenofobia do eu (nós) que diferencia os outros.

Porém, não basta o apontamento direcionado somente a um grupo, mas engloba os circunvizinhos do "suspeito". Pois conforme posto, a comunidade latina já teve um caso assim anteriormente, que ocorreu em Hiroshima em 2005 – "Um exemplo recente aconteceu em novembro de 2005, quando descobriu-se que um peruano estuprou e matou uma menina em Hiroshima (Hiroshima). Em alguns casos, quando os latinos cumprimentavam uma criança na rua, as mães lançavam olhares desconfiados". Nesse sentido, justifica-se o medo dos japoneses diante dos estrangeiros latinos, e para corroborar a hostilidade e o medo, o jornal Mainichi Shimbum entrevista uma jovem brasileira de 19 anos que "compreende o sentimento deles" no qual relata que os funcionários de uma loja deixaram de cumprimentá-la desde o assassinato da família Misaki, além do compartilhamento da experiência vivenciada pela amiga dessa brasileira em outro estabelecimento comercial, conforme posto - "'*Gaijin wa kowai-nee'* (tenho medo dos estrangeiros), disse uma pessoa na fila de outro supermercado a uma amiga da brasileira".

Na conclusão da matéria, o depoimento do professor de direito Masayuki Okahara da Universidade Keio, em Tóquio: "os japoneses sabem que não devem cometer discriminação, mas não há como impedir que o clima de insegurança em relação aos brasileiros se espalhe". E enfatiza: "Uma das alternativas para acabar com essa onda de preocupação que toma conta tanto dos japoneses como dos brasileiros, seria um acordo penal entre os dois países".

> Brasileiros enfrentam clima hostil em Shizuoka
> Morte em Yaizu
> Tokai - Shizuoka - Yaizu - / Mainichi Shimbun
> Desde que veio à tona o assassinato de Sônia Aparecida Ferreira Sampaio Misaki e seus dois filhos em Yaizu (Shizuoka), um clima hostil começa a tomar conta da comunidade em Shizuoka, pois o principal suspeito pelo crime é um brasileiro que fugiu do Japão. Se já era difícil alugar um apartamento na província, agora os brasileiros não escondem a preocupação diante das dificuldades que surgem pela frente.
> Em entrevista ao jornal Mainichi, uma brasileira de 19 anos confessou que desde o assassinato da família Misaki, os funcionários de uma loja de conveniência da cidade deixaram de cumprimentá-la. "*Gaijin wa kowai-nee*" (tenho medo dos estrangeiros), disse uma pessoa na fila de outro supermercado a uma amiga da brasileira. Já outra colega passou a evitar locais com grande concentração de japoneses pois sente-se mal diante dos olhares de suspeita que recebe. Não é a primeira vez que a comunidade latina vive um caso assim. Um exemplo recente aconteceu em novembro de 2005, quando descobriu-se que um peruano estuprou e matou uma menina

> em Hiroshima (Hiroshima). Em alguns casos, quando os latinos cumprimentavam uma criança na rua, as mães lançavam olhares desconfiados. "Desde antes tínhamos dificuldade em alugar apartamentos. E esse último crime aconteceu justamente em um apartamento. Acho que agora não vamos mais encontrar japoneses que queiram alugar quartos para a gente. Compreendo o sentimento deles", continuou a jovem. "Só que é preciso entender que não são todos os brasileiros que são pessoas más."
> Falta acordo entre os dois países
> Segundo o professor de Direito da Universidade Keio (Tokyo), Masayuki Okahara, os japoneses sabem que "não devem cometer discriminação", mas não há como impedir que o clima de insegurança em relação aos brasileiros se espalhe. Uma das alternativas para acabar com essa onda de preocupação que toma conta tanto dos japoneses como dos brasileiros, seria um acordo penal entre os dois países.[25]

Em 2007, entre os dias 12 de janeiro a 21 de dezembro, o jornal International Press publicou em torno de 61 temas relacionados a crimes, condenados, policial, entre outros. Neste noticiário de Osny Arashiro, publicado em 20 de julho de 2007, narra o caso de prisão do paranaense (L.N.B), de 24 anos por porte de "cannabis sativa - maconha". Conforme mencionado anteriormente, há "imigrantes que delinqüem" e a segunda os "delinqüentes que viajam", e neste último a condição de estar irregularmente num país já possibilita sua delinquência, conforme Póvoa Neto (2005) diz. O paranaense (L.N.B.) entrou "legalmente" no Japão, porém, o visto de um ano havia vencido em 25 de março. Quando intimado pela polícia e feito os exames de urina para averiguar se o mesmo tinha feito uso da "cannabis", ele foi preso e julgado, conforme diz: "Preso, julgado, desempregado e com visto negado, o jovem será deportado em breve". Vejamos a matéria publicada em 20 de julho de 2007:

> Brasileiro será deportado por posse de droga
> Imigração
> Tokai - Shizuoka – Hamamatsu – Osny Arashiro
> ipcdigital.com
> Um passeio na praia e uma carteira perdida em frente da casa. Jamais o paranaense L.N.B, 24, poderia imaginar que essa combinação fosse lhe causar problemas sérios. Ele trabalhava com empilhadeira em uma empresa à beira da praia de Nakatajima, em Hamamatsu (Shizuoka). Em julho do ano passado, após o expediente, resolveu fazer uma caminhada à beira-mar quando encontrou um grupo de conhecidos. Um deles ofereceu a L. um embrulho contendo pouco menos de meio grama (0,386 g) de *cannabis sativa*, popularmente conhecida por maconha. O jovem guardou dentro da sua carteira, mas ao descer do carro em frente de casa, a carteira caiu. Assim teve início o drama. A carteira foi encontrada e entregue na delegacia. Ao informar o posto policial sobre a perda, o jovem foi intimado, pois os policiais tinham descoberto o pequeno embrulho. Ao negar que o embrulho

25 Fonte: Mainichi Shimbun**.** In: **International Press Corporation/IPC**. Brasileiros enfrentam clima hostil em Shizuoka. Disponível em: <http://www.ipcdigital.com/br/Noticias/Comunidade/Shizuoka/Brasileiros-enfrentam-clima-hostil-em-Shizuoka>. Acessado em: 28 jul. 2012.

> lhe pertencia, L. foi obrigado a se submeter a exames de urina, que comprovaram que naquele dia 5 de julho de 2006 ele havia feito uso da droga. Preso, julgado, desempregado e com visto negado, o jovem será deportado em breve. Seu visto de um ano venceu no dia 25 de março. Durante esse tempo ele estava com o protocolo e aguardava a Imigração checar e avaliar os documentos para a renovação. No dia 3, teve o visto negado. A esposa vai embora com ele. Por enquanto, L.N.B só comentou a situação para os seus irmãos que estão no Brasil. Ainda não teve coragem de contar para os pais. Mas concordou em falar ao ipcdigital.com para aconselhar a todos. "Não caiam na besteira que eu caí. O preço é muito alto e a realidade é cruel e triste. Foi um vacilo grande, pois nunca fui dependente de drogas", diz. "Não pesava nem metade de um grama, mas foi o suficiente para me incriminar e me deportar", conta.[26]

No ano de 2008, o International Press publicou em torno de sessenta e sete inserções que envolveram brasileiros com "criminalidade" e dentre as quais uma chamou a atenção por fazer referência à conduta dos pais que denunciaram a filha à polícia por ela fazer uso de drogas. Não há menção do autor do artigo, tampouco a origem do informativo. A matéria traz a narrativa de uma adolescente de 15 anos por uso de drogas. A família reside há sete anos na cidade de Yokkaichi, na província de Mie-Ken. Sem conseguir resolver o "problema" da filha, a mãe traz a jovem para o Brasil que ficará aos cuidados dos "avós e tias". O noticiário informa que os pais "não se arrependem da decisão tomada e a denúncia foi somente para o bem dela". Essa reportagem foi publicada em 17 de janeiro de 2008:

> Pais denunciam a própria filha, por uso de drogas
> Vício
> Tokai - Aichi - Nagoya - /
> Júlio Haruo Takeuchi e a mulher Jorgina, pais de uma adolescente de 15 anos, denunciaram a filha à Polícia por uso de drogas. A família está no Japão há sete anos e mora em Yokkaichi (Mie). Em razão dos problemas, a mãe viajou domingo passado ao Brasil levando a filha, onde ficará aos cuidados dos avós e tias. Júlio e Jorgina não se arrependem da decisão tomada. Segundo o pai, foi difícil ir à Polícia e denunciar. "Mas fizemos isso para o próprio bem dela, para que saísse daquela vida, daquelas amizades", justifica. A mãe Jorgina concorda que foi uma decisão corajosa e incentiva outros pais brasileiros a fazerem o mesmo. A adolescente usava maconha. E conforme a mãe, em momento algum foi possível perceber sintomas ou mudança de comportamento em casa que levassem à suspeita de uso de drogas. "Quando descobrimos, foi o pior momento de nossa vida", revela a mulher. Por isso ela alerta a outros pais, que estejam permanentemente atentos aos filhos. Antes de viajar a adolescente disse que já deixou de usar drogas e que se afastou das más companhias no Japão. Estava animada com a volta ao Brasil, onde pretende retomar os estudos. Garantiu que não vai reincidir no uso de drogas. Jorgina deve regressar ao Japão mês que vêm e promete trazer na bagagem material de alerta e conscientização sobre o risco

---

26 Fonte: ARASHIRO, Osny. Brasileiro será deportado por posse de droga. Pego com maconha, L.N.B. conta como foi preso, admite erro e lamenta ter que sair assim do Japão. In: **International Press Corporation/IPC.** Disponível em: <http://www.ipcdigital.com/br/Noticias/Comunidade/Shizuoka/Brasileiro-sera-deportado-por-posse-de-droga>. Acessado em: 28 jul.2012.

> as drogas. Ela sugere que outros pais tenham também a coragem para denunciar crimes, mesmo que sejam cometidos pelos próprios filhos.[27]

No ano de 2009, o jornal IPC publicou em torno de 23 matérias relacionadas a crime, 06 matérias com o tema condenados e um informativo que descrevia a criminalidade cometida pelos estrangeiros que se encontravam no Japão, em dados percentuais. Outro tema que chamou a atenção refere-se ao retorno de brasileiros. Em 2009, houve cinco inserções a mais se comparado ao ano de 2008, o que podemos observar as consequências da quebra da Lehman Brothers e seus efeitos na sociedade japonesa. Apesar de a mídia diminuir as referências aos brasileiros envolvidos com a criminalidade e, mesmo com o grande fluxo de brasileiros que começaram a deixar o Japão, a "Agência de Polícia Nacional" informou que aumentou o número de brasileiros detidos naquele ano, conforme noticiário publicado no dia 30 de agosto de 2009.

> Aumenta o número de brasileiros detidos em 2009
> Crimes
> Japão - Tokyo - /
> O número de brasileiros detidos no primeiro semestre de 2009 aumentou 3,7% em relação ao mesmo período de 2008. Foram 525 prisões, respondendo por 7,8% de todos os estrangeiros detidos, informou na segunda-feira (24) a Agência de Polícia Nacional. Entre janeiro e junho, 6.749 estrangeiros foram detidos pela polícia japonesa ou 5,7% a menos que o mesmo período de 2008. Entre as nacionalidades, os chineses ficaram em primeiro lugar com 2.409 prisões, ou 35,7% do total, seguido dos coreanos com 800 detenções, ou 11,9% do total, e filipinos, com 673, ou 10% do total. Os brasileiros ficaram em quinto lugar. Apesar da queda no total de detenções de estrangeiros, entre os brasileiros houve aumento de 3,7% ou 19 detidos a mais que o primeiro semestre de 2008. Foram 401 brasileiros detidos por envolvimento em crimes, marcando um aumento de 12%. Deste total, 45 praticaram crimes como assassinato, roubo à mão armada e estupro. Outros 41 foram detidos por envolvimento em roubos de carros e 11 se envolveram com roubo de acessórios de veículos. Já 187 foram detidos por outros tipos de roubos. Pouco mais de 74% do total de casos de roubos de carros no primeiro semestre foram praticados por brasileiros, sendo 47,6% de roubo de acessórios. Os assaltos à mão armada somaram 44,9%. A Agência de Polícia Nacional também divulgou a prisão de menores. No primeiro semestre foram detidos 345 estrangeiros, um aumento de 11,7% em relação ao primeiro semestre de 2008. Entre os menores brasileiros, o aumento foi de 3,6% com 87 prisões.[28]

---

27 Fonte: **International Press Corporation/IPC**. Pais denunciam a própria filha por uso de drogas. "A decisão foi difícil, mas fizemos isso para o bem dela" afirmam os pais. Disponível em: <http://www.ipcdigital.com/br/Noticias/Comunidade/Aichi/Pais-denunciam-a-propria-filha-por-uso-de-drogas>. Acessado em: 23 ago. 2012.

28 Fonte: Agência de Polícia Nacional**.** In: **International Press Corporation/IPC**. Aumenta número de brasileiros detidos em 2009. No primeiro semestre de 2009 foram presos 595 brasileiros ou 3,7% a mais que o mesmo período de 2008. Disponível em: < http://www.ipcdigital.com/br/Noticias/Comunidade/Tokyo/Aumenta-o-numero-de-brasileiros-detidos-em-2009>. Acessado em: 23 ago. 2012.

A partir da crise econômico-social que atingiu o Japão em 2008, algumas autoridades japonesas começaram a “financiar” o retorno de migrantes nipo-brasileiros, conforme noticiário publicado no dia 12 de março de 2009. A matéria de Akio Sakaguti (2009) mencionou que o governo da província de Gifu iniciou o projeto de “empréstimos” para pessoas com nacionalidade brasileira e que porventura quisessem retornar ao Brasil, desde que, estivessem registrados na Província de Gifu antes de 31 de agosto de 2008 e apresentasse as seguintes condições: sem dinheiro depositado em banco, ou outros bens; tivesse desempregado e, também tivesse dependentes. Com esta publicação, difícil não pensar nas palavras de Abdelmalek Sayad (1998, p.239): “o imigrante lembra, até o uso que dele se faz, que ele é 'produto' de uma transação entre os dois países; e uma transação que continuará sempre a se efetuar, quer se queira quer não, por meio de sua pessoa”. Vejamos o noticiário:

> Gifu vai financiar passagens para brasileiros desempregados
> Apoio à comunidade
> Tokai - Gifu - / Akio Sakaguti/ipcdigital.com
> Em uma iniciativa inédita, o governo da província de Gifu lançou o Sistema de Financiamento de Auxílio para Retorno ao Brasil. Um projeto que prevê o financiamento de passagens para brasileiros desempregados e que enfrentam dificuldades por causa da crise, e não têm condições de custear a volta ao Brasil. No dia 10, cerca de noventa pessoas compareceram à reunião realizada em Ogaki para saber como vai ser o financiamento. Para ter direito ao empréstimo, é necessário preencher alguns requisitos:
> - ter nacionalidade brasileira;
> - ter registro na Província de Gifu, anterior a 31 de agosto de 2008;
> - estar desempregado;
> -não ter dinheiro depositado em banco, ou outros bens;
> -ter dependentes.
>
> O limite máximo do empréstimo é de 600 mil ienes por família. Como o financiamento é destinado exclusivamente para a aquisição da passagem, a pessoa que fizer o empréstimo não recebe o valor em dinheiro, apenas o bilhete para embarcar. O valor da passagem deverá ser devolvido em parcelas, durante cinco anos, com juro de 1,5% ao ano. O crédito será concedido pelo Tokai Rodo Kinko, o Caixa de Crédito dos Trabalhadores de Tokai. O Governo de Gifu e o Sindicato dos Trabalhadores de Tokai esperam que a medida sirva como modelo para outras províncias. Yoshihide Esaki, Diretor do Departamento de Planejamento da Província, destaca que o objetivo do governo com esse projeto não é mandar os brasileiros embora. "O financiamento é destinado às pessoas que realmente querem ir embora mas não têm recursos. Para quem fica, temos outros projetos como o de ensino do idioma e amparo a moradia", explicou ele. O Sistema de Financiamento prevê a compra de 700 passagens aéreas, a um custo de ¥ 100 milhões. A data do primeiro embarque está marcada para 29 de março.

> Mais informações sobre o projeto podem ser obtidas no Departamento de Assuntos Internacionais de Gifu, pelo telefone 058-272-8175. O atendimento é em japonês.[29]

Após o "Programa de ajuda do governo japonês", instaurou-se um estranhamento na comunidade brasileira. Para uns, a medida foi louvável, para outros um descaso com o migrante. Publicado no dia 06 de abril de 2009, o jornal IPC abordou acerca das divergências de opiniões que ocorreu entre os brasileiros por causa do programa do Governo japonês de financiar passagens para os dekasseguis desempregados voltarem ao Brasil. Essa medida também estendeu aos dekasseguis peruanos descendentes de japoneses:

> Programa de ajuda do governo japonês divide brasileiros
> Medida Polêmica
> Kanto - Tokyo - / ipcdigital.com
> O plano de emergência anunciado na semana passada para ajudar nikkeis que desejam voltar ao país de origem causou polêmica e dividiu a comunidade. Segundo o programa, quem solicita a ajuda receberá ¥ 300 mil, além de ¥ 200 mil por cada dependente. Mas o motivo da polêmica é uma das condições do programa: quem recebe o dinheiro pra voltar, não pode mais entrar com o visto concedido aos descendentes de japoneses. "Acho que é uma medida um pouco estranha, porque o governo japonês não criou subsídios dentro do seu programa social que beneficiassem os brasileiros desempregados. E isso esta fazendo com que muitos entrem nessa operação retorno ao Brasil", opina Carlos Zaha, da Associação Fureai de Hamamatsu (Shizuoka). Zaha, que se mostrou surpreso com o pacote do governo, explica que desde o início da crise financeira, muitos brasileiros que vivem em Hamamatsu e regiões próximas perderam seus empregos. "Temos 18.850 brasileiros morando na cidade, mas já tivemos perto de 20 mil. Fizemos uma pesquisa com a Comissão Ganbare Brasil, e 60% dos entrevistados estavam sem emprego no começo de fevereiro", conta. Na comunidade, as opiniões também se dividem. Marina Sato Dias ficou revoltada com a medida apresentada pelo governo. "É um absurdo. Nós pagamos todos os impostos mesmo quando eles precisaram da mão-de-obra brasileira, e agora resolver mandar embora sem poder entrar novamente no Japão", diz ela. Rodrigo Gonçalves está há 13 anos no Japão, e concorda com Marina. Desempregado desde dezembro, Rodrigo explica porque condena a medida. "Nós temos uma vida aqui no Japão, não é só trabalho e casa, você adquire bens, tem responsabilidades com a família. Isso é uma discriminação, não uma forma de ajudar", afirma. Já Antonio Oliveira acha que a ajuda vai beneficiar quem quer voltar ao Brasil, mas não tem condições. "Acho que é uma boa, porque muita gente agora vai ter condições de ir embora. Pelo menos terá o dinheiro da própria passagem e da família".
> Segundo o governo japonês, a medida foi tomada após o aumento no número de imigrantes latino-americanos descendentes de japoneses que começaram a solicitar auxílios sociais por desemprego desde o início a crise global. "A

29 Fonte: SAKAGUTI, Akio. Gifu vai financiar passagens para brasileiros desempregados. O projeto inédito do governo provincial prevê o uso de Y 100 milhões para a compra de 700 passagens. In: **International Press Corporation/IPC.** Disponível em: <http://www.ipcdigital.com/br/Noticias/Comunidade/Gifu/Gifu-vai-financiar-passagens-para-brasileiros-desempregados_17122009>. Acessado em: 28 jul 2012.

> ajuda em caráter emergencial visa auxiliar brasileiros e peruanos descendentes, que estão desempregados, a voltarem ao país", explica Masaru Tazawa, Chefe de Atendimento para Estrangeiros da Agência Pública de empregos de Hamamatsu. Tazawa diz que a Agência vai realizar uma reunião no dia 8 para explicar os detalhes da medida. Os interessados devem se dirigir ao Balcão de Consultas do Hello Work de Hamamatsu.[30]

E, no ano de 2010, entre os dias 07 de janeiro a 21 de dezembro, foram postas mais de 46 matérias veiculadas com o tema de criminalidade e justiça. Também naquele ano de 2010, foram 10 matérias que noticiaram sobre o retorno de brasileiros. Conforme visto anteriormente, uma das medidas tomadas pelo Governo da província de Gifu foi no sentido de pagar as passagens para brasileiros que "estavam sem condições financeiras" para essas pessoas retornarem ao Brasil. Porém, todo retornado que recebeu a "ajuda", ficou impedido de voltar ao Japão para trabalhar. Conforme se vê na reportagem do dia 06 de março de 2010, cujo tema aborda o retorno de brasileiros que aceitaram o financiamento:

> Mais de 17 mil brasileiros retornaram com a ajuda de ￥300 mil
> Kikoku Shien
> Japão - Tokyo - /
> Mais de 17 mil brasileiros voltaram à terra natal com a Ajuda de Retorno - Kikoku Shien Jigyoo - oferecida pelo ministério da Saúde, Trabalho e Bem-estar Social. O prazo para pedir o benefício terminou na sexta-feira (5) e quem aceitou a ajuda não sabe quando poderá retornar ao Japão.
> Leia na edição 961 de 6 de março do jornal International Press, a história de brasileiros que voltaram com a ajuda e o que estão fazendo no Brasil. E ainda, os últimos brasileiros a aproveitarem a ajuda.
> A edição traz também uma entrevista com Toshiko Sugino, professora da Academia Nacional de Defesa do Japão, falando sobre os brasileiros e as escolas brasileiras.[31]

E para finalizar, um informativo de 30 de novembro de 2010, na qual aponta o número de brasileiros que deixaram o Japão e retornaram ao Brasil.

> Saída de brasileiros volta a subir em setembro
> Comunidade
> Japão - Tokyo - /
> Depois de apresentar queda de 4.959 para 4.175 de julho para agosto, o número de brasileiros que deixarm o Japão voltou a subir. Os dados foram divulgados pelo ministério da Justiça na quinta-feira (25). Os brasileiros que deixaram o Japão em setembro somam 4.305 contra 3.982 que deram entrada

---

30 Fonte: **International Press Corporation/IPC**. Programa de ajuda do governo japonês divide brasileiros. Quem se inscrever para receber o dinheiro para voltar ao Brasil não poderá retornar ao Japão. Disponível em: <http://www.ipcdigital.com/br/Noticias/Comunidade/Tokyo/Programa-de-ajuda-do-governo-japones-divide-brasileiros>. Acessado em: 28 jul. 2012.

31 Fonte: **International Press Corporation/IPC**. Mais de 17 mil brasileiros retornaram com a ajuda de Y 300 mil. Quem recebeu a ajuda não sabe quando poderá retornar ao Japão. Disponível em: <http://www.ipcdigital.com/br/Noticias/Comunidade/Tokyo/Mais-de-17-mil-brasileiros-retornaram-com-a-ajuda-de-300-mil_06032010>. Acessado em: 28 jul. 2012.

> no país. Entre as entradas, julho havia marcado 4.265 contra 4.133 em agosto. Isso significa que setembro foi o segundo mês consecutivo de queda nas entradas de brasileiros. Desde outubro de 2008, o número de brasileiros que saíram do Japão somam 168 mil contra 84 mil entradas. Nesses números estão computados todos os tipos de visto, mas a maioria é de longa permanência ou permanente. Segundo os últimos dados oficias do governo japonês, em dezembro de 2009 viviam cerca de 267 mil brasileiros no Japão.[32]

A partir das diversas reportagens sobre violência, cabe levantar uma problemática: Em que medida os problemas sociais que ocorrem na sociedade brasileira rotula uma imagem depreciativa que estigmatiza e acompanha o brasileiro quando este transita globalmente? Para responder tal questão, a pertinência da obra: "Os estabelecidos e os outsiders", de Norbert Elias e John L. Scotson (2000). Para os autores (2000, p.23), "é comum não se distinguir a estigmatização grupal e o preconceito individual e não relacioná-los entre si". A partir de um estudo de campo feito na "cidadezinha do interior da Inglaterra - nome fictício dado de Winston Parva", Elias e Scotson chamam a atenção para a relação de poder de um grupo estabelecido quando se relacionavam com os recém-chegados, denominados de outsiders. Conforme os pesquisadores (2000, p.23):

> Em Winston Parva, como em outros lugares, viam-se membros de um grupo estigmatizando os de outro, não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente e inferior ao próprio grupo. Portanto, perde-se a chave do problema que costuma ser discutido em categorias como a de 'preconceito social' quando ela é exclusivamente buscada na estrutura de personalidade dos indivíduos. Ela só pode ser encontrada ao se considerar a figuração formada pelos dois (ou mais) grupos implicados ou, em outras palavras, a natureza de sua interdependência.

A partir de meados da década de 1980, com o processo de "globalização", ou mundialização de bens (humanos) e serviços, aumentou exponencialmente a circulação de pessoas pelo planeta. Entretanto, um grave problema surge quando há uma relação de poder desfavorável, de uma sociedade estabelecida, neste caso, receptora de migrantes e que goza de um "privilegiado status" a nível mundial, e que intenta justificar suas ações pelas diferenciações culturais. Conforme Elias (2000, p.30) enfatiza: "Dê-se a um grupo uma reputação ruim e é provável que ele corresponda a essa expectativa". Entretanto, o caráter

---

32 Fonte: **International Press Corporation/IPC**. Saída de brasileiros volta a subir em setembro. Os brasileiros que deixaram o Japão em setembro somam 4.305 contra 3.982 que deram entrada no país. <http://www.ipcdigital.com/br/Noticias/Comunidade/Tokyo/Saida-de-brasileiros-volta-a-subir-em-setembro_30112010>. Acessado em: 28 jul. 2012.

identitário para o migrante, isto é, a maneira pela qual o outro vê, depende do status social que o país do qual procede goza a nível internacional.

A xenofobia dada a novos grupos, também aconteceu na imigração japonesa ao Brasil quando parcela da sociedade brasileira, representada por políticos e intelectuais, defendiam o pressuposto de superioridade racial dos povos "brancos". Conforme já abordado no primeiro capítulo desta dissertação sobre a vinda de japoneses e o debate que ocorreu no Período de D, Pedro II e nos anos posteriores, sobretudo na Era Vargas. Na obra sobre a história do racismo no Brasil, Maria Luiza Tucci Carneiro (2007, p.30) diz que: "Ao lado do negro, do mulato e do judeu – os indesejáveis – surgiu o japonês, apresentado como mais uma ameaça disgênica, ou seja, como aquele que comprometia a composição de uma raça pura, homogênea". Todavia, a relação de poder permeia previamente os discurso e preconceitos existentes. Desse modo, "os estabelecidos", neste caso alguns cidadãos de países com maior riqueza e poder de barganha, inventam discursos ideológicos que aumenta o clima de hostilidades ao estrangeiro. Nessa linha de raciocínio, o status conferido ao migrante depende diretamente da situação socioeconômico que o Estado-Nação vivencia em seu momento histórico. Haja vista a recepção na sociedade japonesa aos cidadãos provenientes dos Estados Unidos da América, Inglaterra, França, Alemanha e outras nações que desfrutam de um status de grandeza econômica. E da mesma maneira que os europeus e norte-americanos, a circulação dos japoneses que transitam mundo afora com o estigma de "made in Japan" nos dias atuais.

2.3 AUTO-DEFINIÇÃO

> Um primeiro traço caracteriza o regime da lembrança: a multiplicidade e os graus variáveis de distinção das lembranças. A memória está no singular, como capacidade e como efetuação, as lembranças estão no plural: temos umas lembranças (já houve quem dissesse maldosamente que os velhos têm mais lembranças do que os jovens, mas menos memória!). Paul Ricoeur (2007, p.41).

No mês de agosto de 1992, migrei para o Japão. Antes de tomar a decisão de sair do Brasil, trabalhava na empresa Empax, localizada em Santo Amaro, no município de São Paulo. Tinha por função laboral a inspeção de qualidade dos produtos de embalagens flexíveis, cujos testes eram feitos no laboratório da própria firma. Embora as crises econômicas dificultassem a vida de grande parte da sociedade brasileira naquele período de

redemocratização política, eu recebia um salário mensal razoavelmente satisfatório, em torno de nove salários mínimos. Entretanto, uma notícia chamava a atenção naquela época, de burburinho a burburinho tornou-se falatório generalizado, dizia-se principalmente a respeito das pessoas nipo-brasileiras, para os descendentes de japoneses. Comentava-se na empresa, pelas ruas, pelos jornais, sobre a possibilidade de acumular muito dinheiro para quem fosse de origem japonesa e se dispusesse a trabalhar no Japão. Alguns brasileiros retornados tornaram-se ativos agentes propagandistas, os quais diziam que conseguiram juntar muitos dólares por ficarem de um a dois anos trabalhando e da possibilidade de conhecer uma sociedade extremamente diferente da brasileira.

As propagandas foram fundamentais para que dois de meus irmãos (somos cinco) resolvessem entrar no fluxo migratório, em 1990. Para isso, deixaram o armazém que tínhamos em Ponta Grossa, no Estado do Paraná, ao encargo de outro irmão, o mais novo, que naquela época tinha 15 anos de idade. No ano seguinte, um deles voltou para cuidar do comércio, e trouxe mais do que dinheiro, trouxe propaganda da “nova terra” e cheio de novidades. O Japão era a “visão do paraíso” na terra, lugar de tecnologia, prosperidade, organização e, para corroborar o que dizia, trouxe na bagagem a comprovação material com os produtos eletrônicos, fotografias, roupas e calçados, além de poder comprar bens duráveis e terrenos aqui no Brasil com o dinheiro acumulado.

Das expectativas criadas em conhecer a terra natal de meu pai e, poder participar dessa aventura do outro lado do planeta, o primeiro passo dado foi pedir demissão do serviço que até então tinha, em fevereiro de 1992. E para arranjo dos preparativos da viagem, mudei para Ponta Grossa. Junto do irmão mais novo, fomos a um escritório em Londrina para obter mais informações, ou dito de outra forma, a agência representava as empreiteiras japonesas. Nos anos de massificação, a busca por mão de obra era tão dinâmica que todos que fossem descendentes de japoneses, ou caso alguém tivesse uma união civil, desde que documentalmente comprovado, podia viajar para trabalhar.

Para os preparativos, primeiramente tiramos o passaporte e outros documentos pessoais exigidos e fomos à agência. Esse escritório como muitos outros existentes intermediava a contratação de pessoas para as empresas no Japão. Após o contato, os agentes da empreiteira providenciaram o documento de registro civil (Koseki Tohon) no Japão, que tinha por finalidade apontar a árvore genealógica. Desse modo, buscou-se o registro na prefeitura de Sooma, cidade localizada na província de Fukushima. Com o K*oseki Tohon* em

mãos, a agência providenciou o visto de três anos (por ser nissei), no Consulado do Japão em Curitiba. Outro serviço executado pela empreiteira foi no arranjo das passagens aéreas, cujo valor seria parcelado em cinco meses e pago mês a mês com o trabalho agenciado.

No dia marcado para comparecermos em Londrina, havia na sala de reuniões do escritório em torno de 25 pessoas, que conforme previsão e logística viajariam no mês de julho. Contudo, uma semana antes de embarcarmos, recebemos um telefonema que informava o adiamento da viagem, e assim, remarcaram para o mês seguinte. Voltamos para Londrina na primeira semana de agosto para algumas instruções a fim de conhecer um pouco da sociedade japonesa, em relação a legislação e costumes.

Desse modo, saímos na última semana do mês de agosto. Do aeroporto Afonso Pena - Curitiba rumo ao aeroporto de Cumbica, em Guarulhos. Quando aguardávamos para fazer o *chek-in* (trâmites de embarque) diante da Companhia Varig, em um determinado momento, em torno das 22 horas um comunicado se fizera no saguão: sortearíam quatro passagens da primeira classe para os portadores da classe executiva. Eu e meu irmão fomos contemplados com mais dois brasileiros de Londrina. Lembro que o agenciador tentara receber tal bonificação, alegou que ele era o responsável por levar várias pessoas todos os meses ao Japão. Entretanto, não conseguiu tal intento, e diante dos acontecimentos estávamos atônitos, principalmente por viajar de avião pela primeira vez. Por isso, mal sabíamos as diferenças das classes: econômica executiva ou primeira classe. De São Paulo fomos até Los Angeles (EUA), a viagem demorou em torno de 12 horas. Quando fizeram a limpeza e abastecimento da aeronave, que durou em torno de duas horas e meia, decolamos rumo ao aeroporto de Nagóia (Japão). Na viagem, fazia-se uma simulação de horas/tempo como se estivéssemos no Brasil, com turnos: manhã, tarde e noite. A rotina era feita por causa da rota da viagem sobrevoar o oceano Pacífico e, por causa disto navegava sempre para o sentido leste do globo terrestre. Por conta disto, caso olhássemos para fora da escotilha, a claridade solar sempre se fazia presente e nunca escurecia. Quando chegamos perto de Yokohama, o comandante anunciou à tripulação a vista do Monte Fuji, cuja euforia e expectativas do desconhecido eram visíveis ao olharmos uns para os outros, isto é, entre nós que tínhamos sido agraciados pelo imprevisto.

Ao chegarmos ao aeroporto, um calor intenso e estonteante se fazia, pois no mês de agosto o clima no país comumente apresenta a temperatura bastante alta. Ao desembarcar, ouviam-se murmurações da árdua viagem por parte dos brasileiros. Reclamavam do aperto

das poltronas, da demora das refeições, das filas intermináveis para o banheiro entre outras indignações que se avolumavam no aguardo para a saída do aeroporto. Para nós que fomos contemplados com a primeira classe tivemos a percepção do tempo diferente. Lembro que havia em torno de 29 passageiros, cujas poltronas ficavam atrás da cabine do comandante e, éramos servidos por dois comissários e duas aeromoças que ficavam de prontidão aos chamados. Das gastronomias servidas, lembro que levaram casquinha de siri, batatas assadas e podíamos pedir o quanto quiséssemos de bebidas, exceto quando a aeronave estava próximo da hora de pousar, pois uma das aeromoças disse que não traria mais cerveja para os dois passageiros ao lado por conta disto.

Feito os registros junto à Imigração, nos dirigimos à parte externa. Na saída vimos um homem que nos aguardava com uma placa e nossos nomes escritos. Dali, eu, meu irmão e os dois nipo-brasileiros de Londrina fomos levados por um veículo que os japoneses chamavam de “wagonsha”, carro semelhante aos usados no Brasil para transporte escolar. Nas ruas as placas com diversos caracteres incompreensíveis, as pessoas que imaginei serem de baixa estatura não correspondia com meu imaginário, o trânsito com mão inglesa, tudo era muito estranho. Do aeroporto de Nagóia até chegarmos à província de Shiga-ken – na cidade de Kusatsu-Shi, demorou em torno de quatro horas. À noite, por volta das 19 horas, estávamos no escritório da empreiteira, que nos aguardava com um intérprete. Assinamos o contrato de trabalho e logo em seguida trouxeram o jantar em uma vasilha de madeira esmaltada, tinha arroz, peixe, legumes, chá, porém, nada consegui comer, o alimento era muito adocicado e diferente dos hábitos que até então me acostumara no Brasil. Começava o estranhamento, duplamente: o desconhecimento da língua japonesa e a gastronomia. Hoje, bem sei o quanto foi sofrível a questão alimentar para muitos brasileiros, conforme relato da dekassegui Fernanda que se lembrou de suas experiências no Japão, da qual falaremos mais adiante.

A viagem feita pela Companhia Varig mostrou os grandes avanços tecnológicos realizados pelo homem no século XX. Quando os japoneses vieram ao Brasil a bordo do Kasato Maru, em 1908, o percurso demorou 51 dias para percorrer 20.000 quilômetros com o navio de propulsão a vapor. Depois de oito décadas, com o uso da aeronave, a viagem entre os dois países demorava em torno de 24 horas de vôo. Pois de São Paulo a Los Angeles a viagem durou em torno de 12 horas, depois de um tempo de aguardo em uma sala reservada no aeroporto para que fosse feita a limpeza e abastecimento, mais doze horas, da saída dos EUA até o Japão. Desse modo, percebe-se o quanto o espaço e o tempo encurtaram. Em 2010, quando comemorávamos as festividades de fim de ano junto a família no Brasil, instalamos o

computador com *webcam* e pude conversar com três irmãos que se encontravam no Japão naquele ano. Assim, a tecnologia torna-se bastante apropriada para aproximar pessoas que se encontram distante geograficamente, se bem que, quando mal usada, distancia os relacionamentos interpessoais daqueles que se encontram próximos. Pude perceber esse contraste ao buscar meu filho no colégio. De dentro do carro olhei três estudantes que caminhavam pela rua, lado a lado, e cada um conversava pelo celular. Imaginei que um deles pudesse estar falando com a namorada, outro com a mãe e, o último com um amigo qualquer. Naquele momento em que caminhavam, podiam conversar entre eles, porém, o artefato de comunicação os separava. Em minha introspecção, pensei: quando eles estiverem longe um do outro, provavelmente farão uso do celular para que possam travar um diálogo. Percebi que "assim caminha a humanidade" no tempo presente, compactada pelo tempo e espaço - distante e próximo alinham-se concomitantemente.

Em torno das 21h30min fomos levados até o alojamento. Instalados em um apartamento com dois quartos, um banheiro e uma pequena cozinha. Do lado de fora estava a máquina de lavar roupas acoplada com uma centrífuga, no final de cada corredor. O alojamento tinha o total de três andares e quatro blocos, o conjunto totalizava 48 apartamentos. Um bloco postava de frente ao outro, paralelamente. Na parte térrea encontrávamos máquinas com refrigerantes, café, achocolatados, disponibilizados na cor vermelha para indicar que a bebida era quente ou na cor azul para bebidas frias. Ao lado, uma máquina com cigarros. Para retirarmos o produto, bastava colocar o valor marcado, podia-se fazer com dinheiro em moedas ou papel. O alojamento não possuía elevador, somente escadas. No dia seguinte pela manhã, às 07h15min, um micro-ônibus aguardava para levar todos os moradores para o trabalho, isto é, quase todos, pois alguns que lá moravam, iam de bicicleta trabalhar em outra empresa.

Um mês depois de nossa chegada, outro grupo chegou ao alojamento. A comitiva contava com nove pessoas: duas eram mulheres, uma casada e a outra solteira. Por causa do horário de chegada do avião no aeroporto de Nagóia, como comumente acontecia, os recém-chegados apareciam no alojamento somente no período da noite.

A fábrica (Sekisui-House) fazia montagens de casas pré-fabricadas, onde as paredes, janelas e portas eram colocadas em estruturas metálicas. O trabalho consistia em montar e embalar conforme especificações do modelo, cor e tamanho solicitado. Esse tipo de residência, que permite certa flexibilidade, faz-se pela necessidade em resistir à incidência de

tremores que ocorrem continuamente no Arquipélago japonês. Naquele serviço, lembro que primeiro colocava-se as “presilhas” na estrutura, logo em seguida corria sobre esteira rolante para a colocação das paredes e janelas. A etapa final consistia na embalagem (empilhamento) de toda estrutura para que fosse levada ao destino e edificação final.

Quando chegamos ao local de trabalho, os dois dekasseguis de Londrina foram designados a trabalhar em outro setor, pois ambos compreendiam um pouco do idioma japonês. Ficamos em uma linha de produção que tinha em torno de oito pessoas, duas estavam com os dias contados para voltar ao Brasil, por isso fomos contratados às vagas disponibilizadas. Tinha uma senhora idosa que trabalhava junto a nós, era bastante sorridente e curiosa para saber quem éramos. A etapa inicial do trabalho ficava com as mulheres, pois a tarefa não dependia de tanto esforço físico e o salário pago era menor. Na hora do almoço, caminhávamos uns dez minutos para chegar ao refeitório, porém, o paladar recusava a alimentação, quanta estranheza naqueles dias.

Todos trabalhavam uniformizados, com capacete, luvas, botas e todas as manhãs após uma música que ecoava pelo interior e proximidades da fábrica, fazia-se ginástica para o início das atividades do dia. Logo em seguida, a reunião para explicação das diretrizes e expectativas aguardadas para o serviço que seria realizado. Nesses momentos, a fala do interlocutor transmitia o pensamento e ordens recebidas do responsável hierárquico acima, cujo teor temático extrapolava os relacionados ao trabalho local e faziam-se também comentários dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais do Japão, bem como de outros noticiários mundiais que chamavam a atenção e pudesse implicar de algum modo para a sociedade japonesa. Juntavam-se à reunião todos os brasileiros que estavam a serviço da empreiteira, geralmente pedia-se a um intérprete para transmitir a fala aos demais. A prática de se reunir pelas manhãs para direcionar o dia de trabalho, aconteceu em todas as empresas que trabalhei no Japão. A hierarquização dos cargos e as ideias transmitidas em sentido vertical acabavam seguindo uma linha de raciocínio que corroborava o pensamento de quem presidia a empresa. O uso do uniforme e conduta ao trabalho que deveria ser executado ao longo do dia configura simbolicamente em um corporativismo empresarial, o qual exigia uma ascese mecanizada para atingir os objetivos propostos.

Rapidamente chegou o fim de semana, e fomos até o centro da cidade para fazermos as compras, pois como os moradores “antigos” disseram, tinha uma loja que vendia alguns produtos brasileiros. Quão estranho é andar sem saber por onde caminhar. O sair do bairro e

circular na área urbana quando não se compreende os códigos e sinais familiarmente. Michel de Certeau (1996, p. 41-42) menciona a respeito: “Diante do conjunto da cidade, atravancado por códigos que o usuário não domina mas que deve assimilar para poder viver aí, em face de uma configuração dos lugares impostos pelo urbanismo, diante dos desníveis sociais internos ao espaço urbano”. De posse do empréstimo financeiro recebido da empreiteira e do dinheiro trazido do Brasil, que também fora emprestado por meu irmão que retornou, fizemos a primeira compra. Os produtos foram seis latas de feijão de 800 gramas, uma para cada dia da semana, sal, açúcar, óleo e mais alguns itens que tínhamos por hábito consumir no Brasil. Semanalmente, buscávamos os enlatados, pois eu e meu irmão fazíamos as refeições a noite e deixávamos para levar no dia seguinte. Também perto do alojamento, havia um mercado japonês, cujas compras de arroz, legumes e frutas os moradores faziam de bicicleta (objeto geralmente ganho dos dekasseguis que iam embora). Porém, ao longo do tempo tornou-se inviável levar o almoço, pelo cansaço físico e trabalho despendido para cozinhar. Depois de dois meses de estranhamento, perdi doze quilos e me “adaptei” ao modo de se alimentar dos japoneses, que se comparados ao jeito do brasileiro, ingere uma quantidade consideravelmente menor. Assim, dia a dia íamos fazer as refeições no refeitório. Uns cinco meses depois que chegamos no alojamento, uma vez por semana, estacionava um caminhão para trazer os pedidos de quem quisesse comprar carne bovina. Naquele ano de 1992 e início de 1993, era bastante difícil comprar carne vermelha nos mercados japoneses, por causa do valor exorbitante. Comentava-se que a carne trazida pelo caminhão vinha de uma província próxima, Gifu-Ken, que por sua vez recebia da Austrália. Por isso, comprar carne em quantidade suficiente para o consumo mensal tornou-se corriqueiro a partir de então, bem como para os churrascos de fim de semana.

Com o tempo, o lugar já não causava estranheza, descobríamos pouco a pouco o que a cidade podia oferecer e arranjava-se o melhor jeito de se acomodar, tal como pegar o ônibus, comer no restaurante fast food japonês (Yoshinoya), jogar futebol num campo perto do alojamento, buscar o jornal International Press nos fins de semana no shopping de departamentos, e principalmente, dar sinal de vida para os familiares e amigos do Brasil. Para fazer os telefonemas, geralmente nos fins de semana, havia um constante movimento de bicicletas ao longo da noite, que geralmente acontecia entre dez horas da noite até às três horas da manhã (começava as dez por causa da tarifa reduzida). Assim, todos corriam de bicicleta até a estação mais próxima de trem, pois nesses lugares encontravam-se os telefones que possibilitavam as chamadas internacionais. Em fins de 1992 e nos primeiros meses de

1993, telefonava-se por poucos minutos e pagava-se um valor bastante alto, em torno de 10.000 yenes. Na época equivalia a quase um dia de trabalho de oito horas. Após telefonarmos, todos os moradores do alojamento voltavam eufóricos ao saber dos acontecimentos ocorridos na sociedade brasileira.

Nos meses de janeiro a fevereiro, víamos a neve cair e as ruas ficavam brancas e escorregadias. As crianças iam para a escola de calção, quando indaguei a um japonês o porquê de andarem daquele jeito, respondeu-me que era para as novas gerações nascerem mais resistentes, não sei se concordei, mas até hoje penso naquelas palavras. Aos domingos, a fim de aprender a língua japonesa, íamos à igreja católica, onde havia voluntários japoneses que ensinava o idioma gratuitamente a todo estrangeiro que porventura se interessasse em aprender. Naquela época, encontrávamos muito peruanos pelas ruas, porém a aproximação acontecia somente para disputarmos uma partida de futebol. Com o passar dos anos, brasileiros e peruanos compartilhavam do mesmo espaço de trabalho e de lazer. E muitos também constituíram famílias.

Quatro meses depois, em meados de dezembro, algumas confusões começaram a acontecer. Brigas dentro da empresa e no alojamento, sempre por um motivo qualquer os brasileiros agrediam-se fisicamente. Essa desavença dentro da comunidade brasileira também é relatada por Sergio, um dos retornados do qual falaremos mais adiante. Um clima de hostilidades rondava a todos, direta ou indiretamente, pois uns não toleravam a presença dos outros. Penso que era pelo cansaço e a angústia por estarem longe do Brasil. Nesse clima tenso, surgiu-me a oportunidade de morar em Osaka, cuja locomoção de trem demorava em torno de duas horas. O anúncio da vaga estava em uma churrascaria daquela cidade, que era muito frequentada pelos brasileiros. Como eu sempre estava passeando pelas cidades próximas, resolvi mudar de emprego, para uma metrópole.

Depois de pagar as passagens e outros custos que foram financiados no Brasil, saí da empreiteira e fui a Osaka. Morava em uma casa em frente da empresa metalúrgica. Dos brasileiros que lá trabalhavam, tinha um casal, uma moça intérprete, e um rapaz que arrumou trabalho em outra empresa e logo saiu da firma. A casa tinha vários dormitórios, cada um ficava instalado em um quarto, com exceção do casal que lá trabalhava. Nesta casa moravam dois iranianos que trabalhavam na empresa e que se encontravam “indocumentados” no país. Diziam que não podiam voltar ao Irã porque eram desertores da Guerra contra o Iraque, porém, também corriam o risco de serem pegos pela polícia japonesa. Chamavam a atenção

dos brasileiros porque falavam o idioma japonês fluentemente e, quando indagamos como aprenderam, responderam que assistindo aos programas televisivos.

Depois de quatro meses, arrumei outro trabalho, e mudei novamente de casa. Nessa cidade, dificilmente aconteciam brigas entre os brasileiros. Todavia, confrontos físicos de brasileiros eram frequentes diante de norte-americanos, chineses e todo grupo que atacasse um dekassegui. A irmandade em torno de um grupo fora inventada. Não havia um saudosismo em relação às coisas do Brasil, mas uma mescla do inventar ser brasileiro. Para isso usavam-se muitas roupas de fabricação nacional e frequentemente encontros em restaurantes brasileiros para assistir jogos de futebol da seleção brasileira ou simplesmente para jantar e beber cerveja.

As diversões nos fins de semanas ocorriam em Namba, bairro conhecido pelo ecletismo musical e vida noturna. Casa de jazz, salões de salsa, *underground* para quem gostava de *rock'n roll, pubs* e diversos outros ambientes com estilos e gostos. Contudo, a cidade também trazia os contrastes sociais, como diversas pessoas que dormiam nas ruas durante a noite. Uma sociedade que diferente das ocidentais cristianizadas, não mantém o hábito de esmolar. Aos poucos me habituei a falar com o jeito e gírias dos moradores de Osaka, isto porque há um linguajar (comumente conhecido por osakaben) que se diferencia de outras regiões japonesas. No verão, íamos à praia de Okayama-Ken, província vizinha. Estava em 1996 e muitas coisas tinham mudado nesses quatro anos passados. Quase todo migrante brasileiro tinha telefone residencial. A compra de carro, motocicleta e do celular começaram a fazer parte dos bens adquiridos pelos dekasseguis. No ano de 1996, ainda fazíamos muito uso do telefone público presente nas praças e proximidades das estações de trem, acesso feito por meio do cartão, porém começava paulatinamente a venda do artefato celular, que pouco a pouco fez do telefone fixo um objeto obsoleto.

Os anos rapidamente se passaram e eu já estava quatro anos fora do Brasil. Naquele ano de 1996, alguns brasileiros começaram a migrar para Londres – Inglaterra, e eu também almejava ir para aquela cidade para conhecer outra cultura e país. Porém, pensei em conhecer alguns lugares antes de chegar ao destino. Sai de navio do porto de Kobe e fui à China. Passei trinta dias em Pequim e para sair da cidade embarquei em um avião rumo à cidade de Hong Kong. Entretanto, fiquei muito gripado e com fortes dores no corpo. Resolvi então voltar ao Brasil. Para isso, peguei um voo que fez escala em Tóquio, depois partiu até São Francisco – EUA. Naquele aeroporto, embarquei em outro avião até Miami. Novamente, a viagem de

volta, para São Paulo e, depois Curitiba. Finalmente, desta última cidade até o município de Ponta Grossa, de ônibus. Não avisei ninguém de minha chegada, quando a noite, estava na casa de minha mãe.

Nos anos de massificação migratória, quando alguém dizia que gostaria de ficar por três anos trabalhando no Japão, dava a impressão de ser alguém sem o juízo perfeito. A maioria dos brasileiros pensava em estender a estadia no máximo por dois anos, depois retornar ao Brasil e aplicar os recursos acumulados. Porém, para os retornados vivenciava-se uma sensação de "entre-lugares", um mal estar de estar em um lugar da qual não se pertence, um sentimento de estranhamento com as pessoas, com a cidade, com os serviços públicos e outras angústias de um mundo e de uma história que já não compartilha. O Brasil já não corresponde às expectativas no modo de se viver, e o voltar ao Japão sempre trazia a saudade de retornar à terra natal. Quando o dekassegui retornava ao país e aplicava o dinheiro em algum negócio, havia um pensamento arraigado que trazia consigo: se não der certo o empreendimento no Brasil, volto a trabalhar no Japão. Desse modo, pouco esforço ou insistência ao negócio investido eram empreendidos. Além de que havia o constante hábito de se fazer um comparativo de ganhos caso estivessem trabalhando nas fábricas japonesas. Essa experiência de um ser que olha o paraíso perdido também aconteceu quando comprei um restaurante, ao voltar para o Brasil. Diante das dificuldades financeiras nos negócios, decidi por voltar ao Japão. No ano de 2001, eu e minha companheira fomos para Tochigi-Ken, província próxima a Tóquio. A consolidação das redes familiares funcionou como experiência para nós. Meu irmão mais velho providenciou as documentações necessárias para nossa viagem. Ficamos em sua casa e rapidamente conseguimos emprego em uma empreiteira da cidade. Nos cinco anos que se passaram, de 1996 a 2001, o país tinha mudado muito. As empreiteiras cobravam aluguel, água, gás e luz dos migrantes contratados. Nos primeiros anos de migração, esses custos não eram cobrados do dekassegui.

Em 2001, embora houvesse empregadores que faziam o transporte da casa ao trabalho, preterivelmente procuravam por pessoas que tinham carteira de motorista e que não dependesse do transporte da empreiteira. Os salários já não eram atrativos. Quando trabalhei entre 1992 a 1996, o salário médio era em torno de três a quatro mil dólares por mês. Em 2001 conseguia-se em torno de dois mil e oitocentos dólares mensais. Exigia-se conhecimento da língua japonesa, principalmente a conversação para que se pudesse comunicar no trabalho. A aquisição de móveis, artefatos ou outros acessórios domésticos deveriam ser providenciados pelo migrante.

Havia muitos brasileiros na região, além de peruanos e filipinos. Contudo, não se ouvia falar de confusões e brigas. As novelas, filmes e documentários dos canais de televisão brasileira que eram comumente alugadas, tornaram-se obsoletas. Quase todos os brasileiros tinham o aparelho de televisão a cabo e, assim, assistiam novelas e outros programas do Brasil nos canais que eram transmitidos via satélite. Outros artefatos comprados e usados pelos brasileiros nesse período foram o computador, geladeira, sofá, mesa com cadeiras, guarda-roupa e tantos outros acessórios, que se alguém entrasse no interior da casa não tinha a impressão de estar fora do Brasil. Mas além desses objetos outros mais compunham o consumo, a exemplo da panela de arroz elétrica, vídeo games, ofurô e outros eletrônicos que pudesse entreter e confortar na sua vida cotidiana.

Em 2003, comecei a ter muitas dores no joelho e, resolvemos retornar e tirar umas férias. Foram cinco meses de descanso no Brasil. Voltamos novamente ao Japão, em 2003, para a província de Gunma-Ken, na cidade de Oizumi. Essa cidade também conhecida como "little Brazil", concentrava uma expressiva quantidade de brasileiros. Tinha Shopping Center para o público latino, bar, restaurantes, mercado, açougue, agências de turismo, locadoras de filmes, ou seja, nessa cidade o migrante tinha a sensação de estar vivendo como se estivesse no Brasil. Trabalhamos alguns meses e recebemos uma proposta de trabalho em Saitama-Ken, na cidade de Honjo. Ali ficamos até 2005, ano em que retornamos em definitivo para o Brasil. Um dos motivos para tal decisão foi o nascimento do Abner e, assim, encerramos o ciclo dekassegui.

3 O JAPÃO E AS MEMÓRIAS DOS IMIGRANTES BRASILEIROS

Para a narrativa que por ora se inicia, faremos uso das entrevistas realizadas pelos brasileiros que vivenciaram a experiência do movimento dekassegui. Todas as pessoas entrevistadas residem em área urbana. E, para falar sobre o Japão e as memórias dos imigrantes brasileiros, selecionamos três mulheres que foram entrevistadas em Curitiba/Paraná, no mês de agosto de 2011, todas descendentes de japoneses e que mantinham proximidade cultural com o país de destino. E, novamente trago a tona a questão norteadora desta pesquisa que está em compreender de que maneira se processaram o estranhamento dos dekasseguis paranaenses quando emigraram ao Japão e o respectivo processo de retorno ao Brasil. Para isso, mostraremos o perfil identitário deles, os motivos alegados para que saíssem

do país e as experiências vivenciadas, a partir dos próprios depoimentos. Porém antes de iniciarmos efetivamente o capítulo penso que a ocasião torna-se pertinente para abordarmos a questão da memória. Mas desde já, gostaria da compreensão à limitação do saber de quem vos escreve. Bem sei do grau de dificuldade para abordar a fenomenologia, isto é o estudo do que se manifesta cujo objeto de pesquisa tem o próprio fenômeno, o qual em torno desse mote gira a proposta de "trazer as narrativas memoriais" dos dekasseguis brasileiros.

Pois bem, sobre o enigma de confusão entre "memória e imaginação", Paul Ricoeur (2007, p.27) coloca que "a filosofia socrática nos legou dois topoi rivais e complementares, um platônico, o outro aristotélico". O primeiro topoi, diz respeito a eikon, isto é (2007, p.27) "fala de representação presente de uma coisa ausente; ele advoga implicitamente o envolvimento da problemática da memória pela da imaginação". A respeito do aristotélico, Ricoeur (2007, p.27) diz que: "centrado no tema da representação de uma coisa anteriormente percebida, adquirida ou aprendida, preconiza a inclusão da problemática da imagem na da lembrança. É com essas versões da aporia da imaginação e da memória que nos confrontamos sem cessar". Nesse segundo modelo, pressupõe-se que o indivíduo tenha vivenciado anteriormente para que em um momento seguinte (p.27) "a imagem na da lembrança" voltasse a fazer parte do presente, pois para que haja a imagem a necessidade da experiência ocorrida no passado. Todavia, cabe ressaltar as reflexões conforme Maria Inês Mudrovcic (2009, p.105) traz: "a história deve ser compartilhada pelos membros do grupo de tal modo que cada um possa dizer 'nós' vivemos este acontecimento, ainda que somente alguns – ou nenhum deles – o tenham experimentado diretamente". Evidente que as experiências vivenciadas conferem particularidades próprias entre o ontológico e o representado, mas Mudrovcic complementa (2009, p.105): "o acontecimento pode não constituir propriamente uma lembrança dos membros atuais do grupo, mas deve ter sido uma lembrança comum de seus predecessores". Do mesmo modo, Maurice Halbwachs (2004, p.30) menciona: "mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós". Por essa razão, trilharemos o topoi platônico, para buscar um entendimento que distinga "memória e imaginação", sem, contudo negligenciar a "aporia" da qual Paul Ricoeur chama a atenção e aborda sobre a complementação dos topoi.

Inicialmente, Ricoeur (2007, p.23) coloca duas questões para a dissociação dos termos, nas seguintes perguntas: "De que há lembrança?; De quem é a memória?". O autor

preconiza “o que” no sentido de “prevalecer o lado egológico da experiência mnemônica”, pois conforme diz: (2007, p.23) “a primazia concedida por muito tempo à questão ‘quem?’ teve o efeito negativo de conduzir a análise dos fenômenos menemônicos a um impasse, uma vez que foi necessário levar em conta a noção de memória coletiva”. Segundo ele, para os gregos, havia dois termos para explicar a respeito da memória: mnë më e anamnësis. Por um lado, designava “a lembrança como aparecendo, passivamente no limite, a ponto de caracterizar sua vinda ao espírito como afecção – pathos -, de outro lado, a lembrança como objeto de uma busca geralmente denominada recordação, recollection”. Nesse sentido, observamos que as lembranças da história vivida se faz presente em muitas ocasiões sem um ato voluntário de busca. O sabor de um alimento qualquer, o odor de um perfume, ouvir uma música que lembre um determinado período da vida e muitas outras sensações que rapidamente traz à memória a lembrança de alguma coisa. Por outro lado, também se tem a busca da memória de modo deliberado, quando alguém questiona sobre algo do que se passou, forçadamente refugiamos nos labirintos da memória. Assim sendo, (p.24) “a lembrança, alternadamente encontrada e buscada, situa-se, assim, no cruzamento de uma semântica com uma pragmática. Lembrar-se é ter uma lembrança ou ir em busca de uma lembrança”. Desse modo, Paul Ricoeur (2007, p.24) aponta que “a pergunta ‘como?’ formulada pela anamnesis tende a se desligar da pergunta ‘o que?’ mais estritamente formulada pela mneme”. Esses desdobramentos de uma abordagem cognitiva e pragmática, (p.24) “tem uma incidência maior sobre a pretensão da memória à fidelidade em relação ao passado: essa pretensão define o estatuto veritativo da memória, que será preciso, depois, confrontar com o da história”. Por essa razão, conforme descrevemos na introdução desse trabalho, o diálogo com outras fontes para dar suporte, compreensão e averiguação à fala dos entrevistados. Pois a grande preocupação da narrativa histórica está no modo pela qual se divulga o ontológico. Conforme Paul Ricoeur (2007, p.26) aborda: “as duas intencionalidades: uma, a da imaginação, voltada para o fantástico, a ficção, o irreal, o possível, o utópico; a outra, a da memória, voltada para a realidade anterior, a anterioridade que constitui a marca temporal por excelência da ‘coisa lembrada’, do ‘lembrado’ como tal”. Embora haja um embate entre as musas: Mnemosine (memória) e Clio (história) para a posse da chave e na expectativa de ser a guardiã do passado entende-se que uma complementa a outra, isto é, mnemosine traz novamente a lembrança daquilo que se passou, sem, contudo sistematizar e temporalizá-la; Clio por sua vez, tem a constante preocupação de localizar nos “escombros do passado” os acontecimentos de um tempo que não está imerso e engessado, mas vem se fazendo, em um contínuo processo que aparece espontaneamente ou quando

evocado no Tempo Presente. Assim, ao dialogarmos com os dekasseguis brasileiros, a preocupação em revirarmos o terreno das memórias pessoais/coletivas não esteve somente em lançar mão no sentido de trazer a tona o que se passou, mas também tomar posse de "elementos" que dão sentido e significados a uma coletividade ao longo do tempo.

Assim, começamos com a primeira brasileira entrevistada, a qual qualificaremos como Laura (2011). Nascida no ano de 1964, em Cruzeiro do Sul, Estado do Paraná. Foi morar em Curitiba no ano de 1979, a fim de estudar medicina veterinária na Universidade Federal do Paraná. Laura (2011) conta que migrou pela primeira vez em 1989, como bolsista, tinha 25 anos de idade e ficou até 1990. Da primeira vez, a nikkei mencionou que a receptividade era diferente, a de estudante, e por esse motivo foi muito protegida pela sociedade japonesa. E, por causa da experiência que teve da primeira vez, resolveu voltar para trabalhar, desta vez, como dekassegui, foi em 1993 e permaneceu até 1997. Ela diz que não teve dificuldades para se adaptar porque já dominava o idioma. Na época, era solteira e resolveu ir por causa do convite de um amigo que estava trabalhando lá e que a chamou por telefone, porque sabia que ela compreendia bem o idioma japonês, pois quando estava no Brasil, trabalhava como professora de língua japonesa.

Todavia, o que chama a atenção na ida de Laura ao Japão é sobre a fala do sentimento de "voltar para casa", à presença do mito de retorno ao país de origem, ou conforme descrito anteriormente, à "homeland/ lar do migrante". Segundo diz: "Fui mais porque eu tinha essa vontade, essa necessidade de voltar para o Japão". Essa subjetividade que Laura conta, lembra a proposta de "estrutura de sentimento" dada por Raymond Willians (2000, p.155-156). Para o autor, "estrutura como um grupo com relações internas específicas, entrelaçadas e por sua vez em tensão", ou seja, "elementos especificamente afetivos da consciência e as relações, e não sentimento contra pensamento, senão pensamento tal como é sentido e sentimento tal como é pensado; uma consciência prática de tipo presente, dentro de uma contínua vivência e inter-relacionada". Nesse sentido, têm-se um sentimento e pensamento social para muitos dekasseguis semelhante a fala da migrante. Desse modo, vê-se a experiência social não como algo do passado, acabado, mas um elemento que se faz presente e caracteriza um determinado grupo por aquilo que se passou. E, ainda que haja grupos de uma mesma classe social, existe uma estrutura de sentimento diferenciada quando vistos analiticamente. A migrante Laura conta que ao tomar a decisão de ir pela segunda vez, foi principalmente por causa da primeira experiência. Ela diz assim: "Eu realmente queria voltar ao Japão, e eu queria morar lá, viver no Japão, era como se eu tivesse voltando pra minha casa, porque eu tive uma educação

bastante tradicional aqui no Brasil". Para ela conviver na sociedade japonesa não causou muito estranhamento por causa da infância pela qual passou no Brasil, conforme recorda: "morei com meus avós, morei numa família que quando era pequena era obrigada a falar o japonês em casa. Então, na segunda vez que eu fui, foi bem fácil, fui bem recebida pelos japoneses, eu não tinha muita dificuldade no idioma". Além da capacidade e habilidade para se comunicar, Laura atendia também as supostas expectativas de uma "homogeneidade cultural" de sociedade japonesa, pois segundo conta não teve problema porque já sabia como que era o comportamento dos japoneses.

> Áureo: E como você se vestia lá, você tinha assim algum habito de consumo, roupas, perfumes?
> Laura: Ah tá, quando eu estive lá eu na verdade virei uma japonesa, as duas vezes, na minha primeira empreiteira tinha uniforme e, era uniforme de japonesa mesmo, eu aprendi nessa empreiteira com uma amiga japonesa a maquiagem como japonesa, prender o cabelo, andar como japonesa, falar como japonesa e eu até enganava os japoneses eles achavam que eu era uma japonesa quando eu falava que meu nome era Laura, mas eu acabei, como que eu falo, me envolvendo tanto assim com nihonjin com japoneses que eu me sentia uma japonesa lá, eu falava, assim gestos sabe aqueles né gestos que a gente tem até no telefone (Áureo – o jeito de...) é de japonês (Áureo – japonês) peguei tudo, peguei todas as manias de japonês.
> Áureo: Até no uso das roupas?
> Laura: Até no uso, é eu não comprava roupas nas lojas brasileiras, eu comprava nas lojas japonesas, usava tudo, e até programa de televisão, eu só assistia programa japonês naquela época, pra mim só era programa do canal japonês, assistia drama, novela japonesa.

Quando ela chegou ao Japão, foi morar em um apartamento que tinha todos os utensílios domésticos necessários. Laura relata assim: "desde a panela elétrica até talheres, eu não precisei comprar nada, tinha maquina de lavar roupa, tinha geladeira é... eu lembro que eles me deram aquele futon (acolchoado), mas eu acabei comprando uma nova porque é...eles davam semi nova". Ao longo dos anos, pôde adquirir novas aquisições materiais, além de tirar a carteira de motorista em 1994. Nesse sentido, observa-se que a inserção social não se dá somente pela posse material, mas também nas lutas de representações simbólicas, adquirir pressupõe pertencer, compartilhar de signos de um grupo que impõe, ou intenta impor e demonstrar os seus valores no modo de se viver, segundo Roger Chartier (1990) chama a atenção para o campo cultural. Pois conforme Laura disse: "na empreiteira que eu trabalhava, no escritório, a empreiteira me deu o carro daí eu usava só o carro da empreiteira". E assim, aumentou a sensação de pertencimento dela junto à sociedade japonesa, pois como expõe: "sentia como uma japonesa". Porém, os anos transcorrem, e alguns acontecimentos interrompem certos planejamentos. Depois de quatro anos, casada, ela "retornou" ao Brasil,

no mês de setembro de 1997, por conta da gravidez. Diz que hoje permanece no Brasil por causa dos estudos do filho. No entanto, há um contínuo sentimento/pensamento de querer "retornar" ao Japão.

Atualmente, Laura reside na cidade de Curitiba, microempresária no ramo alimentício e trabalha também como professora de língua japonesa. Diz que nunca sofreu preconceito na sociedade brasileira por ser descendente de japoneses, pois a nikkei enfatiza que nunca teve esta experiência porque nasceu aqui. Mantém hábitos gastronômicos da culinária japonesa e certos atos gestuais, como apontar o dedo indicador para o nariz para indicar a si próprio, ou abaixar frequentemente a cabeça quando fala ao telefone também se tornou uma prática corriqueira do dia a dia, rememorando e recordando os anos vividos de Japão. Conta que tem vontade de ir novamente para o Japão para morar, porém, diz que hoje não volta por causa do filho que está com treze anos, e como falado anteriormente, por causa do estudo dele continua por aqui, mas conforme recorda: "eu tenho, eu tenho, eu sinto, que tenho alguma ligação no Japão". Outras lembranças de Laura, mencionaremos no decorrer da escrita.

Mais uma dekassegui entrevistada em Curitiba foi Kioko (2011), nascida em Antonina, Estado do Paraná, no dia 05 de julho de 1956. Fez o "segundo grau completo" e atualmente trabalha com acabamento gráfico. Seus pais vieram do Japão, da província de Fukushima, mas "os dois já são falecidos". Kioko diz que foi ao Japão porque naquela época era muito "recompensador financeiramente". Ela migrou em 1993 com o companheiro e a intenção era de ficar por dois anos, mas acabou permanecendo por cinco anos. Retornou ao Brasil em 1998, ficou por dois meses e novamente voltou ao Japão. Na época, ainda era casada e deixou os dois filhos em Curitiba, um com dez e outro com doze anos, respectivamente. No ano seguinte, em 1999 retornou novamente ao Brasil. Das lembranças do primeiro contato no Japão, lembra que foi "bem recebida porque era cidade pequena, tinha poucos estrangeiros, aí o pessoal recebeu bem a gente". Esta sensação de receptividade do povo japonês também foi narrada por Laura, e ambas acreditam que os brasileiros eram melhores tratados porque trabalhavam bem, conforme Kioko observa: "porque o brasileiro era bem esperto pra trabalhar, não todos, mas tinha a maioria que era bem esforçado". A construção positiva da imagem do brasileiro como povo trabalhador também foi averiguada na pesquisa de campo realizada em dezembro de 2001 pela pesquisadora Glaucia de Oliveira Assis (2008) ao narrar as experiências dos e/imigrantes indocumentados que cruzaram a fronteira via México para os Estados Unidos, cujo entrevistado qualificado como Celso relatou assim: "O brasileiro é muito mais trabalhador do que os outros imigrantes, mais

inteligente. Na área de construção civil, tudo o que o brasileiro faz é melhor". Maurice Halbwachs ao abordar sobre a memória coletiva e o espaço (2004, p. 139) diz: "Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu".

Pois bem, Kioko no país de destino exerceu diversas atividades, trabalhou em uma fábrica de amianto para revestimentos de parede, operadora de injetora plástica, fábrica de peças de automóveis, isopor e nos últimos três anos, em uma granja, na área rural. Trabalhava em média de dez a doze horas por dia.

Do mesmo modo às lembranças de Laura, a dekassegui Kioko também diz que nos primeiros anos do movimento migratório as empreiteiras geralmente forneciam utensílios domésticos e outros artefatos, tais como: panela para cozinhar arroz, chaleira, frigideira, acolchoados para dormir, máquina para lavar roupa, televisão, geladeira, uma pequena mesa com aquecedor e alguns outros materiais para que o trabalhador pudesse se instalar "confortavelmente". Ela relata que quando chegou ao Japão, a casa estava praticamente completa, conforme diz: "sabe a única coisa foi à geladeira que era pequena, assim a gente comprou uma nova, maior, mas o resto cobertor, utensílios domésticos, tinha tudo, televisão, era completa a casa". Os mobiliários e outros acessórios fornecidos pelas empreiteiras para o recém-chegado migrante foi um dos atrativos para levar os migrantes para trabalhar nas fábricas japonesas. E, ao usar cotidianamente muito desses objetos, os brasileiros adquiriram também os hábitos comumente usados pelos japoneses, afazeres que foram praticados e trazidos pelos emigrantes e, que ainda se faz presente no uso diário de suas atividades domésticas. Kioko diz que antes de ir ao Japão, cozinhava arroz em uma panela de alumínio, hoje já não consegue fazer deste modo, tem que ser na panela elétrica, conforme relatou: "não consigo fazer na panela normal, acho que na panela elétrica é mais prático, só colocar ali, ligar, não queima, fica direto quentinho, então é bem melhor".

Ao longo dos anos, em meados da década de 1990, com o aumento exponencial de mão de obra estrangeira, os materiais domésticos foram deixando de ser "ofertado". Assim, o imigrante frequentemente usava das redes familiares ou rede de amigos para poderem se instalar, e a partir de então, começar a viver junto à sociedade japonesa. E no transcorrer do tempo, o dekassegui começou a usufruir de outros bens materiais disponibilizados pelo mercado, o uso do carro. Tanto Kioko quanto Laura possuía a carteira japonesa, com isso, a

bicicleta passou a ser um objeto “obsoleto”, ou dito de outro modo, o brasileiro não usava frequentemente como meio de locomoção, conforme usualmente se fazia nos anos iniciais. Os avanços na área tecnológica e a possibilidade de obter os novos produtos fizeram com que os hábitos dos brasileiros também fossem se modificando no contato com familiares e amigos que se encontravam distante, do telefone a internet, o “espaço e tempo” foram compactados, isto é, “reduzido”. Para falar com os familiares, Kioko conta que “era por telefone, mas era bem difícil, era muito caro e somente a cada dois meses ligava para o Brasil”. Ela conta que recebeu o aparelho de telefone da firma, mas não usava sempre por causa do custo cobrado, segundo lembra: “a firma deu o telefone sabe, não precisava sair de dentro de casa, só que na época uma hora era doze mil ienes, hoje com mil ienes você fala três horas, é bem diferente o valor, então como era muito caro eu não ligava sempre não”. Atualmente, Kioko mora em Curitiba, desde que retornou em 2008, e os dos dois filhos residem no Japão, mas toda semana eles conversam pelo “skype”, conforme destaca.

Quando pessoas se locomovem de um espaço para outro, poderá encontrar o seu “lugar” no mundo. Nesse sentido, os fluxos migratórios configuram-se em constantes mudanças, causadas por rupturas, perdas e encontros. Uns foram e ficaram por lá, outros retornaram. Assim, as lembranças acompanham aqueles que foram, mas também persiste em incomodar aqueles que aqui ficaram os que retornaram.

> Áureo: E você nunca pensou em pedir a cidadania japonesa?
> Kioko: Ah, eu acho que não é porque eu pretendia voltar pra cá. (Áureo – você tinha pretensão de voltar?) é, meus filhos tiraram visto permanente, eles não têm assim previsão de voltar, mas eu não queria porque eu tirava de três em três anos, daí como eu sou nissei mesmo era fácil de tirar, eu não me preocupei com cidadania, que era fácil, hoje em dia já está bem mais difícil.
> Áureo: Seu estado civil Kioko?
> Kioko: Eu sou divorciada (Áureo – divorciada?) uhum (Áureo – quando você foi pela primeira vez você estava...) eu fui junto, não fui junto, fui em noventa e três, em dois mil e quatro que eu divorciei, dois mil e quatro, mas eu vim embora, ele ficou lá eu vim em noventa e nove, ele ficou até dois mil e dois dois mil e três aliás lá, daí dois mil e quatro divorciamos.
> Áureo: Mas essa situação, você lamenta de ter ido e ocorrido o divorcio no teu caso ou não?
> Kioko: Não, pra mim foi uma experiência boa sabe, é que na verdade aqui meu casamento não tava bem, aí a gente foi lá pra tentar ver se melhorava, mas não deu certo, não foi por causa do Japão, aqui já estava meio assim balançado, então não foi pela ida ao Japão não, é lógico que teve uma influencia também, mas não totalmente aqui já estava meio ruim mesmo o relacionamento.
> Áureo: E qual foi o momento mais crucial, assim, mais duro que você tem de lembrança da vida no Japão?
> Kioko: Ah no Japão, é foi no começo, que eu sentia muita falta da família aqui do Brasil, mas foi difícil acho que um ano, que sempre que eu ligava

> minha mãe ficava pedindo pra eu voltar, pra eu voltar, então marcou bastante porque ela queria que eu voltasse. É que na verdade fui pra ficar dois anos, daí eu fiquei cinco anos então ela não se conformava sabe, não dinheiro não adianta e não sei o que é o que mais marcou, minha mãe mesmo, mas foi logo que eu fui.
> Áureo: Ela ainda está viva?
> Kioko: Não ela faleceu, foi em dois mil e um, dois mil e um.
> Áureo: Kioko, o que mais você sente saudade da vida que tinha no Japão?
> Kioko: Ah lá é a tranquilidade, segurança principalmente, segurança é o principal e assim lá eu fiz bastante amizade lá também tinha bastante gente boa que trabalhava comigo, então me comunico direto com esse pessoal que trabalhou junto, bastante gente boa que eu conheci lá sabe.

Kioko trabalha atualmente como funcionária em uma gráfica e participa constantemente de eventos que envolva a comunidade japonesa em Curitiba, além de sempre buscar informações a respeito da sociedade japonesa. E a terceira e última dekassegui entrevistada em Curitiba para esse tópico foi Tereza (2011), nascida no dia vinte e cinco de junho de 1973, em Curitibanos, Estado de Santa Catarina. Seu pai é japonês e viera da Ilha de Hokkaido, em 1940. Sua mãe é descendente de japoneses, nasceu em 1945, no Estado do Paraná. Tereza (2011) migrou ao Japão em 1991, quando tinha 18 anos de idade. Lembra que o pai "chamou" a mãe para que fosse ao Japão e, ela resolveu acompanhá-la. Naquela época, dois irmãos de Tereza ficaram residindo no Brasil.

Nesse fluxo migratório entre Brasil e Japão, averigua-se que com a Reforma na Lei de Controle da Imigração sancionada em dezembro de 1989 e posto em vigor a partir do dia 1º de junho de 1990 permitiu oficialmente a entrada do nipo-brasileiro e/ou cônjuge devidamente documentado (desde que tivesse o Koseki Tohon – registro civil japonês que confere a consanguinidade japonesa) que porventura quisesse trabalhar no Japão, sem a prerrogativa de qualificação profissional e, da possibilidade de prorrogação de estadia naquele país por quantas vezes quisesse. A dekassegui Tereza diz que não sentiu dificuldades quando migrou porque o pai já estava trabalhando lá e deu o suporte necessário para que ela e a mãe pudessem se adaptar no país. Em 1991, foi pela primeira vez e, retornou depois de quatro anos, em 1995. Dois anos depois voltou, em 1997 e, permaneceu até 1999. Do mesmo modo que Laura, a nikkei Tereza também fez intercâmbio como bolsista, mas no seu caso de modo inverso, após a experiência dekassegui, conforme relata: "2002 a 2003 eu fiz intercâmbio numa universidade de lá, então para estudar, foi 2002 e 2003, antes disso era sempre para trabalhar". Ela diz que nunca pensou em morar em definitivo no Japão, e acha que a estadia dos anos vividos foi tranquila por causa de sua semelhança física não causar estranhamento aos japoneses. Assim lembra: "Então, eu eles me confundiam com japonesa por isso eu acho

que eu não sofri tanto, mas quem era mestiço ou não descendente sofreu mais". Para ela, muitas discriminações acontecem por causa de: "o jeito do brasileiro, que fala alto, dá risada alta, chama atenção, japonês não gosta". Quando indaguei se o modo comportamental introvertido de Tereza impedia que assim ela também o fizesse, diz que: "é porque eu sou de família japonesa, então pra mim não tinha muita diferença, acho que essa era a parte boa". No Japão, o duplo sentimento, percebe-se como brasileira diante dos japoneses, mas também compartilha da "imagem" de japonesa diante de outros brasileiros. Tereza também recorda que havia diferença de tratamento dado pelos japoneses em relação aos estrangeiros que estavam convivendo na sociedade japonesa. A atitude diante do outro dependia da nacionalidade e origem do imigrante: "É, preconceito tem, acho que principalmente quando não sabe falar o idioma japonês, mas é que nem o pessoal fala se fosse americano ou europeu o tratamento é diferente, mas para todos os outros acho que é pior". Na fala de Tereza, nota-se que o status conferido ao migrante depende do status da imagem que o país dele goza e divulga-se internacionalmente. O imaginário vai além do fator econômico, o "poder simbólico" que a nação abarca em seu capital político e cultural, demonstrado no campo da arte, ciência, tecnologia e outros atributos que conferem a representação de grandeza do povo e país, estende àqueles que transitam globalmente.

Nos primeiros anos do movimento migratório, até meados da década de 1990, a atividade de trabalho dos brasileiros no Japão, em sua grande maioria, era nas fábricas de automóveis, alimentos e eletrônicos. Porém, muitos trabalhavam em pequenas empresas do ramo industrial e, também no comércio, conforme podemos ver com a experiência de Tereza:

> Áureo: Em qual ramo de atividade você trabalhou no Japão?
> Tereza: De noventa, quando eu fui para lá eu fui pra Gifu, em Gifu era fábrica de costura, minha mãe ficou numa fábrica que fazia acho que roupas esportivas para a Nike, essas coisas assim, e eu fiquei numa que era para senhoras então cada uma ficou numa empresa. Depois veio minha tia e ficou junto comigo na mesma empresa, depois eu fui pra Nagano, na segunda vez eu fui para Nagano, lá era peça para indústria de eletrônica, lá eu fiquei pouco tempo, depois eu fui para Kanagawa com meu pai, lá era peça de caminhão da Mitsubishi, depois de lá eu fiquei numa fábrica japonesa (Áureo – trabalho temporário) é, era uma fábrica de peça de borracha, alguma coisa assim, depois eu fui trabalhar numa loja de produtos brasileiros e fiquei até voltar para o Brasil em definitivo.

Semelhante à narrativa de Laura e Kioko, Tereza também diz que recebeu todo suporte necessário quando chegou ao Japão, em 1991. A empreiteira providenciou o transporte e foi buscar no aeroporto para levá-la até o alojamento. Conforme diz: "tinha a casa aonde a gente ia ficar, tinha as coisas dentro da casa, tudo, então não foi muito difícil. O uniforme era a

empresa que dava, então acho que foi melhor por causa disso também, porque já tinha brasileiro lá, então eles ajudavam a gente a se adaptar, não sofria tanto". Tereza conta que sua mãe comunicava com seus irmãos por meio de cartas. Segundo lembra a nikkei: "Ah, em noventa e um, mil novecentos e noventa e um era por carta, eu lembro que minha mãe escrevia para meus irmãos, era carta, às vezes telefonava, mas era mais por carta".

Ao retornar ao Brasil, alguns hábitos foram mantidos por Tereza, que frequentemente faz uso da língua japonesa dentro de casa ou no curso universitário que faz atualmente, bem como esporadicamente quando alguém chama sua atenção para praticar os conhecimentos do idioma. Outra fala interessante está na maneira pela qual se vê a si própria, "ser japonesa" torna-se ambivalente na sociedade nacional, conforme as circunstâncias.

> Áureo: Você tem hábito de falar em língua japonesa dentro de da casa ou em outros espaços?
> Tereza: Só em casa ou talvez na faculdade, mas na faculdade só nas aulas também, não fora.
> Áureo: E aqui no Brasil, você se sente como estrangeira por ser descendente de japonês ou não?
> Tereza: Deixa eu ver, alguns lugares que você vai quando ficam enchendo o saco, quando ficam chamando você de japonesa na rua sabe, daí me irrita esse negocio, mas dependendo assim no ambiente de trabalho ninguém ninguém (riso) incomoda, então eu acho legal, eles usam o fato de eu ser japonesa mais pra citar os lados positivos da descendência, então eu não acho ruim né, mas fora isso acho que.
> Áureo: Mas esse lado positivo você acaba sentindo como um peso da herança identitária da comunidade japonesa?
> Tereza: Não, porque muita gente quer usar o pouco que sabe de japonês comigo, daí eu não acho ruim sabe, porque as vezes fala a pessoa fala certo tudo daí eu acho bom.
> Áureo: E você voltou quando?
> Tereza: Noventa e nove. (Áureo – mil novecentos e noventa e nove) é, acho que sim.
> Áureo: Mas o que motivou a tua volta?
> Tereza: Estudar, quando eu fui pra lá eu estava, deixa eu ver, eu estava estudando no CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica) e, era curso de desenho industrial, parei no quinto período, aí eu queria voltar para estudar, para continuar, daí voltei.

Atualmente, Tereza (2011) tem 39 anos de idade, solteira, trabalha como funcionária pública na cidade de Campo Largo, município da região metropolitana de Curitiba e, estuda no curso de Letras da Universidade Federal do Paraná. Conforme relata, se prepara para prestar outros concursos públicos, em busca de melhores remunerações.

3.1 FRONTEIRAS E PASSAGENS

O ingresso dos nipo-brasileiros em território japonês, na expectativa de atender a mítica ideia de preservação da "homogeneidade cultural japonesa", por parte dos políticos conservadores, não ocorreu conforme o idealizado. Nesse sentido, não basta atravessar as fronteiras físicas, externas, postas pelas barreiras alfandegárias. Conforme Alejandro Grimson[33] (1994, p.14): "A fronteira é um local de encontro na qual se vivenciam relatos geopolíticos e literários, historiográficos e antropológicos. Na fronteira existem várias histórias interconectadas". Ainda segundo o autor:

> Si la frontera es dicotomizada, como uma línea entre el bien y el mal, se confirmaría por outro camino la fuente misma de su poder: el poder de establecer los parámetros del conocimiento. Para ello, no es necesario llegar al simplismo de generar uma oposición entre quienes habitan a uno y otro lado de uma línea. Puede reconocer-se que há habido migraciones y que la gente se desplaza. Por este camino, se supone que la frontera ya no está allí y sus rastros deben ser reconstruídos. Esse supuesto suspenso, de todos modos, anuncia un final conocido: la frontera ya no es material, sino simbólica; ya no es la línea de las aduanas, sino el limite de la identidad.

Desse modo, observa-se que a fronteira já não é material, mas simbólica; e não é a fronteira que separa os grupos sociais, mas o limite da identidade. Se porventura considerarmos que a identidade está no sangue, impregnado em seu ser, quando transita em outros espaços físicos e em diferentes comunidades, se sentirá como forasteiro. Porém, há inúmeras teorias para o conceito de fronteira, mas conforme Scott Michaelsen e David E. Johnson (1994, p.51-52) aborda:

> El secreto, en suma, es la frontera de la identidad, el limite entre lo interno y lo externo, entre el yo y el outro. Pero los secretos, al igual que las lágrimas, esconden sin razón. Como mínimo, los secretos culturales, que siempre son públicos, compartidos com los otros, expuestos entre los otros, entre nosotros y los otros, no preservan ni ocultan nada; no tienen significado.

Pois bem, para abordarmos sobre as experiências das fronteiras e passagens dos dekasseguis brasileiros, escolhemos quatro pessoas da cidade de Ponta Grossa para este momento de escrita e, que foram entrevistadas no ano de 2012. O primeiro dekassegui entrevistado foi Sergio (2012), que não é descendente de japoneses, tem 39 anos de idade e foi ao Japão quando tinha 25 anos, em 1998, com sua companheira Márcia (2012)[34], que junto

---

33 GRIMSON, Alejandro. Disputas sobre las fronteras. Introducción a la edición en espanol. In: **Teoria de la frontera** (los limites de la política cultural), de Scott Michaelsen e David E. Johnson. (1994).

34 O nome da entrevistada será abordado com um nome fictício a fim de resguardar seu anonimato.

ao companheiro também descreveu seu perfil identitário e algumas das experiências vividas no Japão. Sergio conta que “não tinha nada programado para ir prá lá”, quando conheceu Márcia não sabia que ela tinha sido dekassegui, pois ela também não é descendente de japoneses. Porém, sua companheira foi adotada ainda criança e por isso recebeu o nome de família que possibilitou a aquisição do Koseki Tohon para que pudesse migrar quando adolescente. Sergio continua relatando assim: “nós começamos com a amizade, acabamos namorando e certo dia ela me convidou prá eu ir para lá trabalhar, para a gente construir nossa vida e, eu acabei aceitando e fui para lá”.

Ele diz que quando migrou em 1998, exercia o cargo de gerente e administrador de uma empresa em Ponta Grossa, e dessa firma acabou se “desligando, fazendo um acordo na época” para viajar. Ao lembrar-se de sua receptividade junto aos japoneses, revela que os mesmos não o viam como brasileiro e por isso sofreu muito pouco preconceito devido a aparência, do estereótipo físico, conforme relata: ”Na verdade preconceito que eu lembre foi muito pouco, porque pela minha fisionomia muitos deles não me viam como brasileiro, eles achavam que eu era qualquer outra nacionalidade menos brasileira, com o decorrer do tempo que você ia assim conversando e acabava-se descobrindo”. Quando se olha para o Sergio, tem se a impressão diferente de outros brasileiros dekasseguis que migraram ao Japão, porque o mesmo é descendente de alemães, com alta estatura, branco e de fisionomia caucasiana. Porém, para Sergio, o desconhecimento do idioma causava estranhamento, e para superar esta barreira fez como milhares de brasileiros faziam: trabalhava durante o dia e no período da noite procurava estudar e aprender o vocabulário da língua japonesa, para que assim pudesse socializar com a população residente/nativa, conforme recorda:

> Quando eu cheguei lá eu sofri muito foi muito difícil prá mim no começo porque todo... todo estrangeiro que chega em qualquer outro país no começo a primeira dificuldade que ele tem é com o idioma, e eu na verdade só sabia falar muito obrigado e boa noite, bom dia, boa tarde e não sabia mais nada e eu me lembro como se fosse ontem eu e a minha esposa nós fomos no mercado e aquelas pessoas conversando todos ao mesmo tempo naquele idioma diferente e... e assim eu comecei a ficar zonzo sabe, não sabia o que é que estavam falando, me senti um peixe fora d’água (risos), foi bem engraçado e difícil mas com o tempo é...a primeira coisa que eu fiz foi adquirir dois dicionários, um em português e um em japonês e no meu dia a dia as palavras que eu ia ouvindo eu ia marcando numa agendinha e a noite eu traduzia o que queria dizer e depois de longos três anos que eu fui começar a falar e me comunicar com eles.

Quando o Estado japonês permitiu a entrada dos dekasseguis brasileiros para trabalhar naquele país, o serviço geralmente executado era porque os nativos rejeitavam os trabalhos

considerados de baixa qualidade, o chamado serviço sujo, perigoso e penoso, qualificado pelos japoneses como “3Ki” – Kitanai (sujo), Kiken (perigoso) e Kitsui (penoso). No dia a dia para o processo dessas atividades laborais, nas fábricas, os atritos relacionais se concretizaram, o estranhamento dos brasileiros recém-chegados no contato com os compatriotas mais antigos. Sergio diz que a dificuldade não foi com o nativo, mas sim com os próprios brasileiros. Assim recorda:

> Na verdade, no Japão a única dificuldade que eu tive não foi com japonês, foi com brasileiro, porque lá é a lei da selva entre os brasileiros, o mais forte quer derrubar o mais fraco e a gente começou a analisar e ver isso desde o início, que os brasileiros que estavam mais tempo nas fábricas, na questão do zangyo – que seria hora extra, eles sempre queriam ser os privilegiados, estarem fazendo mais horas do que nós, então a dificuldade maior que eu tive de convivência lá foi com os brasileiros e não com os japoneses.

No Japão, corriqueiramente ocorreram múltiplos desentendimentos entre os brasileiros dekasseguis, porém nesta descrição memorial, observa-se naquilo que Norbert Elias (2000, p.21) chamou atenção para o estudo de caso realizado em “uma pequena comunidade batizada com o nome fictício de Winston Parva” - na Inglaterra, em sua obra: “Os estabelecidos e os outsiders”.

> Não havia diferenças de nacionalidades, ascendência étnica, “cor” ou “raça” entre os residentes das duas áreas, e eles tampouco diferiam quanto a seu tipo de ocupação, sua renda e seu nível educacional – em suma, quanto a sua classe social. As duas eram áreas de trabalhadores. A única diferença entre elas era a que foi mencionada: um grupo compunha-se de antigos residentes, instalados na região havia duas ou três gerações, e o outro era formado por recém-chegados.

Se por um lado a condição de ser um recém-chegado causou estranheza e dificuldades de inserção em relação ao próprio grupo migratório, por outro, em relação à gastronomia japonesa, na questão alimentar, Sergio não teve problemas para se acostumar. Hoje, diz que prefere a cozinha oriental, conforme ele menciona: “eu acho uma alimentação mais saudável, eu gostava da comida japonesa, eu prefiro a comida japonesa à comida brasileira hoje, para ser bem franco prá você”. Entre idas e vindas, muitos brasileiros acabaram ficando permanentemente no país de destino (Japão), alguns retornaram (Brasil) e, outros que interromperam a experiência dekassegui por causa da gravidez, conforme relato feito por Laura e agora na experiência do casal Márcia e Sergio. Eles contam que no período em que as torres gêmeas foram derrubadas em Nova York, havia uma crise muito grande no Japão e na época muito brasileiros ficaram desempregados, porém ambos conseguiram superar as dificuldades daquele momento. Mas em 2003, Márcia acabou ficando grávida, e por conta

disso o casal optou por ela vir ao Brasil para o nascimento da filha. Sergio permaneceu por mais quatro meses e retornou para assistir o parto da criança. No fluxo do ir e vir, entre Brasil e Japão, assim abordou:

> Sergio – Foi assim é... nós fomos para lá em 98, no final de 2002 para 2003 a minha esposa retornou sozinha e eu fiquei mais quatro meses, logo após eu vim para assistir o parto da minha filha. Ela teve a minha filha e aí uns seis, uns quatro, cinco meses depois a gente tentou voltar prá lá com a minha filha, mas o cônsul negou o visto dela, aonde eu fui sozinho para tentar fazer um documento lá, para conseguir é...tentar fazer com que o visto dela saísse pelo Japão, não pelo Brasil onde fui infeliz. Não consegui fazer esse documento e aí eu regressei para cá, após essa...essa tentativa. Quando a minha filha estava para completar dois anos, nós a deixamos com a nossa cunhada e retornamos sozinhos para lá, para ficar mais um tempo. Ficamos mais um ano e oito meses, aí voltamos para cá em definitivo, isso foi em 2006 para 2007 quando nós chegamos aqui de uma vez e não voltamos mais para lá.
> Áureo – Mas qual foi a dificuldade para conseguir a documentação para sua filha?
> Sergio – Na verdade assim, no Japão é...você depende muito de um tsuyaku, que é um tradutor, essa pessoa tem que saber ler muito bem e a burocracia dos documentos também é muito grande, você tem que juntar, você tem que se disponibilizar de tempo para estar correndo de um Estado para outro, é... de Consulado, Embaixada e enfim, é...documentação mesmo, eles são muito exigentes também nas documentações.

Ao retornar para o Brasil em 2006, a experiência profissional que Sergio tinha antes de migrar ao Japão, com o aprendizado da língua japonesa, ainda que de modo limitado, fez com que arranjasse emprego em uma empresa comercial automobilística de origem japonesa, quando retornou ao Brasil. Empresa na qual ele trabalha até os dias de hoje. E concomitante às memórias de Sergio, abordaremos também neste momento as experiências de vida no Japão na fala de sua companheira Márcia. Ela fora adotada quando criança e por isso pôde requerer o Koseki Tohon (registro civil japonês) para migrar e trabalhar nas empresas japonesas. Foi em 1992 pela primeira vez e permaneceu por três anos, retornou ao Brasil em 1995. Relata que a experiência que teve no Japão foi positiva, pois aprendeu muito com a educação "deles", e diz que: "diferente de muitos conhecidos que reclamavam de discriminação, que o brasileiro não era respeitado, que era uma máquina de trabalhar, ela não sentiu isso por parte dos japoneses". Márcia recorda que havia uma curiosidade muito grande da parte dos japoneses em relação aos costumes, língua e comida do povo brasileiro. Quando Márcia foi ao Japão da primeira vez, residiu próximo de Tóquio. Em 1998, já casada, foram para Osaka e depois mudaram para Nagóia, todas essas províncias localizadas na Ilha de Honshu, região com acentuada concentração de brasileiros por causa dos conglomerados industriais que se encontram ali instalados. O contato entre pessoas residentes e estrangeiras

existe um sentimento que desperta curiosidade, indiferença ou rejeição, e nessas proximidades, existe a experiência subjetiva de cada um. Para Márcia, “o japonês nativo de lá do Japão, lá eles são muito simpáticos, alegres, trabalhadores, prestativos, depende muito da região também, nós graças a Deus ficamos em regiões que eles estavam acostumados mais com estrangeiros”.

Continuando em sua narrativa, Márcia acredita que a sua convivência na sociedade japonesa foi agradável devido à educação que recebeu de seus pais, pelos conselhos adquiridos “de saber entrar nos lugares e sair”, desse modo, conforme ela diz: “no momento que você vai numa casa dum...dum...digamos no Japão, totalmente diferente do Brasil, costumes, língua, comida e você tenta respeitar a forma deles e tenta acompanhá-los e eles veem esse esforço da tua parte eles vão ter consideração por você e vão te ajudar”. Dos entrevistados para esta pesquisa, o caso de Márcia tem outra peculiaridade com sua experiência, pois a mesma conta que para conseguir ir ao Japão, tinha um empreiteiro de Londrina que era amigo da família, com autorização de seus pais e sob a guarda dele pôde migrar e conseguir trabalho no país de destino. Conforme lembra:

> Áureo – E como foi esse Japão de 1992, como que era?
> Márcia- Ahhh a adaptação? Eu segui sempre essa norma, respeitando então é eles quando veem que você é totalmente inocente e não sabe nada da língua deles, eles se esforçam para que você aprenda, se você se esforça eles te ajudam então cria uma confiança, assim eu fui tratada eu tinha dezesseis anos na época e eles me trataram como uma criança aprendendo a falar, a estudar, ler então toda atenção. O primeiro ano foi difícil eu falava mais em mímica, é eu tentava adivinhar o que eles estavam falando, foi engraçado, mas depois começou a ficar um pouco triste para mim, porque na região que eu fiquei que era Fukutiana, perto do Fuji ali onde tem o Monte Fuji não tinha brasileiros ali, então eu tinha que comunicar de qualquer forma, só em japonês, eles o inglês deles é misturado é japonesado então toda pronúncia puxa para o japonês você não entende, então eu tinha que me virar ,em um ano e meio eu já comecei a me entender mais com eles.

Muitos imigrantes não tinham conhecimento da língua japonesa, o que para uns era visto como dificuldade, para outros como diversão. Márcia lembra que não entendia “nada, nada, nada”, porém isto não foi visto como uma fronteira que causou constrangimento junto aos outros, pelo contrário o estranhamento pelo qual passou tornou-se divertido para interagi-la na diferença, segundo relata: “não sei se é porque a minha pouca idade, inexperiência, assim tudo era um parque de diversões para mim, tudo era brincadeira”. No contato com os familiares, Márcia escrevia cartas conforme costume da mãe de Tereza e, também fazia uso do telefone, como todos os outros entrevistados. Para essas ocasiões, ela conta que fazia sinal

que queria falar com o seu pai, segundo relata: “sempre um japonesinho uma japonesinha me ajudava, ia naqueles kombini (loja de conveniência), comprava e me ensinava como que eu discava para o Brasil, assim por telefone, por carta também, na época não tinha muito computador”. O “japonesinho” e “japonesinha” referem-se aos colegas da firma em que trabalhava. Na maioria das vezes ela ligava do telefone público, mas como diz: “às vezes eu usava do kaisha (firma) também, eles me deixavam usar”.

Márcia também não teve dificuldades em relação a gastronomia do Japão. Desde criança, tinha o hábito de consumir produtos da culinária oriental no Brasil. Outro apontamento que a dekassegui observou foi o aumento exponencial de pessoas que partiram rumo ao Japão ao longo dos anos. Em 1992, quando embarcou, Márcia diz que na aeronave havia somente “três brasileiros” que viajavam e, seis anos mais tarde, em 1998, metade da tripulação era de brasileiros.

> Márcia – Voltei casada, noventa e..em... 98... né amor? 98. Nós casamos em 97 e 98 eu retornei casada. Quando eu fui em 92, no aeroporto, na minha viagem inteira, os voos mesmo fazendo norikai fazendo... é... como fala mesmo... troca de avião, escala de avião é só tinha 3 brasileiros no avião e, quando eu retornei em 98 metade da tripulação era de brasileiros, indo pro Japão para trabalhar.

Esse relato parece estranho pois, conforme alguns pesquisadores, esse ano foi um momento de migração massificada (Sasaki,1998; Higuchi, 2004). No entanto, pode ser que muitos dos que viajavam não eram “percebidos” como brasileiros pela fisionomia. Nos dias atuais, Márcia também trabalha na área comercial na cidade de Ponta Grossa. Ambos, ela e o companheiro alegaram que não pretendem voltar ao Japão para trabalhar, salvo exceção, como disseram, trabalhariam como missionários, desde que: “se fosse da vontade de Deus“, pois os mesmos tornaram-se evangélicos quando lá estavam, e assim, atenderiam o “chamado divino”.

Outra entrevista realizada em Ponta Grossa também foi de um casal, Pedro e Fernanda (2012)[35], que na expectativa de voltarem ao Japão, aguardavam os seis meses de crescimento da filha para que a família pudesse embarcar rumo às terras japonesas. Pedro foi pela primeira vez em 1997, tinha na época dezenove anos de idade e era estudante, porém auxiliava no trabalho do pai, conforme recorda: “ajudei meu pai durante dois anos aqui na plantação de yasai (verdura, hortaliça), depois eu decidi caminhar prá frente, lá para o Japão, sem

35 O nome dos entrevistados será abordado com nomes fictícios a fim de resguardar o anonimato.

interferência do meu pai e da minha mãe, foi decisão minha mesmo". A chácara em que ele trabalhou situa-se no município de Ponta Grossa, área de perímetro urbano. Ele é nissei e diz que o motivo que o levou a migrar foi por duas razões: Primeiro, de ver as dificuldades que os pais passavam e, ele, por ser o filho mais velho, achava-se na obrigação de ajudá-los. E segundo, a dificuldade para estudar, assim relata: "eu sou o filho mais velho, como eu vi que não tinha como eu estudar, eu prestei cheguei a fazer o vestibular, não passei para agronomia, parei e pensei em tanta dificuldade que meu pai e minha mãe estavam passando que decidi ir, como filho mais velho". A ideia do filho primogênito que co-responsabiliza com os pais das incumbências domésticas e empreendimento de recursos para que um ou mais membros da família pudesse dar continuidade na educação formal se verifica como conduta do pensamento educacional de muitos imigrantes japoneses. Ainda que não comumente, um sentimento que partilha as gerações ao longo das décadas. Na ocasião em que a entrevista foi realizada, em fevereiro de 2012, ao fazer um balanço dos anos trabalhado no Japão, Pedro mostrou a sensação de dever cumprido e nos "bons frutos" dos esforços empreendidos por causa do movimento migratório. Pois como complementa em sua fala:

> A intenção em primeiro lugar foi de ajudar meu pai e minha mãe, minha irmã e meu irmão. Hoje em dia está todo mundo formado, graças a Deus. Meu pai e minha mãe tem a casinha deles, o carrinho também. Só pensar na minha pessoa agora, a partir de agora tem que pensar na minha esposa e nos meus filhos. No meu pai, no meu irmão, na minha irmã eu fiz a obrigação.

Para arranjar trabalho no Japão, Pedro relata que contou com a ajuda de uma tia que trabalhava em uma empreiteira. Assim diz: "Bom, trabalho eu arrumei devido a minha tia, minha tia trabalhava nessa empreiteira Hental, ela trabalhava e arrumou serviço para mim". Para Pedro, uma das etapas de ajuda consistiu no "facilitamento" da entrevista para conseguir o emprego, pois se lembra daquele momento assim: "como a gente era novo e a entrevista para mim, no meu caso foi entrevista, bem como que fala? bem bobinha. Eu passei, passei nessa entrevista, as perguntas bem simples, aí me contrataram, nessa empresa eu fiquei durante nove anos". O serviço que Pedro desempenhava na firma "era dar o banho de cobre" nas placas eletrônicas dos "playstations", que eram destinadas para a Sony. Nessa empresa, Pedro lembra que havia em torno de quarenta a cinquenta brasileiros na fábrica e não havia outros estrangeiros, somente japoneses e brasileiros. E no contato com os nativos, a amizade extrapolava o espaço de trabalho, assim recorda: "No meu caso eu sempre me dei bem, graças a Deus. Comunicando mal ou bem, tanto da parte deles tanto da minha parte, a gente procurava conversar, manter contato, tanto dentro como fora do Kaisha (firma), a gente se

virava". Pedro diz que a não compreender a língua japonesa foi uma das dificuldades por qual passou, mas recebeu ajuda de parentes e amigos. "O não saber foi difícil, mas como tinha amigos e alguns anos depois meu tio também entrou nessa mesma fábrica, o meu tio, os meus amigos me ajudaram bastante". Como muitos dekasseguis, Pedro também se configura no rol do grupo migrante que apresenta dificuldades em relação à língua japonesa.

> Áureo – Você sabia falar a língua japonesa?
> Pedro – Não, não, naaãão, até hoje, a gente se vira. Não sou fluente não...bem, falo bem hetakusô (falta de habilidade para se comunicar).
> Pedro- É mais conversação, é mais o hanashi (fala).
> Fernanda – Ah! Hiragana e Katakana.
> Pedro – Ah hiragana e katakana, alguns kanjis, itchi, ni, san assim dá prá ler

Conforme descrição da profª Keiko Fujisawa, da Seção de Português da Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio, no dicionário japonês-português de Noemia Hinata (1992, p.556), diz que a "origem" da língua japonesa é até hoje desconhecida. "Sabe-se que apresenta traços de parentesco com a língua coreana, mas sem constituir com esta uma única família. Assim ela forma, com o ryuukyuu (língua nativa da atual província de Okinawa), uma família denominada japonesa". Segundo Fujisawa "a língua japonesa é grafada através de três variedades de símbolos gráficos (letras): kanji (ideograma) e duas variedades de kana (fonograma), podendo estes aparecer mescladamente em uma única oração, obedecendo a normas de emprego de cada um". O kanji são ideogramas de origem chinesa, "que representa diretamente uma ideia, ou seja, é provida de significado". O kana (fonograma) divide-se em duas categorias: hiragana e katakana. Ainda segundo Fujisawa (1992, p.558): hiragana "é a variedade de kana criada através da deformação de certos kanjis, e é empregado na grafia de quase todos os elementos da língua japonesa, exceto os de origem estrangeira que não a chinesa, inclusive servindo de auxiliar na leitura de kanji, sempre que se fizer necessário". E para compreendermos a segunda categoria (idem) conforme descreve a professora: "katakana é a variedade de kana criada pela extração de uma parte do kanji e é utilizada quase que exclusivamente na grafia de vocábulos de origem estrangeira (inclusive nomes próprios), exceto chinesa, e de onomatopeias (imitação dos sons naturais)". Muitos brasileiros que migraram apresentaram falta de habilidade para conversar, ler e escrever, principalmente à compreensão dos kanjis. Assim, muitos acabaram apropriando parcialmente do aprendizado da língua japonesa. Fabio Y. Hirano (2008, p. 88) menciona sobre o resultado de uma pesquisa amostral feita com dekasseguis "Retornados e Ausentes" da cidade de Maringá, do ano de 2001:

> Com relação ao domínio do idioma, cerca de 70,0% dos migrantes Retornados e Ausentes declaram não ter conhecimento sobre a língua japonesa. Os 30,0% restantes afirmaram que possuíam um bom e excelente conhecimento do idioma. Embora todos sejam nikkeys, descendentes de japoneses, é bom lembrar que a grande maioria dos Dekasseguis são pessoas de segunda e terceira geração e até de quarta, que estão cada vez mais distantes da cultura japonesa, seja pelo fato da miscigenação, ou do modo de vida nos grandes centros urbanos.

Mesmo para muitos migrantes que apontam conhecimento fluente no idioma, percebe-se a falta de domínio, o que causa espanto por aqueles que esperam uma intermediação e compreensão de um diálogo diante dos japoneses. Pedro conta que em determinada ocasião levou o tio para que ele pudesse traduzir a conversa feita em um exame médico, porém os códigos linguísticos não ficaram totalmente esclarecidos para o entendimento:

> Pedro – Hum... em termos de saúde, de médico, você vai no médico, você não domina a língua japonesa, você vai lá, se o japonês tenta passar para você ou até mesmo o tradutor, você não sabe se ele tá falando a verdade ou mentira . Até o meu tio mesmo, que fala nihongô (língua japonesa) fluente, o nihongô dele é bem fluente, até ele ficou em dúvida, ele achava que estava escondendo alguma coisa em relação a minha saúde.

Mas além das fronteiras em compreender a língua, outras permanecem latente na alma do migrante, ao retornar à terra de partida. Essa sensação de sempre estar fora do lugar, ocorreu para muitos que transitaram intercontinentalmente no processo migratório, o estranhamento do "entre-lugares". Cuja percepção acontece duplamente: quando chega ao país de destino e, também quando retorna à terra de partida. O sentimento de não pertencer mais a comunidade, e o desejo de sempre querer voltar para a outra, sem saber ao certo qual, pois se imagina que "lá está melhor do que aqui".

> Pedro – Agora como a gente viveu muito tempo lá, até quando ia num... por exemplo, no boliche aqui, eu achava estranho, todo mundo falando em português, eu até comentava, ué todo mundo está falando em português, eu achava meio estranho, até cheguei a comentar com o namorado da minha irmã, falei esquisito para mim toda hora estava falando em japonês, em nihongô, aí de repente todo mundo fala em português, aí você tem que parar para pensar, até para falar.
> Áureo – Qual sua perspectiva de futuro, de exercer alguma profissão, aqui ou lá?
> Pedro – Hum... que nem agora, acho que eu vou tentar buscar falar um nihongo (língua japonesa) mais fluente, para quando eu voltar com certa idade procurar entrar numa fábrica japonesa aqui. Eu acho que ainda tem campo aqui, tem conhecidos meus aqui que falam nihongô fluente, lê e escrevem, que retornaram e que ganham uma renda mais ou menos rentável prá sobreviver. Eu vou tentar nessa... nessa minha... creio se Deus quiser nesse meu último retorno, isso para mim, vou buscar isso para mim, para minha família.

Para ele a alimentação não causou estranhamento, pois “desde pequeno já era acostumado, normal, tranquilo”, conforme diz. Com o passar dos anos, tirou a carteira de motorista no Japão, porém nunca comprou um veículo para usar e, como menciona: “para se locomover lá, era só na base da bicicleta. Durante os nove anos que fiquei lá”.

Sua companheira Fernanda foi em 2001, é sansei e na época tinha dezoito anos de idade, solteira e estudante. Fernanda e Pedro se conheceram no Japão e juntos retornaram ao Brasil em 2006. Naquele ano também oficializaram a união civil e, no ano seguinte, voltaram para Osaka. O casal tem um filho de quatro anos de idade e conforme dizem, não “fala nada porque só estudou em escola brasileira”. Do mesmo modo que Pedro, ela lembra que foi trabalhar com os tios e também não sabia nada da língua japonesa, mesmo assim, os tios conseguiram arrumar um serviço. Ela também relata que a ida ao Japão foi porque a mãe e o pai viviam numa situação difícil, e para ajudá-los, ficou trabalhando por quatro anos. O pai de Fernanda voltou há dois anos e reside atualmente em Sertãozinho, cidade localizada no interior do Estado de São Paulo. Pedro e Fernanda acreditam que a falta de conhecimento do idioma e a idade avançada (sessenta anos) foram às dificuldades para arranjar emprego e, por isso o retorno dele. Fernanda assim diz: “idade, ele estava bem velho, não tava conseguindo serviço fácil, ele estava com sessenta, então é isso né”. A mãe continua trabalhando no Japão. Para Fernanda, a alimentação no começo foi complicada, “tive que me adaptar aos poucos, mas no começo foi difícil, até hoje eu não como tudo, sorte nossa que lá em Yamanashi onde a gente morava tem bastante mercado brasileiro, aí a gente comprava tudo, grande parte da mercadoria a gente comprava no mercado brasileiro”. Ao comparar os últimos anos vividos no Japão, em relação a 2001, recorda “que hoje em dia está mais fácil, pode-se comprar on-line também, vem tudo na casa, na porta da casa, está bem mais fácil de viver lá”. Fernanda diz que atualmente entende “o suficiente” da língua japonesa e, com o nível de conhecimento pode arranjar trabalho por lá. Lembra-se desse modo: “eu acho que para mim é melhor lá do que aqui, acostumei mais lá, acho mais fácil levar a vida lá”. O melhor para a dekassegui refere-se “a parte financeira, dá prá gente se virar melhor do que aqui, a gente tá achando o custo de vida aqui muito alto, muito caro o padrão de vida aqui e acho que é bem inferior ao Japão”. Fernanda pretende voltar e trabalhar por mais cinco anos, fazer cursos e posteriormente retornar ao Brasil, conforme diz:

> Áureo – Como vocês disseram, pensam em voltar daqui a cinco anos, mas como inserir depois no mercado de trabalho, aqui no Brasil?
> Fernanda – Então, eu penso na verdade em fazer cursos lá, porque lá também tem cursos prá gente fazer eu vou tá meio que preparada aqui no Brasil,

> vamos ver como que vai ficar e, voltar e tentar conseguir alguma coisa, porque a gente vai estar meio velha também.

Atualmente, Pedro e sua companheira Fernanda residem em Ponta Grossa, Paraná. Disseram que quando a filha completasse seis meses de vida, iriam comprar as passagens aéreas para voltarem ao Japão e, segundo expectativas de planejamento, retornarem em definitivo ao Brasil daqui a cinco anos.

3.2 FACILIDADES E DIFICULDADES DE INSERIR-SE SOCIALMENTE

O movimento de saída do Brasil pelos dekasseguis brasileiros para o Japão faz parte da História do Tempo Presente, cujo processo está num '*continuum*' acontecer da mundialização. Segundo Néstor Garcia Canclini (2007, p.30) "A época globalizada é esta em que, além de nos relacionarmos efetivamente com muitas sociedades, podemos situar nossa fantasia em múltiplos cenários ao mesmo tempo". Junto aos outros grupos migratórios presentes na sociedade japonesa, uma das estratégias usadas por muitos brasileiros para demonstração identitária estava na vestimenta, que no uso de um artefato pressupunha o imaginário de pertencimento a uma comunidade, na mítica imagem de brasilidade. O historiador Jeffrey Lesser (2001, p.297) descreve que no Japão, o papel do dekassegui "é fornecer mão-de-obra temporária e nada mais. Essa situação faz que muitos nikkeis se tornem brasileiros pela primeira vez". E na busca de um referencial simbólico, Lesser (2001, p.297-298) menciona sobre a "negociação da identidade", em que: "padrões culturais, tais como usar jeans Zoomp, de fabricação brasileira, e não calças Levi's, são muitas vezes usados para exprimir identidade". Nesse sentido, as representações pelo uso de determinadas marcas conferiam uma suposta legitimação identitária por meio da qual o migrante exibia-se diante das outras pessoas de acordo com as possibilidades que tinha do poder de compra. Essa constatação corrobora naquilo que Tereza menciona acerca do hábito de se vestir do brasileiro na época em que ela esteve no Japão. "O brasileiro lá é jeans, você poderia reconhecer ele pela roupa, mas mais pelo jeans".

> Áureo: Que tipo de jeans, você poderia especificar?
> Tereza: É que o jeans do brasileiro é diferente, você vê no modelo que o japonês usa e o brasileiro, na época que eu fui pra lá tinha o bag, calça bag, e pela modelagem porque a modelagem brasileira é mais justa, dos japoneses o modelo é diferente, você vê assim.
> Áureo: Mas alguma marca especifica ou não?

> Tereza: Marca não dá pra dizer né, a não ser que estivesse aparecendo, mas como eu trabalhei naquela loja de produtos brasileiros, tinha da Zoomp na época, M. Officer essas marcas assim sabe.

A aquisição de produtos de fabricação brasileira pelo dekassegui para exibição da vestimenta na sociedade japonesa demonstrava a hipotética religação simbólica com o país de origem pelo artefato têxtil, além de que, objetivava-se com o uso da calça a "modelagem" do corpo de quem a usasse. Mas a apropriação vai além do mencionado, segundo Sandra Jatahy Pesavento (1995, p.18) chama a atenção sobre o jogo de representação na fala de Chartier:

> Para Roger Chartier não é possível entender uma história cultural desconectada de uma história social, posto que as representações são produzidas a partir de papéis sociais. Assim como Darnton, Chartier entende que não há real oposição – ou oposição antitética – entre mundo real e mundo imaginário. O discurso e a imagem, mais do que meros reflexos estáticos da realidade social, podem vir a ser instrumentos de constituição de poder e transformação da realidade.

Dando continuidade, Pesavento (1995, p.18) aponta também que para Bourdieu, "a instância das representações é, em si, um campo de manifestação de lutas sociais e de um jogo de poder". A intenção de usar o artefato para que outros pudessem diferenciá-lo visualmente, induz à invenção estereotipada de sensualidade da "mulher brasileira". O representar nesse sentido não estava direcionado somente a outro grupo étnico-cultural, mas também no interior da própria comunidade, cujo sentimento não era somente de ser diferente, mas proeminente. Além das mulheres muitos homens também queriam se distinguir dos demais. Cabe lembrar que a procura desta vestimenta era comumente para o público mais jovem, pois conforme Kioko, "usava sempre as roupas de lá". Nesse sentido, o migrante que transita para outros espaços distantes da comunidade de partida, carrega bem mais que um acessório material, mas sim, uma ideia abstrata que miticamente confere uma suposta identificação nacional e, busca distinção no interior dessa mesma comunidade, ao menos, no seu modo de pensar e se vestir.

Diante do exposto, a pertinência do trabalho de Nestor Garcia Canclini (1995, p.60), que discute sobre o que "significa consumir? Qual é a razão – para os produtores e para os consumidores – que faz o consumo se expandir e se renovar incessantemente?" Partindo de uma definição, o autor (1995, p.60) propõe que "o consumo é o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos". Nessa linha de raciocínio, o consumo extrapola a compreensão da "racionalidade econômica" e agrega a lógica do "signo de status", que vai além da necessidade do vestir. O brasileiro ao ocupar e compartilhar dos espaços públicos com outros grupos migrantes dekasseguis, provenientes do

Peru, Argentina, Bolívia, Paraguai entre outros, buscava uma distinção social que o caracterizasse como dekassegui brasileiro. Canclini (1995, p.61) diz que "a lógica que rege a apropriação dos bens como objetos de distinção não é a da satisfação de necessidades, mas sim a da escassez desses bens e da impossibilidade de que outros os possuam". Evidente que o mercado disponibiliza uma quantidade de produtos na busca de lucro, porém há um valor acima da média de certos artefatos em relação a produtos similares, além de que caso um dekassegui argentino, paraguaio ou outro qualquer entrasse para obter uma específica marca de fabricação brasileira, deixava a sua própria "imagem" marginalizada, ao menos imaginariamente. Essa percepção mencionada porque em uma das empresas na qual trabalhei, havia um dekassegui de origem peruana que usava somente roupas de fabricação brasileira, falava em língua portuguesa, com leve sotaque "castelhano" e convivia somente com brasileiros, também residia em um prédio destinado para dekasseguis brasileiros. Curiosamente, o mesmo não interagia com os peruanos, que também trabalhavam nessa empresa.

Portanto, entende-se que os significados simbólicos são representados culturalmente por determinados usos materiais. E se nos espaços públicos um grupo ostentava-se diante do outro com o uso de roupas, também houve artefatos mais discretos que foram incorporados nesse processo de movimento social, dentre os quais, os bens eletroeletrônicos disponibilizados pelo avanço da tecnologia, para o conforto daqueles que tiveram acesso aos bens duráveis oferecidos pelo mercado.

Desde a ida de brasileiros para o Japão, dentre os diversos objetos adquiridos um artefato em especial merece atenção, a *suihanki*[36], a panela elétrica de cozinhar arroz. O cereal se configura como o principal alimento nas refeições cotidianas do povo japonês, e do mesmo modo da relevância alimentar no Japão, o arroz também compartilha de status equivalente à mesa brasileira, na conhecida dupla do arroz com feijão. Nesse aspecto, o contato gastronômico torna-se junto à linguagem como um dos principais choques culturais a serem superados pelo estrangeiro, evidente que sem generalizar as diversas experiências vivenciadas, pois muitos brasileiros não passaram por dificuldades em adaptar-se a alimentação no Japão porque já tinham o hábito de consumir produtos de origem japonesa no Brasil e outros que não estranharam, conforme relato do dekassegui Sergio.

36 A panela também é conhecida como denki-nabe; denki (elétrica) – nabe (panela).

Pois bem, cozinhar com a panela elétrica não exige habilidade gastronômica, pois basta colocar a quantidade de arroz e água previamente demarcada, em cujo interior do objeto assinala a medida necessária. O desenvolvimento técnico para uso da panela elétrica começou na Era Taisho[37] (1912-1926), logo após a vinda dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil. Em 1945, a Companhia Mitsubishi[38] disponibilizou o artefato para uso doméstico, cujo produto tinha na parte interna alumínio e uma bobina para aquecer a água, porém, exigia-se uma constante atenção, pois a panela não desligava automaticamente. No ano de 1956, a empresa Toshiba também produziu uma panela elétrica para uso doméstico, porém a companhia introduzira um termostato bimetálico que após o cozimento do cereal, desligava automaticamente a panela. Na metade da década de 1960, a empresa Zojirushi desenvolveu e começou a comercializar panelas que mantinham o arroz aquecido por longas horas. Com esse avanço, que além de satisfazer a exigência do paladar dos consumidores, tinha-se a vantagem de evitar o desenvolvimento do "bacillus cereus", que causava intoxicação alimentar. No final de meados dos anos de 1980, concomitantemente à chegada em massa dos brasileiros no território japonês, a empresa Matsushita (Panasonic) desenvolveu o sistema IH, isto é, o metal do interior da panela era aquecido por corrente elétrica, o qual cozinhava o arroz uniformemente, mantendo qualitativamente melhor o produto final para consumo.

A utilização deste objeto facilitou significativamente a vida e o conforto das pessoas, principalmente na praticidade que tem para o preparo diário da alimentação. Raramente quem vive no Japão não faça uso deste objeto, acessório que faz parte dos utensílios domésticos. Pois o artefato possibilita deixar parte da refeição preparada para que seja consumido em outro momento, depois de um dia de trabalho. Assim, "o inventar novas necessidades" fez deste objeto essencialmente indispensável para o ingresso e convívio aos confortos dos produtos de bens duráveis. No Brasil, o objeto foi trazido principalmente com a vinda dos retornados, e por sua praticidade, incorporado nas casas das famílias de origem japonesa e de outras pessoas que teve contato com pessoas que foram ao Japão. Desse modo, o artefato *suihanki* é um dos produtos socializados pelo processo do movimento dekassegui, cujo objeto muitas vezes passa despercebido e ocupa um discreto lugar em um canto qualquer da casa. Percebe-se também que muitos dos migrantes retornados ainda fazem uso do artefato no

---

37 Era dinástica que iniciou em 1912 e foi até 1925 do século XX. Taisho era filho do Imperador Meiji, e neste período compreendido, houve a I Guerra Mundial e o terremoto (1923) que abalou a cidade de Tóquio. Fonte: Revista Japão a terra do sol nascente. São Paulo, n. 1, p. 12-19, s/d.

38 Tracing The History Of The Rice Cooker. Disponível em: http://www.ricecookerfetish.com/2011/04/the-history-of-the-rice-cooker/. Acessado em: 04/08/2011.

Brasil e mantém o hábito de se comunicar em língua japonesa nos espaços privados, conforme exemplo de Laura:

> Áureo: Mas em relação ao consumo você mantém algum hábito, por exemplo, (Laura – de comida japonesa?) gastronomia, algum utensílio que você trouxe?
> Laura: Ah, eu uso minha panela sempre uso, eu adoro a culinária japonesa, fazia parte da minha vida, não tem o que falar, então continuo meu marido também gosta, mas eu adoro comida brasileira, adoro uma feijoada, adoro comida de brasileiro, mas eu continuo, eu mantenho as tradições, eu procuro é... o meu filho hoje ele está com treze anos faz quatorze anos em outubro que eu voltei do Japão e eu falo em japonês com ele em casa.

Muitos outros objetos foram levados e trazidos pelos que migraram ao Japão, porém optamos por descrever um objeto de uso pessoal, a calça que se fez de "signo" para uso em espaços públicos e, outro objeto que desapercebidamente e discretamente entrou no cotidiano da vida de muitos brasileiros a partir do movimento sociocultural dos dekasseguis brasileiros. Entretanto, além de um artefato material, todos carregam em suas memórias as lembranças do vivido, que por razões de crise econômica ou outras experiências subjetivas interromperam a estadia no país de destino. Kioko lembra que muitos retornaram em 2008, conforme recorda: "Ah, foi àquela crise que teve acho dos Estados Unidos, aí começou bastante gente vir embora". Do lugar onde morava, Kioko conta que retornaram muitos dekasseguis, "principalmente gente com criança". E muitos brasileiros receberam a "ajuda do Governo japonês". Ela menciona que não quis o dinheiro "porque ainda estava bem empregada lá na granja, aí a ajuda acabou acho que foi em abril de 2010, em 2009 foi o corte do pessoal, aí vim embora, 2009".

Tereza, conforme mencionado anteriormente, retornou do Japão em 1999, quando teve a experiência como dekassegui, anos depois voltou para estudar, entre 2002 a 2003, momento em que foi para fazer "intercâmbio em uma universidade". Para ela, não percebeu um movimento em grande escala de retorno dos brasileiros, conforme lembra: "eu não percebi muito porque toda vez tinha gente indo e gente voltando e quando eu voltei, eu voltei sozinha, para mim eu acho que a época que eu voltei não era a época que todo mundo queria voltar, então não sei". Nesse sentido, observa-se que os dois exemplos mostram claramente as razões que fazem com que se retorne à terra de partida, pessoas atingidas por uma crise econômica em um planeta mundializado, bem como pessoas que optaram por algumas particularidades pessoais, conforme Tereza destaca: "Para voltar a estudar".

A reflexão sobre as experiências vivenciadas no retorno ao Brasil foi encorpada por depoimentos de dois emigrantes da cidade de Ponta Grossa, Rodrigo e Lázaro e de duas irmãs consanguíneas, Cláudia e Patrícia que residem no município de Londrina, localizado no norte do Paraná. As quatro pessoas mencionadas são nikkeis (descendentes de japoneses). Porém, articularemos as falas dos quatro dekasseguis com os outros que já foram mencionados anteriormente e bibliografias pertinentes aos temas relatados a fim de obter um maior enriquecimento e, melhor compreensão do processo histórico.

Semelhante a fala de Tereza quando relatou sobre a razão que motivou o retorno ao Brasil, Rodrigo também lembra assim: "retornei do Japão a mais ou menos 13 anos, desde então, tive possibilidade de fazer uma universidade, a realizar o sonho de pagar uma universidade e trabalhar na área que eu mais admiro que é o cultivo de peixes". Rodrigo reside na cidade de Ponta Grossa, tem 40 anos de idade, graduado no curso de biologia e especialista em cultivo de peixes (psicultura). Foi ao Japão em 1991, para a região de Aichi-Ken, na cidade de Kotacho pela primeira vez e retornou ao Brasil em 1993. Conta que descansou por dois meses e voltou novamente ao país de destino, no lugar em que estivera anteriormente e somente retornou em definitivo no ano de 1999, totalizando 8 anos em que ficou fora do Brasil. Ao emigrar em 1991, Rodrigo narra que no início a dificuldade era muito grande por não saber o idioma, porém "existia na época pessoas, brasileiros, no caso, que já dominavam o idioma, que eram os tradutores e assim com um intérprete na empresa, e claro que depois com o passar do tempo você vai estudando e vai é...de certa forma se virando por conta". Porém, ele lembra que nunca sofreu preconceito por não saber o idioma, mas como recorda:

> Nesse ponto acredito que eu levei a maior sorte, porque um dos parâmetros que eu analisei e observei lá era a questão de trabalho, como o brasileiro ele tinha de certa forma por obrigação trabalhar bem e eu tive uma felicidade de ter uma aptidão boa para o trabalho que eu fazia, eu não tive esse problema, e mesmo porque eu me esforcei para aprender o idioma, foi o que eu consegui a confiança dos meus chefes japoneses.

Ele diz que hoje "consegue dominar o básico, apesar de ter esquecido muitas palavras e frases" da língua japonesa porque já se passaram 13 anos que retornou e não tem o hábito de se comunicar com outras pessoas na sociedade brasileira. No Japão, Rodrigo trabalhou em uma empresa que fabricava peças para automóveis e o serviço era com "solda mig, acetileno e ponteadeira", conforme diz.

Ao retornar à cidade de Ponta Grossa, observou que muitos estão vindo para trabalhar no Brasil, e diz que a chegada de estrangeiros (haitianos, chineses e europeus) a procura de trabalho, o surpreende, “isso dá uma visão, até positiva da expectativa econômica do país que nós vivemos que é o Brasil, é uma melhoria econômica é qualidade de vida que tá melhorando, claro que muita coisa deixa a desejar ainda, mas eu acho que é um ponto positivo para a nossa nação”. Para Rodrigo, além do fator econômico, tem-se uma melhoria da “capacidade técnica profissional, existe o aquecimento do mercado de trabalho e da valorização do profissional”.

Apesar de o país vivenciar um momento de crescimento econômico e uma dinamização social bastante diferente daqueles anos em início de 1990, Rodrigo diz que a maior dificuldade do dekassegui retornado é a falta de “horizontes de expectativas”. Conforme aborda: “na verdade o choque é....o choque seria um renascimento. Porque quando o dekassegui retorna acha que normalmente não tem perspectiva de trabalho e de futuro. Acho que essa é a maior dúvida que fica para quem retorna”. Para ele um dos pontos positivos que aprendeu dos anos vividos no Japão e que foram pertinentes para o processo de reinserção social no Brasil foi a “disciplina, respeito e trabalho”. Pois assim, segundo pensa, pôde concluir o curso universitário e exercer o ofício no tempo presente, isto é, cultivo de peixes e assessoria técnica para outros cultivadores na região do município de Ponta Grossa. Os recursos angariados pelo período trabalhado no Japão também sinaliza com “bons ventos” para Rodrigo, pois ele comprou alguns lotes no perímetro urbano e com o processo de urbanização e verticalização que ocorre atualmente na cidade, vivencia uma expectativa por dias melhores.

Outro brasileiro que narra suas experiências de Japão e o processo de retorno ao Brasil foi Lázaro, nissei e hoje com 53 anos de idade. Emigrou em 1990, e conforme lembra: “só que eu fiquei um ano e retornei a primeira vez, eu fui várias vezes e eu ia e ficava um ano e meio, vinha para cá e ficava até gastar o dinheiro e voltava e assim, acho que deu umas cinco vezes mais ou menos, a última vez foi agora em 1999 que eu retornei daí eu já não fui mais”. Para ele as constantes vindas ao Brasil se deram por causa da passagem de volta que era comprada no momento de sair do país e a saudade que sentia da família, conforme recorda: “Eu, como eu comprei passagem de ida e volta, eu quis aproveitar a volta. É que a gente não tem experiência, e acha que está lucrando, mas na verdade não está, e aí a saudade também da família”. No Brasil, antes de embarcar rumo ao Japão, ele trabalhava no comércio com “frutas e verduras” na cidade de Ponta Grossa, mas conta que o pai faliu e assim, “arrumou uns

serviços aqui, outro ali", até que foi para São Paulo, de lá migrou para trabalhar como dekassegui. Deixou a família, esposa e filho, conforme conta porque era muito "caro a moradia lá", referindo-se a vida na capital paulista. No Japão, menciona que trabalhou em Shizuoka, na região de Aichi-Ken, Hiogo–Ken e, nos últimos anos em que lá esteve, novamente em Shizuoka, perto de Hamamatsu (cidade com grande concentração de brasileiros).

Lázaro também se enquadra como outro brasileiro que não tinha conhecimento do idioma do país de destino, conforme Rodrigo, Sérgio, Márcia, Pedro e Fernanda. Atualmente diz que sabe o mínimo, em torno de "uns 30 por cento, 40, no máximo, o básico". O pensamento de se estar temporariamente no Japão, de dekassegui, fez com que muitos não aprendessem o idioma fluentemente. Acreditar ou pressupor de que em breve retornaria ao país de partida protelava-se o aprendizado e a compreensão do idioma japonês. Assim, o estranhamento ao país de destino aumentava por não conseguir decifrar os códigos da linguagem, cuja aproximação de pertencimento junto à sociedade de destino afastava-o ainda mais e vivenciava o estigma de estrangeiro, independente de ser nissei ou sansei. Conforme Lázaro menciona, os japoneses tratavam as pessoas de fora um pouco diferente: "mais frio, porque...é que para eles é gaijin, o que eles falam, independente de ser nissei ou sansei, ou, brasileiro que é casado com descendente, para eles é gaijin, não trata como se fosse japonês de lá mesmo que é nascido e criado lá, eles tratam diferente". O pensamento de estar somente em trânsito acrescido pelas longas horas de trabalho dificultava a aprendizagem do idioma. Entretanto, a discriminação em relação ao outro – "gaijin (estrangeiro)", também não ocorre somente pela falta de compreensão do idioma, mas pelo serviço que desempenha. Quando o Estado japonês permitiu a entrada dos dekasseguis brasileiros para trabalhar naquele país, o serviço geralmente executado era porque os nativos rejeitavam os trabalhos considerados de baixa qualidade, qualificado pelos japoneses como "3Ki" – Kitanai (sujo), Kiken (perigoso) e Kitsui (penoso).

Da primeira vez que esteve no Japão, o dekassegui Lázaro se lembra das experiências de trabalho assim:

> Olha, a primeira vez eu fui trabalhar com fundição. Só que quando eu fui eu não sabia. Aqui falaram que..., lá em São Paulo que eu contatei tudo por lá, falaram que era para trabalhar com aparelho eletrônico, ar condicionado. Aí chegou lá e não era nada disso, era fundição. Daí a gente inexperiente, quer trabalhar logo, com dívida de passagem, aí eu trabalhei e fiquei só 3 meses. Era muito sujo, muito pesado. Tão pesado não era, mas era muito sujo, muito pó, sabe. Muito quente também. Eu vi que ia começar a prejudicar a saúde e

> eu pedi pra mudar. Dai me mudaram para peça de ar condicionado, que era pra ser isso realmente. Aí eu fiquei até dar 1 ano, até dar o prazo da passagem de volta. Daí voltei.

O migrante diz que: "até que foi bom lá. Ganhar dinheiro eu não ganhei muito não. Mas, se eu tivesse ficado direto, todo esse tempo lá, tinha ganhado, mas esse vai e volta, gasta muito, muito gasto de passagem e daí fica aqui e gasta tudo e volta, muita gente fazia assim na época". Buscar trabalho em um país estrangeiro, com cultura e modos de vida extremamente estranho aos hábitos anteriores, fez com que muitos migrantes tivessem experiências peculiares e adversas, ainda que em certos momentos transitassem sem saber da historicidade que envolve tal comunidade. Em uma das idas de Lázaro ao Japão, ele conta que foi para a Província de Hiogo-ken, trabalhar com curtume.

> Porque lá nessa região onde eu estava, era só curtume. Tinha bastante, acho que... tinha na região lá, onde é tudo feito lá é só nessa região. Então eu convivia no meio ali e vivia ali porque o alojamento era junto dali, sabe. Era uma vila, tipo uma vila ali e era só curtume, né. E outra eu não tinha contato com a japonesada. Eu não sabia falar muita coisa, então, não sei como eles achavam do serviço. Mas segundo o chefe geral, acho que tinha um pouco de discriminação entre eles, porque era serviço sujo e mau cheiro. Muito rato também.

Historicamente, na sociedade japonesa, a discriminação às pessoas que realizam determinados tipos de trabalho vem de longa data. Em sua tese de doutorado em Ciências Sociais, Elisa Massae Sasaki (2009, p.195) diz: "Assim, as pessoas que trabalhavam em curtume e/ou lidavam com couro animal foram chamadas de "eta" 穢多[os poluídos] ou "hinin" 非人 [não-humano]." Essas pessoas discriminadas ao longo dos séculos ficaram conhecidas como burakumin e, consideradas como os "párias" e "intocáveis" no imaginário do povo japonês. Conforme Mikiso Hane (1982) apud Sasaki (2009, p.194), "alguns autores tentaram explicar sua origem: uns indicaram que eram imigrantes provenientes da Coréia, que vieram ao Japão, entre os séculos IV e VII". E de outros teóricos "que afirmaram que eles eram descendentes de prisioneiros coreanos trazidos ao Japão pelas forças expedicionárias entre os séculos IV e VI, enquanto que outros apontavam que eram descendentes de ainu"[39]. Dando continuidade em sua narrativa, Sasaki (2009, p. 194) aborda que "a crença de que os burakumin são de origem racial diferente da japonesa persistiu no período pós-guerra. Entretanto, os estudiosos mais recentes têm rejeitado essas teorias, alegando que não há

39 Ainu é denominação para se referir a uma população nativa de Hokkaido, ilha situada ao norte do Arquipélago japonês.

evidência de que burakumin sejam diferentes dos japoneses". Esta última teorização vai de encontro à menção que Norbert Elias (2000, p.31) diz:

> A minoria burakumin do Japão provém da mesma origem da maioria dos japoneses. Eles parecem descender de grupos encarregados de atividades profissionais de baixa categoria, como aquelas ligadas à morte, ao parto, ao abate de animais e aos produtos derivados dessa atividade. Com a transformação das formas de sensibilidade dos guerreiros e sacerdotes em um novo establishment (o que é um aspecto de todo processo civilizador, no Japão como em outros lugares, e evidenciado nesse país pelo desenvolvimento do ensino xintoísta e budista), é provável que esses grupos de outsiders tenham sido submetidos a alguma forma de segregação hereditária, rigidamente aplicada mais ou menos a partir de 1600. O contato com eles era tido como poluidor. Exigia-se que alguns usassem um pedaço de couro na manga do quimono. O casamento misto com a maioria dos japoneses era rigorosamente proibido.

A referência que Elias (2000) faz do desenvolvimento do ensino xintoísta e budista e a relação de segregação racial, está ligado a "ideia de pureza e poluição". Para uma melhor compreensão sobre esta questão, recorremos mais uma vez ao trabalho de Sasaki (2009, p.194-195), conforme abordou:

> Contudo, desde tempos remotos, no Japão há uma aversão a certas associações com a morte, uma vez que a ideia de pureza e poluição é bastante presente entre os japoneses. Era costume, por exemplo, remover as pessoas que estavam morrendo da casa, pois assim não poluiriam o local. Nesse sentido, os cerimoniais xintoístas ainda têm uma importante função de limpar as pessoas, lugares e coisas. As pessoas que lidam com pessoas e animais mortos são então relacionadas àquelas que fazem trabalho sujo.
> O advento do Budismo no início do século VI reforçou o preconceito contra aqueles que lidavam com os animais mortos, uma vez que o budismo condenava a matança e o consumo de carne animal". Isso se somou à ideia de pureza e poluição, que tem uma longa história no Japão associada ao xintoísmo e doutrinas budistas.

No período anterior a Restauração Meiji essas pessoas (burakumin) não estavam classificadas como "gente/pessoas", mas como produtos do "carma", isto é, seres viventes que eram produtos das consequências de vidas passadas. Apesar de a Restauração oficializar a abolição das divisões de classes sociais em forma de Lei, o preconceito ainda permanece latente e ativo até os dias de hoje em relação a certas pessoas e/ou grupos que executam determinados tipos de trabalho. Esses indivíduos passaram despercebidos e incógnitos para muitos migrantes que transitaram e desconheciam as relações sociais históricas inventadas no Japão, ao longo do tempo.

Novamente com o dekassegui Lázaro, que diz que com passar do tempo foi aprendendo as palavras e os respectivos significados, assim podia se deslocar para fazer compras e passear, "de

bicicleta, às vezes a pé, se fosse perto, de trem e de táxi". Quando retornou ao Brasil e no processo de inserir-se novamente na sociedade nacional, assim relatou:

> Áureo – O retorno ao Brasil, como você viu o Brasil naquele momento. Depois dessa ausência e retornar ao Brasil, sentiu muita diferença, ou não?
> Lázaro – Ah... no começo você sente bastante, uma pelo dinheiro, lá a gente acha que, dá uma impressão, uma falsa impressão, que o dinheiro aqui não tem valor, que a gente está com falta de dinheiro é uma falsa impressão, mas não é, na verdade a pessoa vai gastando, vai gastando e gasta rápido e outra o clima, também o fuso horário, e outra coisa é o costume, que lá na época podia andar tranquilo na rua.
> Áureo – E como que foi reinserir no mercado de trabalho, voltar para o Brasil, arrumar trabalho. Como que foi?
> Lázaro – Ahh...foi difícil, foi difícil... Meio... meio perdido né, porque fica meio, não sei, você não tem quase convivência aqui com as pessoas, você fica meio esquecido, com as pessoas daqui. Até família, para o amigo, conhecido assim, fica esquecido, é difícil.
> Áureo – E qual foi o primeiro emprego que você começou a trabalhar aqui no Brasil, no retorno?
> Lázaro – Eu já trabalhava nessa firma, nessa funerária, eu já trabalhei um tempo atrás, mas foi em 76, 77. Já trabalhei. Daí eu fui, eu fui na casa do dono da empresa, conversei com ele, e na época ele disse: olha por enquanto não tem vaga, mas se pintar alguma aí, como você é conhecido, já trabalhou com nós, e você conhece, então eu te aviso. Dai eu deixei o telefone, por sorte passou uns acho que uns 2 ou 3 meses e ele ligou sabe, daí se bem que não tinha vaga na época, ele falou: o que eu posso fazer para você, é você ficar aí só ajudando aí, mas eu te pago só um salário mínimo. É mas pra quem precisa não tem escolha. E eu falei: tá tudo bem, daí eu fui e aceitei e é onde eu estou até hoje.
> Áureo – E qual é a função que você desempenha lá, o que é que você faz?
> Lázaro – Hoje é, na verdade é serviços gerais. Mas... dirijo, faço sepultamento, arrumo cadáver para ir pro...

Quando Lázaro relatou suas experiências de Japão, disse que os pontos positivos que aprendeu foi em relação a pontualidade dos japoneses e para ele um hábito adquirido, além da educação e tecnologia que facilitava a vida cotidiana. Reside atualmente com a companheira e filho na cidade de Ponta Grossa. Sobre as expectativas de voltar a ser dekassegui, abordaremos no próximo tópico.

Cláudia e Patrícia também vivenciaram a experiência dekassegui nos anos migratórios de massificação, ambas são irmãs consanguíneas e residem no município de Londrina, no Estado do Paraná. Cláudia nasceu em abril de 1963, na cidade de Assaí/Paraná, nikkei e graduada em ciências contábeis. Foi ao Japão por três vezes. Da primeira vez, migrou no ano de 1992, e naquela época lembra que fez um contrato de trabalho com uma agência estabelecida em Londrina. A empreiteira encarregou de tirar o visto, financiou a passagem aérea que seria pago ao longo do tempo com o trabalho previamente arranjado e também a

levou até a empresa contratante no país de destino, o qual providenciou a acomodação em um alojamento individual e forneceu alguns utensílios domésticos para ela pudesse fazer as necessidades pessoais. Conta que o motivo que a levou ao Japão era para "juntar dinheiro em um curto espaço de tempo". Ao explicar o modo pela qual se vê a si mesma, diz que "aqui no Brasil, sentia uma japonesa, e lá brasileira, é um sentimento estranho", conforme pondera.

A migrante relata que o Japão "era diferente em relação aos dias de hoje, havia pouca oferta de produtos brasileiros e eram caros". Ao descrever as atividades laborais, rememora: "Fui operária de fábrica. Trabalhei na industrialização de casas pré-moldadas, de peças automotivas e componentes eletrônicos". Nas empresas que passou, trabalhou com dekasseguis provenientes da Argentina e Colômbia e, comunicava-se em "portunhol ou japonês". Das boas lembranças, assim recorda: "do trânsito, das ruas sem buracos, das cidades limpas, do sakurá. No entanto, o que mais marcou profundamente foi escalar o Monte Fuji, tive uma experiência inesquecível, senti cansaço, calor e frio, mas me senti feliz ao atingir o topo e ver o sol nascer". Das dificuldades para inserir-se na sociedade japonesa, relata que o frio, andar de bicicleta, do espaço físico da quitinete onde residiu nos primeiros anos, que não chegava a medir 20 m² e o tipo de serviço que realizava.

Entretanto, dezoito anos se passaram vivendo no Japão e, o que parecia estranho já não causava estranheza, a "adaptação" ao estilo de vida, ou o conforto da urbanidade fez com que muitos migrantes prolongassem um pouco mais a estadia em terra estrangeira. Porém, o que se entende por terra estrangeira? Quando Cláudia retornou ao Brasil em 2010, menciona que: "sentia-me em um país estrangeiro, no início fazia várias comparações, por exemplo: do trânsito, a demora no atendimento das consultas marcadas de médicos e dentistas, as filas de supermercados, etc... O choque cultural foi inevitável". Há dois anos convivendo na sociedade brasileira, Cláudia atualmente estuda para prestar concurso público, porém um sentimento persiste em acompanhá-la: "não descarto a possibilidade de voltar a ser dekassegui".

Essa ideia também é compartilhada por sua irmã Patrícia, que diz: "se um dia precisar, voltaria, porque não". Ela também nascida em Assaí, em setembro de 1964, atualmente estuda para prestar concurso público, nikkei e semelhante a irmã diz da estranheza de auto percepção identitária: "é um sentimento meio esquisito, meio brasileira, meio japonesa". No momento em que entrou no fluxo migratório, o dekassegui passou a perceber na prática sobre o sentimento identitário híbrido e cambiante, na concepção do sujeito sociológico, conforme abordado por Stuart Hall (2005, p. 12): "O sujeito, previamente vivido como tendo uma

identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas".

Patrícia relata que por motivos financeiros, migrou em 1989 e, entre idas e vindas, trabalhou por mais quatro vezes como dekassegui. A inserção na sociedade japonesa, conforme diz: "era tudo mais difícil, a comunicação, a discriminação, adaptação, enfim nada foi fácil". Dentre as dificuldades que passou, conta que pensou que iria adoecer de tanto trabalhar, por causa da carga horária de trabalho nas fábricas. Ela trabalhou com peças para carro da Toyota, componentes eletrônicos para a Sony e no setor alimentício, doces segundo diz. Traz também à memória que apesar de tudo, "foi ótimo, pois tive sorte de conhecer pessoas legais e aprender alguns costumes". Quanto ao retornar para o país de partida (Brasil) e das dificuldades para inserir-se socialmente, assim abordou:

> Áureo – Quais foram às dificuldades de reinserção na sociedade brasileira?
> Patrícia – Aqui no Brasil tudo é muito lento, a gente se estressa com facilidade, ao contrário do Japão que é tudo certinho.

Ao conhecer a "cultura japonesa" e as práticas sociais daquele país quando comparadas a sociedade nacional, isto é, terra de nascimento, causa uma profunda incerteza entre o partir e/ou permanecer. Pois sempre há um corriqueiro desejo de "retornar" quando as expectativas do mundo vivenciado não correspondem com o mundo supostamente idealizado. Cláudia e Patrícia vivenciaram naquilo que Sasaki (1998) chamou atenção, ao "duplo retorno, dois homelands" e sinalizam da potencialidade do voltar a ser dekassegui. Daquilo que Rodrigo também mencionou acerca do difícil retorno, conforme relatou: "Porque quando o dekassegui retorna acha que normalmente não tem perspectiva de trabalho e de futuro".

Podemos caracterizar esse migrante como pertencente à "pós-modernidade"? Ou analisá-lo de acordo com o conceito de "modernidade líquida", conforme propõe Zygmunt Bauman? Pois diversas pessoas que circulam na sociedade não compartilham de laços familiares e fraternais lado a lado, mas relacionam-se apenas por meio das ferramentas digitais que são ofertados pelos avanços tecnológicos, por isso o desejo de não querer fixar-se. Para essas indagações, abordaremos nesta última parte a fala dos migrantes: entre o ficar e/ou partir de novo, eis a questão.

3.3 CHEGA DE MUDANÇA OU QUEM SABE MUDO DE NOVO?

Neste tópico, abordaremos a fala dos dekasseguis retornados que trabalhamos até o presente momento e empreenderemos esforços no sentido de compreender o sentimento que ele oculta, entre o querer permanecer ou o desejo de partir novamente. Para o migrante que viveu por muitos anos em outra sociedade e retorna para a comunidade de partida passa a ter a dúvida de qual é o seu lugar no mundo. Na sociedade de destino, tinha-se o desejo corriqueiro de voltar para a terra de partida, porém o hábito de vida por qual passou transformou o caráter ao longo dos anos, cuja assimilação a determinadas práticas culturais e de consumo sempre se têm o anseio por mantê-la. Entretanto, no retorno, quando as expectativas são frustradas e não correspondem ao idealizado, surge a crise existencial. Nesse sentido, a memória volta a perturbar, e o esquecimento não significa o deixar de se lembrar, mas internaliza e cultiva um silêncio que transita entre pensamento e sentimento daquilo que se passou. Michael Pollak (1989, p.9) menciona a dupla função da memória, vejamos: "Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referências".

Essa concepção de "enquadramento da memória", vimos o exemplo de Laura que disse que deseja muito "retornar" ao Japão, "há uma necessidade" de voltar que a incomoda, pensa em ir para lá ainda que a estadia seja por um curto período de tempo. Diz que pretende estudar, mas se puder também trabalhar.

> Áureo: E você Laura, pretende retornar ao Japão, ir para o Japão novamente?
> Laura: Pretendo, é com certeza eu tenho, talvez fique um pouco fora do trabalho não sei, mas é que por eu estar dando aula de japonês eu tenho eu posso é tentar bolsa de estudo pela JICA ou pela fundação. Há vários cursos de quarenta e cinco dias, três meses, seis meses, de um ano e ainda quem sabe mais um pouquinho para frente eu pretendo ir estudar mais um pouco lá, se puder claro, trabalhar também, mas quando a gente vai como bolsista é outra coisa, mas pra trabalhar minha idade já de repente eles nem vão querer mais né, mas eu quero ir, voltar lá para estudar.
> Áureo: Mas existe uma projeção de quando?
> Laura: É difícil dizer por eu já ter um trabalho aqui no Brasil, significa que eu tenho que pedir dispensa, por talvez seis meses isso significa que quando eu voltar vou ter que procurar um emprego também, então é um pouco eu tenho um pouco de receio sabe, na verdade, até me falaram para eu ir no ano que vem, para eu me inscrever esse ano para tentar uma bolsa para o ano que vem, de três meses, mas eu estou assim protelando essa oportunidade por causa do meu emprego, de ir pra lá e estudar um pouquinho mais.

Para alguns dekasseguis que retornaram ao Brasil, depois de alguns anos residindo na sociedade brasileira, vivencia a crise pós-migração, isto é, decidir novamente entre o desejo de partir ou, ficar permanentemente. As experiências pela qual passou no Japão traz a constante nostalgia do "wonderfull world" que a sociedade japonesa proporcionava aos habitantes. O dinheiro que se ganhava fazia com que a pessoa pudesse manter um status social em relação a consumo gastronômico, a viagens e de outros confortos disponibilizados pela urbanidade, e no caso de alguns brasileiros que ficaram próximos das grandes metrópoles, uma oferta maior de bens estavam a seu dispor. O sociólogo Zygmunt Bauman (2011)[40] diz que "o que aconteceu no século XX foi uma passagem de toda uma era da história mundial ou seja, da sociedade de produção para a sociedade de consumo". Esta perda do poder de consumo que deixa de usufruir e de não encontrar uma sociedade que possa oferecer determinados tipos de serviço, traz uma angústia de adaptação, conforme Márcia menciona:

> Áureo- Márcia chega de mudança ou quem sabe mudo de novo?
> Márcia- Oh! eu sinto falta de sentir grana, sabe eu vou contar uma coisa, me prejudicou em uma coisa, se eu ficar mais que um ano em um serviço só eu começo a enjoar até das pessoas, sabe, porque eu quero coisas novas sempre...falei que só do meu marido que eu amo né, mas assim isso tornou uma coisa cansativa eu fico um ano num lugar, eu já começo a ver o mesmo patrão, as mesmas amizades, o mesmo papinho, sabe e isso me afeta não que eu transpasse isso para as pessoas não mas, é uma coisa interior minha sabe, eu já quero sair com a trouxinha e mudar, sabe e quero mudar até de casa, falei: Sergio eu já to enjoada daqui vamos mudar, vamos fazer a nossa casa, vamos para outro lugar. Sabe é isso que está acontecendo comigo, mas assim não foi depois do casamento, essa mudança aconteceu lá, quando aconteceu essa baixa no Japão no ramo automobilístico. Mas eu acho que não me fez bem enganar assim sabe então, está mudando no dia-a-dia...
> Áureo – Mas você atribui isso então ao fato de você ter vivenciado...?
> Márcia – Vivenciado assim em muitos lugares.
> Áureo – No Japão?
> Márcia – Anhan... E o incrível assim, que é cada... cada ano que você fica eu acho que é em qualquer país assim, se você for para os EUA eu acho que é a mesma tendência, você permanece naquela cidade ali e você acha que todo mundo é daquele jeito, e daí não é você vai é... tem o sotaque que muda como eu estava te falando, os costumes, a comida e tudo isso é legal né, que nem no sul, vai lá no norte, o baianinho lá a comida apimentada né, então é gostoso então e isso assim Áureo é..... o dinheiro me fez muita falta. Porque lá você trabalha e você recebe bem, se você souber administrar você mora né, não tão bem porque lá os apartamentos não são né.... tem lugar que chega a ser muito caro, se você for num kaishá (empresa) que ele pague metade do teu apartamento, você pague aquela diferença tuas despesas é..., você veste bem, você come bem, você ainda guarda um dinheirinho, você tem carro né não é carro ruim, você pode ter um carro bom, então isso quando eu cheguei

40 BAUMAN, Zygmunt. **Diálogos com Zygmunt Bauman – 25 de julho de 2011**. Fronteiras do Pensamento / CPFL Energia. In: Entrevista exclusiva Zygmunt Bauman – Legendado. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=lWRkTiH52ts>. Acessado em: 15/08/2012.

> assim foi um choque aqui no Brasil porque um carro que nós compramos era um carro popular mas a diferença era muito grande com o carro de lá, então lá era mais barato em relação ao que eu comprei aqui sabe, outra coisa, lá você veste bem as roupas são boas a qualidade é boa né e você não paga se você souber que nem você... lá é assim eles recolhem as roupas de inverno quando tá entrando o verão ou fazem aquele saldão, então se você usar a cabeça vai ali tá acabando o inverno você compra aquela roupa e guarda para a hora que chegar o outro inverno, então você vai comprar barato e no inverno seguinte você tem aquela roupa e assim o verão né, então eu acho assim que o Brasil eu sinto por você trabalhar aqui e se esforçar tanto e não ter a mesma qualidade de vida de lá então poucos conseguem ter aqui no caso seria que nem o Sergio, trabalha no ramo automobilístico, e ele ganha razoavelmente bem, mesmo assim não é o padrão que nós tínhamos lá sabe, e...eu acho assim que é triste, assim que o Brasil é tão bonito, tem tanta é...como que diz... um país que fala em desemprego mas tem tantas fábricas, indústrias vindas de fora aqui e tudo mas, mesmo assim eles não pagam tão bem como se fosse no país deles, essas indústrias que estão chegando aqui agora a Nissan vai chegar a fábrica aqui, eles não remuneram os produtores de linha tão bem né e poderiam, porque é uma... como diz... uma fábrica estrangeira e pode pagar isso. Eu sinto tristeza assim pelo Brasil, do cidadão não ter é não é valor... é valor digamos assim não é respeitado o trabalho dele, eu acho que o brasileiro torna-se um pouco é decepcionando, acaba cansando, ficando triste com a situação, e acho que é por isso que ele vai para fora buscar.
> Áureo – Poder de compra?
> Márcia – Poder de compra é isso aí.

Por sua vez, Sergio, o companheiro de Márcia pondera sobre voltar a trabalhar no Japão nos dias atuais, porém relata que sente o desejo de ir, mas desde que seja na condição de missionário cristão e, se estiver dentro da vontade divina, conforme diz.

> Áureo – E hoje, qual o teu ponto de vista para os brasileiros que queiram ir trabalhar no Japão novamente, qual o teu ponto de vista hoje?
> Sergio – Olha, pelo que eu fiquei sabendo hoje, a média de salário que estão pagando hoje no Japão não é uma média como eu falei prá você na época que nós chegamos lá em 98 ou até a algum tempo atrás. Hoje pelo que eu fiquei sabendo eles estão pagando assim um salário baixo para homem que sempre foi um salário mais alto e o dólar no Japão não está compensando mais você ficar lá, porque o dólar lá...o dólar lá está muito baixo e aqui também está baixo, então se você for olhar pelos dois lados hoje o brasileiro que está aqui no Brasil bem empregado né ou que está empregado e conseguindo sobreviver aqui eu acho que tem que pensar dez vezes, não duas vezes, dez vezes antes de querer ir prá lá.
> Áureo – Então... voltando a uma fala anterior, esse teu desejo essa tua vontade de ir para o Japão é mais por uma questão de ideologia?
> Sergio- Isso, igual eu falei para você, na verdade assim ó...é a nossa vontade que nós temos de ir pro Japão hoje na verdade seria mais se a gente sentisse um chamado de Deus mesmo para nós irmos para lá, mas hoje como você sabe eu tenho o meu trabalho e a gente apesar de não ser concursado não ter uma estabilidade, mas hoje pelo menos eu estou trabalhando, tenho a minha casa própria o meu salário dá para sobreviver e principalmente eu tenho um plano de saúde na empresa onde eu trabalho, é eu tenho alguns benefícios e isso daí também é uma forma muito... grande de me prender eu aqui hoje,

> mas caso futuramente haja oportunidade e a gente sinta que Deus está nos chamando para a gente ir fazer esse trabalho lá, com certeza a gente vai ouvir a voz dEle.

A experiência subjetiva de cada um nos revela as particularidades que cada um tem para buscar a felicidade. Conforme Bauman (2011), diz que não "acredita que haja apenas uma forma de ser feliz. Há muitas formas de ser feliz". Na fala do sociólogo, ele comenta sobre sua obra: "A arte da vida", na qual menciona que "há dois fatores relativamente independentes que dão forma à vida humana. Um deles é o destino. O destino é o apelido para todas as coisas sobre as quais não temos nenhuma influência; é o que acontece conosco, mas não foi causado por nós. Isso é o destino". Nesse sentido, observamos o início do movimento migratório de brasileiros que foram ao Japão que, por diversos fatores, desterritorializaram milhares de pessoas. E também o caso da quebra da Lehman Brothers que por consequências externas freou o constante ir e vir dos dekasseguis brasileiros entre Brasil e Japão.

Outro fator que Bauman (2011) aponta é o caráter. Para ele "o caráter é algo muito individual, você pode trabalhar em cima do seu caráter, se quiser você pode mudá-lo, melhorá-lo, boa parte dele está sob seu controle". Diante destes dois fatores, o "destino estabelece a gama de opções", pois dependendo da geração, comunidade, condição social da qual o indivíduo pertence, existem opções completamente diferentes. Os descendentes de japoneses que nasceram a partir da década de 1990, a quarta geração (yonseis) e quinta geração (goseis) já não têm as mesmas facilidades para ir ao Japão, além de que o país não apresenta nos dias de hoje o boom econômico que levou os milhares de trabalhadores a partir de meados de 1980. Para os que foram e tiveram a experiência, ainda têm-se as expectativas das "opções proporcionadas pelo destino. Porém, as escolhas entre essas opções são feitas pelo caráter. E como os tipos de caráter são muitos e bem diferentes, não é possível dar uma receita para a felicidade", conforme Bauman (2011).

Nessa ideia de encontrar o seu lugar no mundo, e entre permanecer e voltar ao Japão, Lázaro disse assim:

> Áureo – Se por acaso aparecesse uma nova oportunidade para ir ao Japão, você voltaria para o Japão, ou não tem mais essa vontade?
> Lázaro – Hoje não, hoje eu confesso que a idade já não ajuda mais né. A gente não tem mais aquela força, agilidade, que tem quando é mais novo. Hoje eu já...já...para mim já não dá. Se fosse mais novo, tivesse uns no máximo uns 40 ainda....eu arriscava ir prá lá.

Do mesmo modo de Lázaro, para Kioko a idade também é um empecilho para trabalhar novamente no Japão. Conta que está difícil encontrar serviço lá, pois como relata, “teve reunião com o Cônsul, ele falou que tá bem difícil lá, então por enquanto previsão é ficar por aqui”. A reunião que Kioko se refere foi uma palestra que ocorreu na sede da Associação Brasileira de Dekasseguis, em Curitiba, no ano de 2011, em que o cônsul japonês esteve presente e discursou sobre a situação socioeconômica do Japão.

Se para uns existe as incertezas e angústias, para outros há uma clara opção de lugar, para isso corrobora-se com os exemplos de Tereza e Rodrigo, os quais disseram que o processo foi bom para “ajuntar dinheiro”, mas que optaram por construir a vida no Brasil. A migrante Tereza diz que jamais pensou em fixar residência no Japão, lembra assim: “nunca pensei em morar lá, é que meus dois irmãos estavam aqui na época, tinha três eu minha mãe e meu pai, estávamos no Japão, mas os meus dois irmãos estavam aqui, aí uma época os dois foram para lá também, mas eu nunca pensei em ficar lá”. Para Rodrigo, também não pensa em voltar, diz que se desligou completamente, não sabe mais o que acontece lá e, aqui também não mantém contato com dekasseguis ou outra atividade qualquer relacionada a comunidade japonesa na cidade, conforme relata: “por incrível que pareça, não. Também com o dia a dia do trabalho que a gente tá, caminhando prá lá e prá cá, não há disponibilidade de tempo, quer dizer tempo a gente faz, mas não tenho não”.

O sociólogo Bauman (2011) diz que quando jovem ficara impressionado ao ouvir Jean Paul Sartre falar sobre a necessidade que temos “de criar o projet de la vie, projeto de vida”. Para Sartre, “temos que selecionar um projeto de vida, temos que prosseguir passo a passo, de forma consistente, ano após ano, chegando cada vez mais próximo desse ideal”. O que Bauman (2011) chama a atenção para os nossos dias é da dificuldade que temos em adivinhar o que “vai acontecer conosco no ano que vem. O projeto de vida, de uma vida inteira, é algo difícil de acreditar”. Nesse sentido, podemos imaginar o pensamento no início do século XX e as dificuldades para pensarmos dessa maneira neste início da segunda década do século XXI, marcado por diversas transições que mal sabemos se serão passageiras ou permanentes. Para melhor entendermos, recorremos novamente a Zygmunt Bauman (2011), conforme diz:

> A vida é dividida em episódios. Não era assim no início do século 20. As sociedades foram individualizadas. Em vez de se pensar em termos de a qual comunidade se pertence, a qual nação se pertence, a qual movimento político se pertence etc., tendemos a redefinir o significado de vida, o propósito de vida, a felicidade na vida para o que está acontecendo com uma própria

> pessoa, as questões de identidade, que têm um papel tremendamente importante hoje, no mundo. Você tem que criar a sua própria identidade. Você não a herda.

Nesta lógica de criarmos a nossa própria identidade, paira o sentimento de "identidades contraditórias" visto em Claudia e Patrícia, pois elas não descartam a ideia de voltar a ser dekassegui, se precisarem. Entretanto, existe o estranhamento de quem somos, conforme menção das migrantes acerca do "sentimento meio esquisito" ou "sentimento estranho" de se sentir hibridizada, meio japonesa, meio brasileira, decorrência do processo de transitar e se perceber. Stuart Hall (2005, p.12) diz: "o próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático". Para Hall (2005, p.12-13):

> Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

Desse modo, a concepção dekassegui entra novamente a tona, pois sempre há o desejo de ir mas, concomitante a esse sentimento, o de voltar, encontrar o seu lugar. Nessa linha de raciocínio, mencionamos a fala de Pedro, que novamente conta os dias para embarcar rumo ao Japão com a família.

> Áureo – Mas esse projeto de vocês voltarem para o Japão agora com os filhos, se vocês pensarem que isso vai dificultar depois o retorno para o Brasil, não vai ficar mais difícil?
> Pedro – É que tudo envolve parte financeira. É que a gente fez um investimento na área de reflorestamento, a gente investiu em pinus e eucalipto, questão de uns 4 ou 5 alqueires mais ou menos. E tudo requer tempo, a gente investiu na chácara, mas isso aqui foi mais para ajudar a minha família. Isso aqui é um investimento que não tem como movimentar. É a moradia do meu pai e da minha mãe. Se você tentar alterar alguma coisa já fica meio difícil. É um investimento que você só tem lá....no fim da vida. Isso aqui dá para tentar mexer quando ninguém mais tiver dependendo disso aqui, somente eu e minha esposa. Agora o pinus e eucalipto onde a gente investiu, só daqui alguns anos, se Deus quiser vai dar um retorno.

Por fim, as experiências subjetivas de cada entrevistado demonstram o estranhamento de se viver em comunidades diferentes, ainda que esta comunidade fizesse parte de seu próprio passado. Ao longo dos anos, as transformações históricas reconfiguram as sociedades humanas e o migrante busca incessantemente o melhor lugar, ainda que provisoriamente. Quando o dekassegui se desloca anseia em encontrar novamente o "paraíso perdido", pois essas sensações fazem parte das experiências vivenciadas. Todavia, muitas vezes não se chega

aos “horizontes de expectativas”, e o migrante continua, em buscar um lugar, que frequentemente a memória lhes perturba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 2008, a presença de brasileiros vem reduzindo no território japonês. Naquele ano, em consequência da quebra do banco de investimentos Lehman Brothers milhares de dekasseguis retornaram por causa da crise econômica. Conforme menção de Masato Ninomiya na abertura do Simpósio Internacional do CIATE em novembro de 2011: "retornaram por conta própria cerca de 70.000 brasileiros no período de 2008 a 2010, somando-se a estes cerca de 20.000 brasileiros que retornaram com os recursos do Governo japonês".

Desse modo, o desemprego atingiu diretamente a vida de muitos dekasseguis brasileiros e acelerou o processo de retorno ao Brasil. No ano de 2011 outros acontecimentos dificultariam ainda mais a situação social das pessoas que residiam na região nordeste do Japão, pois em março daquele ano houve a tríplice catástrofe: terremoto, tsunami e vazamentos radioativos na Usina nuclear de Fukushima. Em consequência disto outros 10.000 brasileiros retornaram. Atualmente estima-se que haja em torno de 200.000 a 210.000 mil brasileiros presentes em território japonês. Essa estimativa devido a muitos nipo-brasileiros possuírem a dupla nacionalidade, sujeitos que são categorizados como residentes japoneses.

Entretanto, os migrantes que vivenciaram as crises mencionadas, tiveram que se posicionar em relação a sua condição no país, em fixar residência em definitivo ou retornar ao Brasil (o ambíguo sentimento entre ser imigrante ou dekassegui). Já para o povo japonês, ocorreu um turbilhão de acontecimentos na sociedade, pois desde a década de 1980 se intensificaram o estranhamento com a entrada de diversas pessoas com modos culturais tão diferentes aos seus hábitos peculiares.

A inserção dos estrangeiros fez com que as cidades interioranas também se assemelhassem as grandes metrópoles japonesas, como Tóquio e Osaka. Uma diversidade de idiomas que se entrecruzaram, cultura e costumes que pessoas e comunidades reproduziram ao transitar. Nesse contato, as diversas facetas da vida humana se emaranharam, direta ou indiretamente junto aos nativos.

Diante do exposto, observa-se a dificuldade no tempo presente de que alguma região no planeta consiga se isolar e prosseguir sem se inter-relacionar com o mundo externo. Desse modo, o contato de comunidades na contemporaneidade se configura em um novo paradigma para reflexões e estudo. E, diante desse contexto a pertinência que surjam outras pesquisas para descrever a continuidade do processo do fluxo migratório dos dekasseguis brasileiros. Essas pessoas permanecerão com o pensamento de retorno ao Brasil ou cultivarão o firme propósito de permanecerem por lá?

A memória coletiva sempre nos perturba com a suposta ideia de um lugar melhor que poderá ser encontrado, conforme aconteceu no passado. E, diante dessa constante busca muitos continuam visualizando os "horizontes de expectativas" no íntimo das lembranças. Porém, como a velha canção "Como uma Onda" (1983), de Lulu Santos e Nelson Motta: "nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia, tudo passa tudo sempre passará...". Assim é a história, única, e não se repete o vento sopra e, a cada dia, se distancia mais.

Enfim, esse trabalho, ainda que de modo parcial e limitado, pretende despertar o interesse de outros pesquisadores que estudam a questão dos movimentos sociais que vem ocorrendo na contemporaneidade, pois caberá no futuro aos historiadores registrarem se o processo de retorno dos nipo-brasileiros ao Brasil foi o findar de um ciclo, ou somente um momento de transição, e se assim for, até quando permanecerá? A resposta caberá ao Tempo, o senhor da História.

FONTES

A) Orais:

Cláudia (nome fictício) Depoimento da dekasegui H. K. a Áureo de Jesus Sato em Londrina, 25 de julho de 2012.

Fernanda (nome fictício) Depoimento da dekassegui E. F. S. a Áureo de Jesus Sato em Ponta Grossa, 22 de fevereiro de 2012.

Kioko (nome fictício) Depoimento da nikkei R.S.I. a Áureo de Jesus Sato em Curitiba, 15 de agosto de 2011.

Laura (nome fictício) Depoimento da professora G..M. T. H. a Áureo de Jesus Sato em Curitiba, 15 agosto de 2011.

Lázaro (nome fictício) Depoimento do comerciário P. O. a Áureo de Jesus Sato em Ponta Grossa, 30 de maio de 2012.

Márcia (nome fictício). Depoimento da comerciária A. S. H. a Áureo de Jesus Sato em Ponta Grossa, 22 de fevereiro de 2012.

Masato Ninomiya, professor, depoimento a Áureo de Jesus Sato em São Paulo, 15 de setembro de 2011.

Patrícia (nome fictício) Depoimento da dekassegui E. S. K. a Áureo de Jesus Sato em Londrina, 25 de julho de2012.

Pedro (nome fictício) Depoimento do dekassegui J. M. S. a Áureo de Jesus Sato em Ponta Grossa, 22 de fevereiro de 2012.

Rodrigo (nome fictício) Depoimento da comerciante A. M. Y. a Áureo de Jesus Sato em Ponta Grossa, 31 de maio de 2012.

Sergio (nome fictício). Depoimento do comerciário A. C. H. a Áureo de Jesus Sato em Ponta Grossa, 22 de fevereiro de 2012.

Tereza (nome fictício) Depoimento da funcionária pública S. K. O. a áureo de Jesus Sato em Curitiba, 15 de agosto de 2011.

B) Impressas:

Diário Dos Campos. Ponta Grossa – Paraná. Quarta-feira, 18 de Abril de 1923. Ano XVII – nº 3327.

Gazeta do Povo. Pioneiros desbravam terras brasileiras. 100 anos de imigração japonesa. Curitiba: junho de 2008.

C) Eletrônicas

Associação Brasileira de Dekasseguis. Disponível em: <http://www.abdnet.org.br/conteudo.php?id=70>. Acesso em: 18 set. 2011.

Folha.com. Maílson admite fracasso do Plano Verão, mas questiona correção na poupança. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u490114.shtml>. Acessado em: 20 fev. 2012.

International Press Corporation. Disponível em: <http://www.ipcdigital.com/br/content/search/(offset)/20?SearchText=+remessas+ao+brasil+em+dolares+-+1989-2000&facet_field=class> Acessado em: 16 jan. 2012.

Lehman Brothers – Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u445110.shtml>.
Acessado em: 29 jun. 2012.

MINATOGAWA, Henrique J. **Suástica representa sorte e prosperidade**. Símbolo tem origem budista. Disponível em: <http://madeinjapan.uol.com.br/2011/08/18/suastica-representa-sorte-e-prosperidade/>. Acessado em 28 dez. 2012.

Penal Code Crimes and Special Law Crimes by Foreign Residents and Number of Arrestees (1980-2004). Disponível em: <http://www.stat.go.jp/english/data/chouki/28.htm>. Acessado em: 02 mar. 2012.

Plano Bresser. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=2362>. Acessado em: 20 fev. 2012.

Tracing The History Of The Rice Cooker. Disponível em: <http://www.ricecookerfetish.com/2011/04/the-history-of-the-rice-cooker/>. Acessado em: 04 ago. 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática. 1989.

_____ Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. A fronteira México-Estados Unidos: entre o sonho e o pesadelo - as experiências de e/imigrantes em viagens não-autorizadas no mundo global, In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n.31. dez.2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000200011&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 20 dez. 2012.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social, In: **Enciclopédia Einaudi** v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; SUGAHARA Sonoe. Permanentemente temporário: dekasseguis brasileiros no Japão, In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 1, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, jan./jun. 2006, p. 61-85.

BELTRÃO, Kaizô et al. **Haine** (Raízes): Expansão da Comunidade Nikkei em 100 Anos de Presença no Brasil. Curitiba: Optagraf Editora e Gráfica, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região, in BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa e Rio de Janeiro: DIFEL e Bertrand, 1989.

CANCLINI, Néstor Garcia. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

_____. **Consumidores e cidadãos**; conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1995.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na História do Brasil**. Mito e realidade. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

CARVALHO, Carlos Eduardo. As origens e a gênese do Plano Collor, **In: Nova economia**. Belo Horizonte, v.16, n.1, Abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 20 fev. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade. v.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). **Usos & Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____ **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CRÉ, Kamila Gouveia Camargo; LACERDA, Natália de Fátima de Carvalho e SARRAFF, Luíza Rafaela Bezerra. **O Japão na Era Meiji**: quando o distante se torna próximo. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/O_Japao_na_era_Meij_ _quando_o_distante_se_torna_proximo.pdf>. Acessado em: 23 out. 2012.

Diálogos com Zygmunt Bauman – 25 de julho de 2011, In: **Fronteiras do Pensamento/CPFL Energia**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=lWRkTiH52ts>. Acessado em: 15 ago. 2012.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FEATHERSTONE, Mike (org.). **Cultura global** (nacionalismo, globalização e modernidade). Petrópolis: Vozes, 1994.

FICO, Carlos. **O regime militar no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Saraiva, 1998.

FRANCO, Marina; LEVIN, Florência. El pasado cercano en clave historiográfica. In: FRANCO, Marina; LEVIN, Florência. **História reciente:** perspectivas y desafios para um campo em construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007, p. 31-65.

Guia de Estudo: **Unidade Formativa II**. [Organização: Maria Umbelina Caiafa Salgado, Ana Lúcia Amaral]. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HANDA, Tomoo. **O imigrante Japonês**: história de sua vida no Brasil. São Paulo: T. A Queiroz e Centro de Estudos Nipo-brasileiro, 1987.

HARTOG, François. **Regime de historicidade**, Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/heros/excerpta/hartog/hartog.html>. Acessado em 30 out. 2008.

HINATA, Noemia. **Dicionário japonês-português romanizado**. Tóquio: Kashiwashobo, 1992.

HIRANO, Fabio Yoiti. **O caminho para casa:** o retorno dos Dekasseguis. Campinas: Núcleo de Estudos de População, UNICAMP, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das revoluções**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____ **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KLEIN, Herbert. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 2000. p.13-31.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: PUC; Contraponto, 2006.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LEÃO, Jorge Henrique Cardoso. Jesuítas e Daimyôs: Evangelização e poder político no Japão do século XVI, In: **Mnemosine** n.1, jan/jun 2010.

MICHELSEN, S. e JOHNSON, D. **Teoria de la frontera**: los limites de la política cultural. Barcelona: Gedisa, s./d.

MORAIS, Fernando. **Corações sujos.** São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

MUDROVCIC, Maria Inês. Por que Clio retornou a Mnemosine? In: AZEVEDO, Cecília et al.(orgs.). **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 101-116.

NAOTO, Higuchi. Migration process of nikkei Brazilian, In: Yamada, Mutsuo (ed) Emmigración latinoamericana: comparación interregional entre América del Norte, Europa y Japón. Osaka: Japan Center for Área Studies, 2004. In: BELTRÃO, Kaizô I. **Reintegração?** Trabalhadores que retornaram ao Brasil após trabalharem no Japão. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2009.

NETO, Helion Póvoa. A criminalização das migrações na nova ordem internacional. In: NETO, Helion Povoa e FERREIRA, Ademir Pacelli (org). **Cruzando fronteiras disciplinares:** um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Renan, 2005, p.297-309.

NORA, Pierre. **Entre memória e história***:* a problemática dos lugares, In: **Projeto História**, n.10, São Paulo, PUC/SP, dez. 1993, p.7-28.

ODA, Ernani. Interpretações da "cultura japonesa" e seus reflexos no Brasil, In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 26. nº 75, São Paulo, ANPOCS, fev.2011, p. 103-117.

OGUIDO, Homero. **De imigrantes a pioneiros.** A saga dos japoneses no Paraná. 2.ed. Curitiba: Curitiba, 1998.

PASSERINI, Luisa. A “lacuna” do presente. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). **Usos & Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário. In: **Revista Brasileira De História**. V. 15, no. 29, São Paulo, ANPUH e Contexto, 1995, p.9-27.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

PIO, Carlos. A estabilização heterodoxa no brasil: idéias e redes políticas, In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.16, n.46, São Paulo, ANPOCS, jun. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 20 fev. 2012.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio, In: **Estudos históricos**, 3. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente, In: **Projeto História**. vol. 14, São Paulo, PUC/SP, fevereiro de 1997, p. 25-40.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. Lealdade visceral: as origens do haraquiri no Japão Medieval. In: **Revista Historiador.** Especial. n.01. Ano 03. Julho de 2010. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador/espum/marcosquadros.pdf>. Acessado em: 21 fev. 2012.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. **Brasileiros no Japão**: o elo humano das relações bilaterais. Org. Masato Ninomiya. 2. ed. São Paulo: Kaleidus - Primus, 2002.

RESENDE, Tereza Hatue. **Ryo Mizuno:** precursor da imigração japonesa no Brasil. 2.ed. São Paulo: Editora Jornalística União Nikkei, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro.** A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: UNICAMP, 2007.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). In: FAUSTO, Boris (Org.) **Fazer a America.** 2.ed. São Paulo: USP, 1999.

SASAKI, Elisa Massae Dekasseguis: a questão da identidade dos migrantes brasileiros descendentes de japoneses no Japão. In**: XXII Encontro Anual da ANPOCS.** Caxambu, 27-31 out. de 1998.

SASAKI, Elisa Massae. A imigração para o Japão, In: **Estudos avançados**. v.20 n.57. São Paulo, IEA/USP, mai/ago. 2006, p. 99-117. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-40142006000200009&script=sci_arttext>. Acessado em: 03 dez. 2012.

SASAKI PINHEIRO, Elisa Massae. **Ser ou não ser japonês**? A construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão Contemporâneo. Campinas: UNICAMP, 2009 (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).

SCHULZ, Christian Norberg. **Uma nova agenda para a arquitetura:** antologia teórica. 2.ed. São Paulo: 2008.

Seleções do Reader's Digest. Japão e Inglaterra: Contrastes e Confrontos. 1967.

SETO, Cláudio; UYEDA, Maria Helena. **Ayumi** (caminhos percorridos): memorial da imigração japonesa - Curitiba e litoral do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.) **A Escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903), In: **Mana**, v.11, n.2, Rio de Janeiro, Museu Nacional da UFRJ, 2005, pp. 577-591.

SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. **Agassiz e Gobineau:** as ciências contra o Brasil mestiço**.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2008 (Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde).

SOUZA, Yoko Nitahara. O "Espírito Uchinanchu" – Identidade globalmente articulada. In: **Migração e globalização:** um olhar interdisciplinar. Curitiba: CRV, 2012.

SOUZA, Rodrigo Amaral de. Comunidade brasileira no Japão. Perfil e características. Ações do Ministério das Relações Exteriores. In: **Simpósio Internacional do CIATE** – "25 Anos do Fenômeno Decasséguí". São Paulo: 2010.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIANS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Barcelona: Ed. Península, 2000.